

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ANDREY LUCAS MACEDO CORRÊA**

**O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da  
ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello**

**UBERLÂNDIA, 2019**

**ANDREY LUCAS MACEDO CORRÊA**

**O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da  
ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal  
de Uberlândia, como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto  
Cezar de Noronha

**UBERLÂNDIA, 2019**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas  
da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a)  
autor(a).

C823 2019	<p>Corrêa, Andrey Lucas Macêdo, 1993- O sujeito político transitório nas democracias representativas [recurso eletrônico] : Análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello / Andrey Lucas Macêdo Corrêa. - 2019.</p> <p>Orientador: Gilberto Cezar de Noronha. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2012">http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2012</a> Inclui bibliografia.</p> <p>1. História. I. Noronha, Gilberto Cezar de, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História. III. Título.</p> <p>CDU: 930</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o  
AACR2: Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

## ATA DE DEFESA

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 375, PPGHI				
Data:	Vinte e seis de julho de dois mil e dezenove	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:33
Matrícula do Discente:	11712HIS012				
Nome do Discente:	Andrey Lucas Macedo Corrêa				
Título do Trabalho:	O Sujeito Político Transitório nas Democracias Representativas: Análise da ascensão e queda do governo Fernando Collor de Mello				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Ciganos em Portugal e no Brasil: composições modernas				

Reuniu-se no Anfiteatro/sala 1H48, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Moacir Henrique Júnior/ UEMG ; Alexandre Walmott Borges / FADIR/UFU ; Gilberto César Noronha orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Gilberto César Noronha, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre .

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Cezar de Noronha, Presidente**, em 26/07/2019, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Walmott Borges, Membro de Comissão**, em



26/07/2019, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moacir Henrique Júnior, Usuário Externo**, em 26/07/2019, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1410481** e o código CRC **BDDBC87C**.

Referência: Processo nº 23117.064857/2019-64

SEI nº 1410481



**O SUJEITO POLÍTICO TRANSITÓRIO NAS DEMOCRACIAS  
REPRESENTATIVAS: Análise da ascensão e queda do governo Fernando  
Collor de Mello**

Dissertação aprovada para a  
obtenção do título de Mestre ao  
Programa de Pós-Graduação no  
História da Universidade Federal  
de Uberlândia, pela banca  
examinadora formada por:

Uberlândia, 26 de julho de 2019

---

Prof.(a) Dr. (a): Gilberto César de Noronha (Orientador)

---

Prof.(a) Dr. (a): Alexandre Walmott Borges (FADIR-UFU)

---

Prof.(a) Dr. (a): Moacir Henrique Júnior (UEMG)

## **AGRADECIMENTOS**

No rol de agradecimentos, importante recordar, em primeiro lugar, o apoio de minha família e companheiros nesta trajetória. Em especial à minha companheira, Carolina, sem a qual esse caminho não findaria.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Gilberto Noronha, sempre solista, interessado e atento ao trabalho. Um exemplo a ser seguido.

Agradeço ao Prof. Dr. Alexandre Walmott Borges, que se converteu de mestre a amigo.

Um companheiro abraço a todos!



## RESUMO

O presente trabalho cuida de analisar o período que antecede a eleição de Collor de Mello e sua renúncia, em 1992. São utilizados os discursos e entrevistas do próprio Presidente para analisar os cenários, teóricos e práticos, dos sentidos de responsabilidade política e da teoria das emoções emprestados ao jogo da democracia representativa. Os discursos e entrevistas catalogados servirão para analisar, frente ao binômio Institucionalidade/Racionalismo e Populismo/Emoções a volatilidade dos discursos de Collor frente ao momento político, ao público alvo e à demanda institucional, procurando compreender as práticas argumentativas que embasam os regimes democrático-representativos, deslocando o conceito de legitimidade para o conceito de retórica. Dessa forma, busca-se nesta análise responder à seguinte pergunta: como os discursos de Fernando Collor retratam o sujeito político transitório entre as emoções e o racionalismo nos sistemas democrático-representativos e da responsabilidade política. O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro uma reconstrução narrativa dos acontecimentos que se inicia com o período eleitoral de 1989 até a posse de Collor em março de 1990. O segundo capítulo acompanhará o período que se inicia com a posse até o início das primeiras denúncias contra o Presidente e, por fim, o terceiro capítulo cuidará do ano de 1992 até a renúncia de Fernando Collor de Mello à Presidência da República. Entre o primeiro e segundo capítulos tomamos a liberdade de realizar um “interregno”, ao qual denominamos, midiático, no qual analisamos detidamente a figura de Collor, construída pela volatilidade de percepções e/ou interesses da mídia durante o período entre a eleição de dezembro de 1989 e a posse em março de 1990. A metodologia adotada busca um diálogo transdisciplinar entre as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas com o intuito de apresentar uma visão nova sobre o período do governo Collor, dialogando com teorias clássicas e insurgentes dos respectivos campos científicos.

**Palavras-chave:** Discursos; Responsabilidade política; Emoções políticas; Institucionalismo; Fernando Collor.

## **ABSTRACT**

This work seeks to analyze the period prior to the election of Collor de Mello and his resignation in 1992. The President's own speeches and interviews are used to analyze the theoretical and practical scenarios of the senses of political responsibility and the theory of emotions lent to the game of representative democracy. The cataloged discourses and interviews will be used to analyze the volatility of Collor's speeches vis-a-vis the political moment, the target public and the institutional demand, in an attempt to understand the argumentative practices that underpin the democratic-representative regimes in the face of the Institutionality/Rationalism and Populism/Emotions binomial, shifting the concept of legitimacy to the concept of rhetoric. In this way, we seek to answer the following question: how, Fernando Collor's speeches portray the transient political subject between emotions and rationalism in democratic-representative systems and political responsibility. The work is structured in three chapters, the first one is a narrative reconstruction of events that begins with the election period of 1989 until Collor's inauguration in March 1990. The second chapter will follow the period beginning with possession until the beginning of the first denunciations against the President and finally the third chapter will take care of the year 1992 until the resignation of Fernando Collor de Mello to the Presidency of the Republic. Between the first and second chapters we took the liberty of performing an "interregnum," which we call the media, in which we closely analyze the figure of Collor, constructed by the volatility of perceptions and / or interests of the media during the period between the December election 1989 and possession in March 1990. The adopted methodology seeks a transdisciplinary dialogue between the humanities and applied social sciences in order to present a new vision of the Collor administration period, dialoguing with classical and insurgent theories of the respective scientific fields.

**Key-works:** Speeches; Political responsibility; Political emotions; Institutionalism; Fernando Collor.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
2. CAPÍTULO I – “Vamos aos fatos”? O período eleitoral de Collor.....	19
2.1. A entrevista de abril de 1989: O azarão diz a que veio.....	26
2.2. A entrevista ao Programa Roda Viva em agosto de 1989.....	32
2.3. Análise das campanhas publicitárias veiculadas em rede nacional.....	36
2.4. Debates eleitorais do Segundo Turno das Eleições .....	43
3. INTERREGNO MIDIÁTICO: Candidato eleito .....	52
4. CAPÍTULO II – Posse e primeiro ano de governo: a materialização da institucionalidade dos discursos e da Responsabilidade Política .....	54
4.1. Por uma reflexão sobre Responsabilidade Política .....	55
4.2. Discurso de posse e abertura dos trabalhos legislativos de 1990. ....	59
4.3. Discurso de Posse dirigido à população.....	64
4.4. Discursos proferidos durante o ano de 1990 .....	67
4.5. Discursos proferidos durante o ano de 1991 .....	78
5. CAPÍTULO III – Das denúncias à renúncia: um sujeito perdido na transição entre emoção e racionalidade.....	86
6. 5.1. As primeiras denúncias.....	86
5.2. Discursos proferidos durante o ano de 1992 .....	88
5.3. Discurso em rede nacional antes da votação do Impeachment.....	94
7. CONCLUSÃO .....	104
8. Fontes:.....	107
9. Bibliografia .....	109

*“a imaginação prevalecerá. (...) A imaginação dispõe de tudo; faz a beleza, a justiça e a felicidade, que é tudo no mundo.”. Ou ainda “Essas cordas que ligam, pois, o respeito a tal e tal em particular são cordas de imaginação”.*

*- Blaise Pascal, pensamentos*

## INTRODUÇÃO

Dia 29 de dezembro de 1992. O advogado José Moura Rocha, frente ao Congresso Nacional, lê uma carta em que Fernando Collor de Mello renuncia ao mandato de Presidente da República (BRASIL 1992)<sup>1</sup>. Finda-se, assim, o primeiro governo eleito no Brasil após a ditadura militar, instaurada em 1964. Muitas têm sido as abordagens desse período no Brasil, muitos pesquisadores se debruçaram a analisar o papel da mídia (DOS SANTOS 2009), o papel das manifestações (ALVES e BONI 2011), o papel da cultura política neste período (PIVA 2010), no entanto, escapa-se uma análise importante: como transitou Fernando Collor neste período, o que disse, como este sujeito instrumentalizou e/ou transitou em um sistema complexo que culminou em sua renúncia?

Este é o objetivo desse trabalho, analisar de forma egocentrada este sujeito a partir de seus discursos, suas manifestações, suas posturas frente a uma sociedade complexa que foi sua base e posteriormente, sua queda. Apesar do curto espaço temporal analisado, 1989-1992, entendemos que realizar uma análise singular, partindo do sujeito, pode apresentar uma nova perspectiva sobre os acontecimentos e processos que caracterizaram este período histórico de transição democrática brasileira pós-1988.

Ao utilizar o termo egocentrada buscamos enquadrar o sentido da expressão na forma trazida pelos pensadores das “redes sociais<sup>2</sup>”, como exposto na sociologia e antropologia. No entanto, para a maior parte desses pensadores, o termo é empregado em sentido coletivo, tratando de “redes egocentradas<sup>3</sup>”, a

---

<sup>1</sup> Conteúdo da carta: “Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que, nesta data, e por este instrumento, renuncio ao mandato de Presidente da República, para o qual fui eleito no pleito de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989, Brasília, em 29 de dezembro de 1992. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/20-anos-do-impeachment/sf\\_30121992](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/20-anos-do-impeachment/sf_30121992)

<sup>2</sup> Entre os quais se destacam (GRANOVETTER 1983)

<sup>3</sup> En este tipo de planteamientos, el concepto y los contenidos de la red están más o menos predefinidos y se limitan, en realidad, a una parte de lo que los “análisis de redes” entienden por “red social”, esto es, solamente a la parte más densa y evidente de una red de relaciones. Estas formas de hablar son útiles y operativas para el historiador a la hora de articular sus discursos, pero poco aportan al proyecto investigador de los análisis de redes de intentar observar las redes de

despeito disso, partindo do pressuposto de que não existe a “unidade do indivíduo”, mas sim a multiplicidade do sujeito para com ele mesmo e para com os outros<sup>4</sup>, entendemos ser possível tanto a aplicação do termo quanto seus pressupostos em uma análise a partir do indivíduo, assim como realizado em parte do trabalho de Maria Inês Vendrame, em relação aos imigrantes italianos no sul do Brasil (2016), a autora parte de diários, falas públicas e outros documentos para reconstruir o sistema social de uma pequena cidade gaúcha no século XIX. Com efeito, há registros de pesquisas seguindo essa linha desde a década de 50, principalmente no campo da Antropologia Social, os estudiosos costumam posicionar esta tradição intelectual a partir de Simmel (1964), com seu famoso ensaio intitulado “*Conflict And The Web Of Group Affiliations*”, publicado em 1896. No campo da historiografia propriamente dita, a linha mestra a ser perseguida é dada por Carlo Ginzburg (1987); Simona Ceruti (1998); Giovanni Levi (2000), esta linha ficou conhecida na historiografia como micro-história italiana.

Diante disso, a hipótese que orientará esta pesquisa está engendrada nos discursos e entrevistas de Fernando Collor no período que compreende abril de 1989 e dezembro de 1992. O marco inicial de análise é a entrevista concedida por Collor à revista *IstoÉ*, naquela data, intitulada “o azarão diz a que veio” e o marco final é a manifestação de seu advogado no Congresso Nacional lendo sua renúncia. Todo o material, composto por várias horas de vídeos (institucionais ou não) e entrevistas, será analisado à luz do binômio

---

relaciones en toda su amplitud y complejidad. Esta metodología plantea la cuestión al revés. No parte de una definición a priori, plana o cerrada, de lo que es “red social”. Entiende una red como un conjunto de conexiones entre actores relacionados de un modo u otro a través de interacciones efectivas que se producen en un momento dado. En el fondo, se trata de observar, de la manera más completa posible, el conjunto de interacciones entre individuos para detectar las formas de articulación que estas revelan, desde los grupos o “cliques” de personas más vinculadas entre sí hasta las relaciones más ocasionales o alejadas de esos entornos densos. (BEUNZA e RUIZ 2011, 75)

<sup>4</sup> Não cabe aprofundar nesse trabalho sobre essa questão, nos limitamos a trazer à tona as discussões apresentadas por Freud e posteriormente por Lacan com os três tipos de identificação: “primária; melancólica/regressiva; histérica” (FREUD, O Eu e o Isso 1990(1923)., LACAN, A Identificação 1961), ou, igualmente interessante, a análise de subjetividade egóica de Kierkegaard (Kierkegaard 2007). Interessante, a título de síntese, a obra de (LIMA 2012).

Institucionalidade/Racionalismo e Populismo/Emoções, conforme serão trabalhados no decorrer do trabalho.

Dessa forma, buscar-se-á com uma análise gráfica, no final do trabalho, uma exposição objetiva dos resultados da análise do período histórico proposto, resguardando as barreiras temporais do período sem ter a pretensão de conectar o passado (mesmo que recente) com o presente e futuro do sistema político brasileiro. Ou seja, um gráfico temporal da fluidez<sup>5</sup> dos discursos de Fernando Collor em decorrência de sua estratégia e/ou destinatário, o qual tentará, a título de conclusão, trazer os principais avanços da pesquisa proposta, sem a pretensão de se realizar uma análise quantitativa dos discursos de Collor, tampouco uma Análise do Discurso, mas sim a compreensão das ações/emoções deste sujeito nas condições sócio-históricas em que estava inserido. Com isso, buscaremos evidenciar ou não a volatilidade do sujeito político a partir de um arquétipo argumentativo<sup>6</sup> específico diante da condição posta. Para trabalhar com esse binômio será realizada uma análise teórica que trabalhe os conceitos apresentados durante a pesquisa com maior rigor teórico, utilizando de bibliografia na seara das ciências políticas e da sociologia.

A escolha dessa metodologia assentada em perspectivas da sociologia e da ciência política se justifica pela tentativa de mesclar a abordagem historiográfica proposta com as análises mais específicas sobre o sistema institucional e político. Dessa forma, tendo como núcleo a transdisciplinaridade, acreditamos que o trabalho apresentará um quadro geral relevante para a compreensão do período histórico 1989-1992.

Diante do exposto, em síntese, este trabalho se propõe a analisar o sujeito Fernando Collor de Mello a partir de seus discursos e emoções em um espaço de tempo que compreende o período anterior ao governo até a renúncia. Partindo dessa análise, poderemos refletir sobre o papel das emoções no jogo político

---

<sup>5</sup> Gráfico de transcurso temporal dos discursos de Collor em paralelo com o momento político específico.

<sup>6</sup> Com isso, busca-se descrever como, a partir de uma posição de poder e/ou um cargo, com exigências e pressões típicas, os sujeitos tendem a ter seus discursos encapsulados em um determinado padrão, mais ou menos previsível.



frente a um sistema institucional que não as comporta, perpassando, por fim, com a análise de como a Responsabilidade Política tal qual a concebemos é fragilizada ou mitigada nos sistemas democrático-representativos. Não se pretende realizar, no entanto, uma análise que sirva de explicação geral e abstrata para o funcionamento da democracia-representativa<sup>7</sup>, ao revés, objetiva-se a incursão a partir de um sujeito específico que ocupou o cargo máximo neste sistema, inserindo no sistema sua própria dinâmica psíquica, as suas emoções e sensações individuais, dentro do jogo institucional.

O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro uma reconstrução narrativa dos acontecimentos que se inicia com o período eleitoral de 1989 até a posse de Collor em março de 1990. O segundo capítulo acompanhará os acontecimentos desde a posse até o início das primeiras denúncias contra o Presidente e, por fim, o terceiro capítulo cuidará do ano de 1992, quando se acirra o conflito até a renúncia de Fernando Collor de Mello à Presidência da República— um caso limite no processo de sociação para utilizar uma expressão familiar a Simmel. Entre o primeiro e segundo capítulos tomamos a liberdade de realizar um “interregno”, ao qual denominamos, midiático, no qual analisamos detidamente a figura de Collor construída pela e através da mídia no período entre a eleição de dezembro de 1989 e a posse em março de 1990.

Neste momento, com uma efervescência política diante da primeira eleição direta para Presidente da República após o período da ditadura civil-militar que se iniciou em 1964, há o expressivo número de vinte e dois candidatos ao Planalto. Nesta ocasião, Collor é entrevistado pela revista ISTOÉ em abril de 1989. Essa entrevista é a primeira fonte a ser analisada.

Passa-se ao período eleitoral, propriamente dito, que ocorre a partir de julho de 1989, onde analisamos vasto material de entrevistas, considerando jornais (em papel ou pela televisão), comícios e *jingles* de campanha. É o período clássico em que se busca uma co-identificação entre a população e o futuro governante e é fundamental para se analisar os discursos postos, ainda fora da

---

<sup>7</sup> Que, conforme se observará na sequência, apresenta forte tendência de ruptura.

lógica institucional. É o momento, segundo análise teórica que serve de *background* para a pesquisa, partindo de Pierre Ansart, em que ocorre o contato mais direto com a população e onde os discursos alcançam níveis de emotividade maiores, tendo em vista a inexistência das amarras institucionais e dos demais interesses que não os populares.

A partir de setembro/outubro de 1989, ocorrem os debates pela televisão e pelo rádio, que também serão analisados pela pesquisa. Aqui, há a necessidade de homogeneização dos discursos pelos candidatos, tendo em vista o direcionamento amplo e mais distante. Há, claramente, uma mudança na estratégia retórica, do local para o geral e da contundência para uma escolha mais parcimoniosa de palavras.

Segue-se o primeiro turno, que ocorreu em 15 de novembro de 1989, data que marcava o centésimo aniversário da proclamação da República. Dar-se-á foco no dia das eleições e na véspera para observar com maior clareza os discursos finais de Collor. Neste momento, é entendido que as últimas estratégias retóricas são expostas, de forma muito mais rasa do que durante a construção da candidatura, tendo em vista a pressão temporal.

Diante do resultado do primeiro turno, que consagra Collor e Lula como candidatos ao segundo turno, têm-se uma nova fase de campanha, de entrevistas e de debates eleitorais, que se acirram tendo em vista a competitividade nas pesquisas eleitorais. No dia 17 de dezembro de 1989, ocorre o segundo turno e a consagração de Collor como Presidente do Brasil, com mandato a se iniciar em 15 de março de 1990.

Há, antes da posse, forte material de entrevistas sobre a formulação das políticas de governo, organização dos cargos etc. já fora da lógica do discurso eleitoral, permeado pela institucionalidade. Em 15 de março, ocorre a cerimônia de posse com um discurso voltado para as propostas do governo.

Avança-se, a partir daqui, para o segundo capítulo deste trabalho, que cuida de analisar o início do governo Collor, sua transição de candidato para

Presidente e o impacto dessa transição em seus discursos. Cuida-se ainda neste capítulo da cristalização em Collor dos conceitos da denominada Responsabilidade Política. Neste capítulo o foco será a análise de documentos institucionais, como discursos proferidos no Congresso Nacional e em eventos do governo.

O terceiro capítulo aborda o período agudo da crise política que se inicia no segundo semestre de 1991, quando o governo começa a sofrer com as primeiras denúncias envolvendo corrupção. Tentaremos expor, a partir da análise dos discursos de Collor, em especial, o anterior à renúncia, como, cada vez mais, as denúncias vão tomando conta dos discursos do Presidente até se tornarem seu único discurso e, ao mesmo tempo, realiza a transição dentro do sujeito Collor de Mello, para o abandono do tom institucional-racional para o emocional-populista. Este discurso é central à pesquisa, que considera tais descolamentos como tentativa clara de buscar nos sentimentos sociais com os “governados” algum lastro para evitar o fim do governo. Tomaremos este momento como um *turning point*, sem deixar de analisar, pautado nos três eixos propostos acima, o restante de seu governo, ou seja, segundo semestre de 1991 a 02 de outubro de 1992 (data do afastamento).

Por fim, munido dos capítulos anteriores, buscar-se-á, a título de conclusão, apresentar resultados e contribuições sobre o período estudado visando constatar ou não a volatilidade dos discursos de Fernando Collor frente ao momento político, ao público alvo e à demanda institucional, constando, dessa forma, que os regimes democrático-representativos estão embasados, antes de mais nada, em práticas argumentativas próprias e sofisticadas que distorcem e transitam o conceito de legitimidade para o conceito de retórica. Essa transição ocorre a partir da análise que a sociologia traça sobre o “local de fala<sup>8</sup>”, segundo a qual o indivíduo tem a capacidade de fala legitimada a depender do espaço que ocupa.

---

<sup>8</sup> Vide (BOURDIEU e CATANI 2003)

Com essa estrutura buscaremos responder a seguinte indagação: como, a partir de uma análise egocentrada, os discursos de Fernando Collor retratam o sujeito político transitório entre as emoções e o racionalismo nos sistemas democrático-representativos e da responsabilidade política. A relevância da presente pesquisa encontra-se no fato de ser cambiado o processo de análise para o sujeito, a despeito de vários ricos trabalhos que cuidaram de analisar o período, seja em perspectiva político-institucional como (PIVA, 2010), seja analisando o papel da mídia na escalada e derrocada do governo Collor, como visto em (CARVALHO, 2004), passando por análises mais circunscritas como a realizada por (DOS SANTOS, 2008) ao analisar as capas da Revista Veja sobre Fernando Collor.

Com isso, acreditamos que o presente trabalho poderá contribuir para as reflexões sobre o papel do indivíduo em sociedade, analisando como um sujeito, necessariamente, detentor de emoções se relaciona em uma dimensão social e institucional. A presente pesquisa analisará, com base em discursos e demais manifestações, como o fluxo de influências indivíduo-sociedade, indivíduo-institucionalidade e sociedade-institucionalidade são transitórios nos regimes democrático-representativos.

## **CAPÍTULO I – “Vamos aos fatos”? O período eleitoral de Collor**

Domingo, 20 de setembro de 1992, Fernando Collor de Mello, presidente da República, se dirige à população em rede nacional, um mês antes de sua renúncia, motivada pelo início do processo de Impeachment. Não há mais o suporte do Congresso Nacional, não há mais o apoio incontestável da mídia, como nos anos anteriores. O que resta? A descrença de que o dito sujeito político da democracia representativa, o povo, pudesse mantê-lo na presidência da República. Este pronunciamento, o último antes da renúncia, é talvez o capítulo mais emblemático de uma das figuras mais paradoxais da chamada nova República, inaugurada com a Constituição de 1988. Como uma figura que surge meteoricamente, com o apoio irrestrito da mídia, consegue alicerce político, derrotando, nas primeiras eleições pós-ditadura civil-militar, dinossauros da política e outros nomes de envergadura história no ambiente político e, dois anos depois, renuncia, por meio de seu advogado, encerrando seu governo.

Este foi o fim do governo de Fernando Collor e seu último discurso em rede nacional ainda é lembrança viva na memória dos brasileiros. A questão é, quais marcas foram alteradas em seus discursos antes e durante o seu governo. Quem era e a quem se dirigia em cada fase de seu mandato Fernando Collor?

Para responder essa pergunta utilizaremos da narrativa, pois entendemos que se trata de uma forma mais direta e com possibilidade de permitir ao leitor deste trabalho a constituição de um imaginário mais fluído, que não esteja preso às amarras impostas pela escrita acadêmica, mas que guarde, da mesma maneira, metodologia e a temporalidade, conforme trabalhado pela historiografia (VOVELLE 2011, 343). Para tal exercício, utilizaremos recortes de entrevistas e relatos proferidos por jornalistas, políticos e outras personalidades que registraram posições que servem, de certa forma, como possibilidades para ancorar a narrativa junto à realidade. A narrativa, como fonte, permite, de forma restrita temporalmente, buscar uma análise dos acontecimentos com os ruídos específicos do período.

*Ele era uma figura inexpressiva* afirma o jornalista Wianey Pinheiro, referindo-se à projeção que Collor desfrutava na mídia de abrangência nacional ao ser eleito governador de Alagoas. Seguindo a mesma linha, Bob Fernandes relata uma passagem que ficou em sua memória, ocorrida na época em que cobria a Assembleia Nacional Constituinte pela Folha de S. Paulo.

“Um dia de manhã, Constituinte andando, vejo um sujeito apressado, assim como se fosse um atleta, de terno bege clarinho, me lembro até hoje, de terno bege claro, bem claro, quase gelo, entrar com dois ou três assessores no gabinete do Covas”. (DOMINGOS DA CRUZ 2013, 69)

Naquele primeiro momento, não foi a figura do já empossado governador de Alagoas que veio à mente do jornalista. Bob Fernandes, neste momento, vivia intensamente a cobertura da campanha das Diretas e acompanhou de perto a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral:

“Eu vi aquele cara entrar e pensei: esse cara eu conheço da campanha do Maluf, ele votou no Maluf. Um ilustre mané, ninguém sabia quem era o Collor. Era um jovem de quem eu lembrava vagamente da época da eleição no colégio eleitoral” (DOMINGOS DA CRUZ 2013, 70).

Curioso sobre o motivo da visita, Fernandes procurou Mário Covas, então senador por São Paulo, com quem recorda ter travado o seguinte diálogo. Eu falei: “*o que aconteceu?*”. E ele: “*É um maluco, o Collor, ele veio dizer o seguinte, que eu vou ser presidente, então ele quer ser meu candidato à vice*”. Dessa forma, conforme os relatos extraídos de Domingos da Cruz (2013, 70), Collor era um desconhecido tanto para a elite política, a imprensa, quanto pelo resto da população.

No início de 1989, Collor cria, às sombras do PMDB, o PRN (Partido da Renovação Nacional). No início deste ano, as primeiras pesquisas eleitorais foram favoráveis à sua candidatura. Sem base partidária, fez uma campanha solitária. Construiu uma eficaz estrutura de propaganda e marketing. Elaborou um discurso eleitoral direto, compreensível à maioria dos eleitores. Collor simplificou a

complexidade dos problemas nacionais como podemos depreender do seguinte trecho em entrevista realizada pelo programa Roda Viva, em 1989:

(...) (o Presidente deve) Cumprir com as suas atribuições básicas em relação à sociedade que é poder dar o remédio quando o cidadão deles necessite no posto de saúde que seja possível dar um pedaço de Giz para que o professor possa dar aula e mais do que isso que possa pagar salários aos profissionais de educação e saúde (...) (COLLOR DE MELLO, Entrevista Roda Viva 1989 1989).

Têm-se início, em julho de 1989, uma campanha eleitoral turbulenta, especialmente pela concorrência de 22 candidatos à presidência da República<sup>9</sup> e pelo momento de instabilidade econômica decorrente do Governo Sarney, tudo isso somado ao facto de se tratar do primeiro pleito direto desde a redemocratização do país. Sem receber o apoio de grandes siglas, Fernando Collor de Mello aposta nos empresários para o financiamento de uma campanha eleitoral que já parecia promissora, desde o início, com as exposições, ainda como governador, em capas da Revista Veja (DOS SANTOS, 2008, p.37). Segundo a opinião do jornalista Mário Sérgio Conti:

O que explica essa arrancada fenomenal? A resposta cabe em duas palavras: propaganda e dinheiro. Em pouco mais de dois meses, o candidato apareceu em três programas publicitários, de uma hora cada um, em rede nacional de televisão. Programas caros, pagos por Collor. (CONTI 1999, 141)

O discurso de Collor foi estampado e divulgado pelos grandes centros de comunicação social da forma que mais favoreciam o candidato, e, bem verdade, condiziam com a factualidade: um discurso simples e raso para resolver os problemas do país. Collor recebeu, já próximo ao primeiro turno, apoio empresarial<sup>10</sup> e obteve colaboração, nos estados, dos dissidentes dos maiores partidos, cujos candidatos à Presidência não tinham conseguido obter sucesso

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1899/candidatos-1989>

<sup>10</sup> É o que afirma (LAMOUNIER 1990) e é confirmado pelo apoio oficial, no segundo turno, da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, embora Collor tenha negado, à época, o apoio.

eleitoral, como o PMDB e o Partido da Frente Liberal (Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, respectivamente).

Foi uma campanha acirrada e recheada de acusações. Nesse momento, o empresariado apoiou, sem ressalvas, o candidato do PRN. Temia-se, de fato, que a vitória de Lula pudesse levar o país ao socialismo, mesmo com a queda do Muro de Berlim semanas antes, a 9 de novembro de 1989.

Foi tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias, que na avaliação do próprio presidente, teria sido “extremamente importante na eleição” (VILLA, 2016, p. 56). Era ele quem recebia as doações (sem registro) dos empresários<sup>11</sup>. As estimativas variam sobre o total arrecadado no processo eleitoral. Em uma delas, de um aliado muito próximo de Collor, o deputado Cleto Falcão, afirmou-se que a arrecadação teria alcançado US\$ 134 milhões e que sobraram, no final da campanha, US\$ 52 milhões (VILLA 2016, 67). Havia, dessa forma, interesse direto do empresariado em consagrar uma figura política ascendente e quixotesca, como era o caso de Collor, provavelmente pela possibilidade de moldagem do mesmo a uma política internacional que se alinhasse mais à cartilha neoliberal que construía consensos no mundo pós-guerra fria, sob os auspícios de Ronald Reagan e Margareth Thatcher.

Sob uma perspectiva individual, no entanto, este desejo de Collor em ser Presidente se iniciou, como nos parece, de um interesse pessoal intergeracional<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> “Anos depois, ao depor no Supremo Tribunal Federal (STF), PC Farias —como ficou conhecido— justificou dizendo que, [...] debruçado na legislação eleitoral vigente no país, verificou que, de forma alguma, era possível fazer uma campanha de maneira como está inserida na legislação brasileira; que esta legislação, uma verdadeira hipocrisia nacional, nunca foi levada a sério por nenhum dos candidatos, a qualquer cargo eletivo, vez que a proibição de doação de campanha, por parte das pessoas jurídicas, torna, de fato, impossível o cumprimento desta legislação; que as campanhas eleitorais no Brasil são feitas com o caixa dois das empresas, e assim o foram e assim continuam, enquanto não houver uma legislação séria no país; que em função dessa dificuldade da maneira de operacionalizar uma campanha política com os entraves da legislação e orientado pela prática política que sempre norteou essas campanhas, criou-se uma conta fictícia, a qual denominou de conta de campanha, em nome de Alberto Alves Miranda; que essa conta foi operada no Banco Mercantil de Crédito”. (VILLA 2016, 75)

<sup>12</sup> Dizemos isso pois, em uma lógica Lacaniana, Collor não seria considerado um sujeito desejante, mas sim um alienado frente ao desejo intergeracional de poder criado na lógica patriarcal da família, como explicaremos em detalhe mais a frente. (LACAN, O Seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise 1964)



de Collor para se tornar Presidente da República. Tratava-se de um sujeito advindo de uma família tradicional de políticos, que, no entanto, estava mais conectada com a política local de seu Estado natal, Alagoas, do que com as perspectivas políticas nacionais. Importante para essa análise é a figura do pai de Collor, o político Arnon de Mello, que fora governador e senador de Alagoas. Tratava-se de uma imagem coronelista, com carreira atravessada por escândalos, incluindo o assassinato de um parlamentar em plena sessão legislativa em 1963<sup>13</sup>, ou seja, um político que tinha possibilidades limitadas de ascensão para além dos cargos de Governador e Senador. Diante dessa conjuntura, podemos entender Collor como espelho do seu pai<sup>14</sup>, com as possibilidades que aquele não teve para avançar a degraus mais altos da vida política brasileira.

Importante também analisar a questão da idade, Collor de Mello foi indicado para ser Prefeito de Maceió com apenas 30 anos de idade, avançando velozmente em todos os espaços que já tinham sido ocupados pelos antepassados, Governador e Deputado Federal. Só havia um último posto a alcançar, a Presidência da República. Apesar de carecer de fontes para uma afirmação peremptória, é bem plausível conceber que, ao perceber a influência do pai em Collor, que o mesmo pudesse ter incentivado o filho a buscar alianças para se tornar Presidente, apesar de não ter podido presenciar a posse do filho, haja visto que faleceu em 1983. Analisando do ponto de vista da psicanálise de forma superficial, poderíamos<sup>15</sup> chegar à conclusão de que havia um dever intergeracional de ascensão dentro da estrutura familiar entrelaçada com a vida pública. Essa ascensão, com a morte do pai em 1983, tende a realizar a transição desse dever de lealdade parental para o campo metafísico, tendo em vista a ausência do sujeito em matéria e presença em lembrança. Isso ajuda a explicar,

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/senado-ja-teve-ate-assassinato-em-plenario,50899>

<sup>14</sup> O avô de Collor, Lindolfo Color, havia sido deputado federal, o que demonstra um sistema de “progressão familiar” na vida política, bem na lógica que Freud explica em “uma neurose infantil” (1996, 12)

<sup>15</sup> Apesar de interessante, a análise de Collor a partir da psicanálise não será aprofundada neste trabalho. De qualquer forma, resguardados os deveres éticos, trata-se de rico campo de pesquisa para incursões futuras.

por exemplo, o porquê Collor abre mão do mandato de Prefeito de Maceió para se candidatar (pela primeira vez) a Deputado Federal.

Do lado da sociologia, podemos encontrar reflexões sobre a transmissão do poder político e a construção de redes familiares de transmissão do capital político. Importante para essa reflexão é Letícia Canêdo, que afirma:

Em resumo, as expressões transmitirão do poder, afilhado, ou herdeiro, ao mergulharem as eleições nos seus determinantes sociais, trazem à tona as manifestações do "espírito família", e não do "espírito público". Nesse sentido, invertem o que está contido na visão institucionalizada da cidadania cívica, ao exibirem o eleito impondo a escolha de seu sucessor e, conseqüentemente, retirando do eleitor certos atributos invocados pela "cartilha democrática", como o modo de seleção do pessoal político (a eleição pelos "cidadãos") e o princípio de legitimidade ("o povo" como fonte de poder). (CANEDO 1997, 42)

Nesse sentido, conforme a autora, há uma transmissão do poder em si, o que seria uma desvirtuação do princípio democrático. Nesta lógica, o povo se torna apenas um instrumento de poder. Acreditamos que essa instrumentalização do "povo", apresenta forte subsídio para a leitura e análise do presente trabalho.

Motivado por estas questões familiares e acolhido pelos empresários que pretendiam reformar o capitalismo brasileiro sob bases neoliberais, abraçando uma agenda de luta contra a corrupção e os privilégios (a caça aos marajás, como denominou), em 15 de novembro de 1989, Fernando Collor venceu o primeiro turno com 28,52% dos votos. Na reta final, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), venceu Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), obtendo 16,08% contra 15,45% do petetista. No segundo turno, Collor teve de enfrentar uma ampla aliança política que ia do Partido Comunista Brasileiro até o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), passando pelo PDT, Partido Verde e até o PMDB, que decidiu votar em Lula, ainda que o apoio tenha sido recusado pelo petista.

Diante desse cenário, que no decorrer deste trabalho será expandido e pormenorizado, inicia-se o curto período de 1 mês até o segundo turno. Neste tempo, a principal atividade de campanha foram os debates nas redes de rádio e televisão, onde os dois candidatos, Collor e Lula, se dirigem de maneira mais generalista ao “povo<sup>16</sup>” brasileiro.

No domingo, 17 de dezembro, Fernando Collor de Mello venceu o segundo turno da eleição presidencial. Obteve 35.089.998 votos (42,75%) contra 31.076.364 do seu opositor (37,86%). Abstiveram-se 11.814.017 eleitores (14,40%), 1,20% votaram em branco e 3,79% optaram pelo voto nulo. Dias após o pleito, os partidos que apoiaram Lula manifestaram que fariam oposição ao novo presidente, sugerindo que o isolamento eleitoral deveria se manter mesmo após a vitória. O desafio de Collor era criar condições de governabilidade sem trair os compromissos de campanha, em especial a associação do “político tradicional” e do servidor público a figuras como “marajás”, que deveriam ser combatidos para acabar com a corrupção no país; e numa conjuntura econômica adversa.

Em 1989, último ano de governo de seu antecessor, José Sarney, a inflação anual tinha alcançado os 1.782,9% (no ano anterior fora de 1.037,6%). A moeda (o cruzado) não tinha valor. Usava-se o dólar como referência monetária. Os planos de estabilização (Cruzado, Bresser e Verão) tinham fracassado. José Sarney era ridicularizado, tanto que nenhum candidato à Presidência quis ter seu apoio. Acabou sua gestão sem conseguir enfrentar a grave crise econômica.

---

<sup>16</sup> A expressão “povo” é múltipla em significados, a depender das circunstâncias e do “aparelhamento” do termo, sendo comumente entendido, por exemplo, como: a nação, o eleitorado, os cidadãos, os trabalhadores do campo, os trabalhadores da cidade etc. (BONAVIDES 2002, 81-94, CANOVAN, *People, Politicians and Populism* 1984, 1999, 2-16, TAGGART 2000). Dessa forma, o conceito de “povo” assim como o conceito de “populismo” apresenta-se caracterizado com grande transversalidade e elasticidade, demonstrando em vários momentos um caráter “autolegitimante”. Diante disso, é patente que o termo “povo” reveste-se forte conteúdo emocional. Por exemplo, enquanto os movimentos de extrema direita, utilizando da retórica do medo, promovem um apelo pela “segurança” do “povo” frente às ameaças (em grande parte externas) como a imigração por exemplo, os movimentos questionadores utilizam do mesmo termo “autolegitimante” para promover o rechaço contra a corrupção e a atual forma de organização política. Diante disso, observa-se que ambos os movimentos, com ideologias praticamente antagônicas, utilizam-se dos mesmos “veículos emocionais” (COSSARINI e ALONSO 2015, 296) para justificarem seus discursos.

Essa forte conjuntura econômica, serviu de combustível para alavancar a campanha de Collor. De fato, conforme nos permite inferir Domingos da Cruz (DOMINGOS DA CRUZ 2013, 21), Fernando Collor só começou a disparar nas pesquisas após adotar um discurso mais ríspido de ruptura com o Governo Sarney, o que gerou até um processo por direito de resposta por este tendo em vista o tom mais agressivo utilizado por Collor nas propagandas eleitorais na televisão e rádio:

“Com licença minha gente, gostaria de me dirigir a um sujeito que ainda desgraçadamente ocupa a presidência da república. Gostaria de tratar o senhor Sarney com elegância e respeito, gostaria, mas não posso” (...) (COLLOR DE MELLO, Campanha de Fernando Collor para presidente 1989)

Foi fundamental, além da campanha midiática, esse tom mais forte de Collor para com o governo de José Sarney, apesar de, em 1988, Collor ter tecido vários elogios a Sarney em evento de entrega de uma hidroelétrica em Alagoas. Era este o ponto necessário para Collor se diferenciar dos demais candidatos que ocupavam este mesmo espectro político (direita liberal), um tom mais forte de campanha, utilizando, mais uma vez, a retórica emocional para catalisar a campanha eleitoral;

### **2.1. A entrevista de abril de 1989: O azarão diz a que veio.**

A grande exposição de Collor à sociedade brasileira, em nível de mídia maciça, se iniciou com a capa da revista VEJA de março de 1988. A emblemática capa trazia em seu bojo a chamada: O caçador de marajás<sup>17</sup>. A partir daí, temos a constituição efetiva de Collor como candidato a Presidente da República.

---

<sup>17</sup> “A partir de então, as suas aparições tornaram-se recorrentes e sempre com a mesma tônica. Chegou a ganhar uma matéria de capa na revista Veja de 23 de março de 1988, com o título “Collor de Mello: o caçador de marajás”. No interior dessa edição, o título da matéria era “A guerra ao turbante: no seu papel de caçador de marajás, o alagoano Fernando Collor de Mello torna-se um dos governadores mais populares do Brasil”. Nessa reportagem Veja apresentou o

Em abril de 1989, a Revista ISTOÉ abre espaço para realizar uma entrevista com o jovem e, por ela declarado, azarão governador de Alagoas que se candidataria pela sigla PRN, ao palácio do planalto. A figura de Collor não surge dali, como demonstra o trabalho realizado por (DOMINGOS DA CRUZ 2013), mas sem dúvida, temos nessa entrevista o início da trajetória de Collor a nível nacional à presidência da república. Nesta entrevista, a revista busca focar nas primeiras perguntas a imagem de um candidato jovem, arrojado e esteticamente bonito (frente aos padrões sociais) com forte direcionamento ao público feminino. Avança a entrevista com a afirmação da própria revista de que Collor não seria um “político”, ele incorporaria, nas palavras do jornalista, o papel de Dom Quixote:

ISTOÉ – o sr. se define um político, mas o eleitorado parece estar vendo no sr. a imagem do não-político, o sujeito que não tem partido, que é uma espécie de cavaleiro andante, que vai arrostando as coisas. Isso pode lhe beneficiar neste momento. Mas é possível vencer uma eleição presidencial no papel de Dom Quixote?

Collor – E possível estabelecer uma prática política que esteja associada ao caráter, à honradez, sobretudo à autenticidade. Na minha campanha a governador, rompi com todos os pactos de poder até então existentes. Foi uma candidatura em que me contrapus ao poder econômico, à estrutura do poder estadual, ao sindicato do crime, à contravenção penal, a tudo isso. Às vezes, as pessoas diziam: "Sem esses apoios que normalmente dão sustentação a qualquer candidatura, você não vai chegar lá." Ficou demonstrado, na prática, que dá para chegar. Não adianta chegar à Presidência da República inteiramente amarrado com compromissos que irão impedir, no exercício do mandato, que você execute o seu programa de reformas. Você vai ter de pensar, para

---

candidato Collor para o público como um possível candidato à presidência da república, enfatizando que foi devido a sua gestão moralizadora contra o funcionalismo público e as suas sucessivas críticas ao presidente Sarney os fatores que ajudaram a elevar sua popularidade. No interior da matéria, também já se observa a tentativa de vinculá-lo como um governador jovem e moderno. Veja caracterizou Collor como um político “de porte atlético, ex-campeão de caratê, sempre muito cuidadoso com os ternos e camisas – de punhos duplos, fechados por abotoaduras -, o governador ainda conserva os cabelos cheios”. Essa exposição na grande imprensa foi muito importante para a construção de sua imagem, pois a revista Veja nessa época já estava fazendo muito sucesso, chegando a marca de 800 mil exemplares semanais.” (MENGARDA e BRANDÃO 2015, 4)

governar, na nomeação da filha de fulano, da sogra de sicrano e assim por diante. (COLLOR DE MELLO, O azarão diz a que veio 1989)

Avança-se, na entrevista a afirmação por parte do jornalista de que Collor não estaria relacionado à prática política ligada à ideologia, ou seja, até a primeira metade da entrevista, esta cuida de criar um estereótipo positivo de Collor, tendo em vista o enquadramento do, à época, pré-candidato, a discursos autolegitimantes<sup>18</sup>, como são os discursos do “novo”, do “combate à corrupção”, da “não ideologia” entre outros, sobretudo o de “caçador de marajás”<sup>19</sup>. Nesse diapasão, o candidato responde à seguinte pergunta:

“ISTOÉ – Ideologicamente, então, o que o eleitor pode esperar do sr.? O sr. é um homem de esquerda, de centro, de direita?”

Collor – Sou basicamente um reformista. Sou progressista, tenho uma profunda preocupação social, até porque sou cristão e me orgulho de sê-lo e de praticar a minha religião. Eu me defino como um reformista cristão, com uma enorme preocupação com esta política econômica desconectada da nossa realidade. (COLLOR DE MELLO, O azarão diz a que veio 1989)

Basicamente, Collor utilizou de uma estratégia emocional para abordar a questão da ideologia. Essa estratégia condiz no entendimento da existência de uma divisão dentro da população (ricos e pobres, privilegiados e oprimidos, “camisados” e descamisados”) e maximização de seu discurso a partir do “vazio”<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Conforme a significação que Terry Eagleton empresta ao termo em seu livro “A Ideologia da Estética”: “O discurso autolegitimante do idealismo, ao contrário, pretende imitar a estrutura do dado em seu próprio movimento: quanto mais severamente autotélico ele se torna, mais ele se considera decididamente realista”. (EAGLETON 1993, 105)

<sup>19</sup> Aliás, é com base nesta estrutura de discursos que se forjou o termo “caçador de marajás”, quando Collor ainda era Governador de Alagoas, após uma passagem por indicação como prefeito de Maceió e deputado federal. O núcleo duro deste discurso estava em um embate do então governador que propôs o corte de vencimentos considerados abusivos do serviço público do Estado.

<sup>20</sup> Nesse sentido, importante retomar Lacan, quando afirma: “Even if it communicates nothing, the discourse represents the existence of communication; even if it denies the evidence, it affirms that speech constitutes truth; even if it is intended to deceive, the discourse speculates on faith in testimony.” (LACAN, 1966, p.33)

Na metade da entrevista observamos a intenção do jornalista em analisar as relações de Collor frente a outros candidatos e frente a outros políticos da época, tendo em vista que são perguntas que repercutem menos na análise proposta, avançamos para um ponto mais sensível do texto, qual seja, a seguinte pergunta do entrevistador:

ISTOÉ – Do fundo do coração, o sr. acredita que realmente tem chances de ser presidente?

Collor – Sem nenhuma presunção, eu sou o futuro presidente da República. (...)

ISTOÉ – Você tem um especial preparo físico para a campanha?

Collor – Tenho. E bom. Inclusive para suprir a deficiência eventual de companheiros. (COLLOR DE MELLO, O azarão diz a que veio 1989)

Essas duas perguntas, que fecham a entrevista, são emblemáticas, pois servem para realizar uma análise do sujeito a partir de sua percepção de si. Seria impossível realizar a análise proposta sem compreender que existe um ponto fulcral que legitima e possibilita a concretude dos dados e sua posterior análise, trata-se de um sentimento, a confiança. O candidato, durante todo o período pré-eleitoral e durante seu governo, demonstrou ou buscou demonstrar ter confiança em seu projeto político, o que possibilita realizar uma análise padrão de seus comportamentos durante o período, legitimando, dessa forma, a estrutura de gráfico proposta.

Importante destacar que, segundo nosso entendimento, analisando esta entrevista e o meio de comunicação ISTOÉ, podemos entender que o público alvo foi um setor mais abastado da sociedade com algumas incursões à classe mais rica. Diante disso, não vislumbramos uma grande alteração do discurso para o lado emotivo. Isso nos possibilita entender e propor um modelo gráfico, nos seguintes moldes:

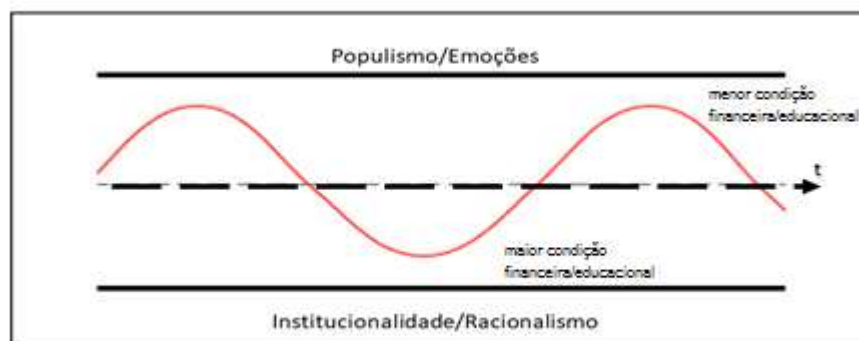


Figura 1: Representação gráfica de volatilidade de discurso em aspectos financeiros e educacionais. Produção nossa.

A título de expressão em sentido de gráfico, é claro que generalizações foram realizadas, mas em regime de padrão, a realidade é esta, utilização de discursos mais ligados à institucionalidade e ao racionalismo quando o destinatário da mensagem ocupa os setores mais abastados da sociedade. Seria igualmente acertada a divisão em setores “trabalhistas” e setores “rentistas” como tantas outras, sem distorção. Importante frisar que este não é um padrão que leva em consideração o ideário, como tivemos a oportunidade de demonstrar em trabalho anterior (CORRÊA, et al, 2017, p.190). Dessa forma, podemos concluir que, a depender do sujeito alvo, uma entrevista apresentará uma variação maior para discursos voltados à Institucionalidade/Racionalismo, do que outros. Isso não interfere na análise de que, em momentos de crise, é a lógica do Populismo/Emoções que tende a prevalecer.

Diante dessa realidade, ocultando-se o discurso na lógica do institucionalismo, nesta entrevista foi praticamente imperceptível a utilização de um discurso emocional, que nos permitiria uma incursão mais aprofundada sobre a *persona* Collor. Isso se dá, como vislumbramos, pelo tipo de público alcançado pela entrevista e pela forma como as perguntas estavam distribuídas, buscava-se muito mais uma caracterização de Collor como sujeito institucional do que Collor sujeito passional e, dessa forma, próximo da população em geral. Ou seja, no período eleitoral podemos perceber se cristalizar uma variabilidade entre



emoções/populismo e racionalismo/institucionalismo a partir do sujeito alvo das declarações.

Importante entender que, para esse trabalho, utilizamos o conceito de crise conforme apresentado por Rafael Valim na obra *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. De acordo com o exposto pelo autor, há hoje, nos sistemas democrático-representativos, uma prodigalidade na utilização do termo crise. Na verdade, a crise nestes sistemas não seria apenas uma consequência natural da estrutura, mas sim uma necessidade estruturante que permite, gradativamente, a transposição e desgaste do poder político originário, o povo<sup>21</sup>, para o baluarte da política neoliberal. O autor escreve, substituindo o adjetivo “crise” por “estado de exceção”:

“Significa dizer que a exceção abala, indubitavelmente, um dos pilares do Estado Democrático de Direito, qual seja, a soberania popular. Subverte-se a concepção de que toda e qualquer autoridade – administrativa, legislativa ou judiciária – é mera mandatária do povo e, por essa razão, deve atuar nos limites da Constituição e das leis, abrindo-se um perigoso espaço para o voluntarismo, o que constitui, aliás, o sentido genealógico do estado de exceção” (VALIM, 2017, p. 20)

Coaduna nesse sentido o sociólogo Jean-Claude Paye quando escreve que:

(...) a relação sociedade/Estado é definitivamente subvertida. A sociedade civil perde toda autonomia em relação à política. A noção de soberania popular, como fonte de legitimação do Estado, torna-se obsoleta. É o poder que concede ou retira a cidadania e que legitima o social, que o faz conforme a seu modelo ou, se necessário, criminaliza-o”. (PAYE, 2004, p. 205).

Diante disso, significa dizer que o fato de a Economia demandar um Estado em crise transforma essa condição em tão comum que deixa de ser considerada exceção (GARCIA DOS SANTOS 2007). Significa dizer que, ao contrário do que revela uma leitura superficial do conceito de “democracia de baixa intensidade” (SANTOS e AVRITZER 2003), a crise, instaurando um estado

---

<sup>21</sup> Não vale a pena analisar agora se o povo é ou já foi em algum momento o titular ou fonte do poder político nas democracias, em especial, nas democracias delegadas.

de exceção permanente, passa a ser a regra e *modus operandi* do sistema democrático atual praticado pelos Estados do ocidente.

Tendo em vista esta constatação, podemos aplicar de forma mais correta o conceito de crise quando a estrutura do sistema realmente é abalada, ou seja, quando há uma verdadeira instabilidade por fatores externos à racionalidade posta ao regime democrático-representativo. É isso que entenderemos como crise neste trabalho.

Necessária é essa divisão neste trabalho, pois, segundo entendemos preliminarmente, o governo Collor não foi concluído por fatores muito mais ligados à individualidade do sujeito Fernando Collor do que a conjunturas normais de crise no sistema político brasileiro.

## **2.2. A entrevista ao Programa Roda Viva em agosto de 1989**

No dia 08 de agosto de 1989, assim como todos os candidatos mais bem posicionados na corrida eleitoral, Fernando Collor foi entrevistado por uma equipe de jornalistas no tradicional programa televisivo Roda Viva. A entrevista durou cerca de uma hora, a maior parte desse tempo o candidato replicou debates sobre a política econômica e a conjuntura política do momento. No que toca o interesse dessa pesquisa, ou seja, o vínculo retórico entre Fernando Collor e o sujeito último da democracia, o povo, o candidato utilizou da retórica de “independência<sup>22</sup>” e constituição de um novo paradigma na figura dos atores políticos do país.

Em resposta a perguntas realizadas pelos telespectadores, foi questionado sobre a imagem de “caçador de marajás”, imagem que surgiu em março de 1988 com Collor estampando a capa da Revista VEJA daquele mês (DOS SANTOS, 2008, p.37). O candidato, nesta situação, recorre à via institucional para responder

---

<sup>22</sup> “Uma candidatura sem apoio de nenhum governador, sem apoio de nenhum senador, sem apoio de nenhum deputado federal, sem apoio de banqueiros, empresários e do sistema militar. A população já se cansou da figura do político tradicional” (COLLOR DE MELLO, O azarão diz a que veio 1989)

uma possível ambiguidade entre esta imagem e a ocupação de cargos públicos por parentes durante o Governo de Alagoas. O candidato expressa que suas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas daquele Estado e, dessa forma, não haveria qualquer irregularidade em suas ações como Governador.

Avançando na entrevista, temos a pergunta de Clóvis Rossi<sup>23</sup>, da Folha de S. Paulo, que questionou como o candidato cumpriria sua promessa de campanha de “colocar os corruptos na cadeia”, considerando que isso seria atribuição do Poder Judiciário e não do Poder Executivo. Neste ponto, Collor inverte o padrão de resposta e até se dirige diretamente à câmera, apresentando uma proposta de acesso à população às Procuradorias de Justiça etc. Nesta resposta, escolhe o candidato uma abordagem sem os jargões jurídico-institucionais da pergunta anterior, demonstrando que realmente buscava uma conexão com a população. Ele afirma: “(...) a corrupção está ligada à impunidade, a impunidade é a certeza do corrupto que seus atos não serão julgados, pois sempre haverá alguém no poder para lhe estender a mão, eu não serei essa pessoa” (COLLOR DE MELLO, Entrevista Roda Viva 1989 1989).

Em outra pergunta enviada pela população, sobre a origem do financiamento da campanha, em especial os inúmeros *outdoors* nas mais diversas cidades do país, Collor aproveita para manifestar-se, em sequência, na parte superior do gráfico apresentado neste trabalho, ou seja, um discurso voltado à população, com linguagem afeita aos aspectos cotidianos e emocionais, o candidato assim responde:

“Como eu disse outro dia no programa de, graças a Deus, poder tocar a minha campanha do tamanho das minhas pernas. Graças a Deus pertencer a uma família que não passa por muitas dificuldades e, além disso, nós temos outros amigos, sobretudo, aqueles que estão fervorosamente adotando essa mensagem de renovação, de recuperação, de mudanças, que podem nos dar a tranquilidade de poder fazer uma campanha rigorosamente espartana (...)”. (COLLOR DE MELLO 1989)

---

<sup>23</sup> Jornalista Brasileiro, colunista do Jornal Folha de São Paulo.

Essa resposta é emblemática, pois, em um momento anterior, respondendo à pergunta de um dos jornalistas sobre os gastos em campanha, percebendo (inconscientemente) o sujeito ao qual se dirigia, Collor optou por uma retórica diferente, dizendo que suas contas serão rigorosamente apuradas e aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, um discurso puramente institucionalizado. Isso provoca uma reflexão sobre o automatismo pelo qual o referido ator político se apresenta. Seu discurso se altera a partir da percepção primária de seu interlocutor, acreditamos que essa reação é realmente automática, no campo da inconsciência<sup>24</sup>.

Em outro momento importante da entrevista, questionado sobre uma medida concreta para melhorar a condição de vida da população, o candidato expõe, sobretudo, o controle da inflação. Irritado por não ter sua pergunta concretamente respondida, o jornalista Carlos Nascimento da Rede Record questiona diretamente, interrompendo o candidato, sobre qual medida pragmaticamente Collor iria tomar, diante dessa sublevação. O candidato não hesita em olhar para a câmera e dizer, “falta coragem, e só eu tenho essa coragem”, partindo, mais uma vez, para um discurso auto-evidente e auto-justificante que se enquadra, conforme entendemos, no campo da retórica e do apelo emocional.

Esta atitude, analisada em aspecto micro nesta entrevista e que será construído no aspecto macro quando analisada toda a documentação, será repetida em momentos de encurralamento: a estratégia de Fernando Collor é a utilização da figura das emoções em seus discursos. Essa mudança abrupta já apresenta o esboço básico do desenho da estratégia retórica utilizada, ou seja, a tendência é sempre se manter em um discurso institucionalizado, ou, como dizem alguns, um discurso vazio<sup>25</sup>, até se seja necessário delimitar posição, neste caso se utiliza da retórica auto-justificante e auto-legitimante das emoções.

---

<sup>24</sup> Nos alinhamos no sentido de se tratar, de fato, de uma resposta automática, tal como trabalhado por (VISCARDI 2006)

<sup>25</sup> É exatamente esse o sentido identificado por (IRWIN 2006, 299)

Diante dessa constatação, podemos encontrar uma representação a partir de um gráfico a ser diagramado da seguinte forma:

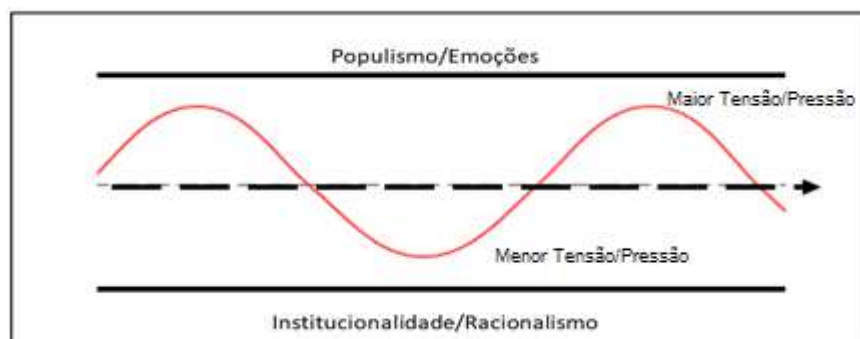


Figura 2: Representação gráfica de volatilidade de discurso em relação a tensões sócio-políticas. Produção nossa.

Muitos outros exemplos dessa variação de discurso poderiam ser extraídos desta entrevista ao programa Roda Viva, no entanto, comprovada nossa hipótese, de que os discursos são fluídos entre Institucionalidade/Racionalismo e Emoções/Populismo, apresentamos apenas mais um exemplo, bem expressivo, da transição entre figuras de linguagem do candidato. O cidadão Reimar Brandão, de Perdizes, perguntou ao candidato se algum corrupto foi preso em Alagoas; Collor de Mello assim respondeu:

“Em Alagoas não há mais corruptos, saíram todos aqueles que estavam encastelados no poder, foram devidamente os seus processos abertos e até fugiram do Estado, pois sabiam que a corrupção tinha acabado”  
(COLLOR DE MELLO, Entrevista Roda Viva 1989 1989)

Com isso, conseguimos, a partir da análise desta fonte, transmitir como a fluidez de um discurso pode ser apresentada e representada em apenas um curto espaço temporal. Collor consegue a percepção de quando estaria se dirigindo à população em geral e quando estaria se dirigindo aos setores mais ligados à institucionalidade, representando, dessa forma, um sujeito transitório em curto espaço de tempo.

### 2.3. Análise das campanhas publicitárias veiculadas em rede nacional

Adentrando para o período de campanhas publicitárias veiculadas nas redes de televisão e rádio, que se iniciaram em 15 de setembro de 1989, temos aqui um momento de diálogo direto com a maioria da população brasileira, e, por se tratar de Brasil, estamos necessariamente falando das camadas mais pobres da população. Para tal afirmação, buscamos alicerce no trabalho de Ricardo Paes de Barros *et alii*:

“Portanto, a magnitude da pobreza, mensurada tanto em termos do volume e da porcentagem da população como do hiato de renda, apresenta, na segunda metade da década de 90, a tendência de manutenção de um novo patamar, inferior ao observado desde o final dos anos 70. Isto indica, sem dúvida alguma, uma melhoria aparentemente estável no padrão da pobreza, mas este valor continua moralmente inaceitável para a entrada do Brasil no próximo século”. (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA 2000, 195)

Assim como ocorre hodiernamente, as campanhas publicitárias em tempos de eleição carecem de conteúdos aprofundados sobre os programas de governo propostos, trata-se apenas de concretizar dois pontos chave: atacar os demais candidatos e apresentar um contato mais direto com a maioria da população. Nesta segunda dimensão, a propaganda de Collor conjuga uma linguagem acessível e simplificada, com trechos de co-identificação como “nós que somos nordestinos, que ajudamos tanto a construir esse país” (COLLOR DE MELLO, Campanha de Fernando Collor para presidente 1989); ou, mais diretamente, posicionando a própria população mais pobre a falar, angariando, dessa forma, a simetria perfeita de co-identificação. Para além disso, utilizando a lógica da identificação fã-ídolo<sup>26</sup>, Collor utiliza a figura da atriz Cláudia Raia, que, assume um papel bem específico ao ditar, passo-a-passo, como votar, além de afirmar:

---

<sup>26</sup> Noção tão bem criticada por Nietzsche quando ele afirma: “A última coisa que eu pretendia seria “melhorar” a humanidade. Não estabeleço ídolos novos; os antigos vão aprender o que significa ter pés de barro. Derrubar ídolos (“ídolos” é o termo que uso para designar “ideais”) – isso sim faz parte de meu ofício. A realidade foi despojada de seu valor, de seu sentido, de sua veracidade à medida que se fingiu mentirosamente um mundo ideal... O “verdadeiro mundo” e o

“Minha gente. É assim que fala né? minha gente. Só um grande homem pode ser um bom político e o Collor é um grande homem, ele tem dignidade, educação, ele tem cultura, ele é sério, íntegro. Ele é um homem bem-nascido, que não precisa do dinheiro do povo, ele é o presidente que o Brasil precisa, é o presidente que a gente merece. Vamos colorir o Brasil preto e branco. Cada um de nós pode e deve colorir, colorir é esperança”<sup>27</sup> (COLLOR DE MELLO, Campanha de Fernando Collor para presidente 1989)

Esse tipo de estratégia –utilização de famosos e frases de efeito popular– não é exclusiva de Collor, tampouco do pleito de 1989<sup>28</sup>, é, outrossim, a forma padrão do jogo político nas democracias representativas ocidentais. O importante na campanha de Collor e o que talvez seja sua singularidade, é a avocação pessoal para o ídolo, algo que não fora usual, no Brasil até então.

Há uma junção buscando transformar o candidato, ao mesmo tempo, como alguém que estivesse dentro da sociedade e, ao mesmo tempo, representa-se o ideário de cada cidadão brasileiro. É como se o candidato criasse com o eleitorado a perspectiva de uma ponte entre a maioria da população e a possibilidade de se tornar o que Collor representava: em linhas gerais, um sujeito atlético, confiante, rico, e esteticamente padronizado com os preceitos ditados pela cultura de massas ocidental. Essa ponte é percebida inclusive em análise mais gramatical, quando, durante suas falas, Collor evita falar em “nosso governo”, para falar em “faremos juntos, nós faremos etc. (COLLOR DE MELLO, Campanha de Fernando Collor para presidente 1989)”. Essa sutil diferença serve para criar uma ponte entre a

---

“mundo aparente” – dito com clareza: o mundo inventado pela mentira e a realidade... Até agora a mentira do ideal constituiu a maldição contra a realidade; a própria humanidade se tornou mentirosa e falsa até em seus instintos mais profundos – até chegar a adorar os valores opostos daqueles que unicamente teriam garantido o florescimento, o futuro, o elevado direito ao futuro.” (NIETZSCHE, 1995, p. 6)

<sup>27</sup> A título de análise, sem querer fugir demasiado do tema do trabalho, Leonardo Avritzer realiza uma reflexão que conecta esse tipo de personagem “bem-nascido” ao voto da população mais pobre, trata-se de um dos vieses do discurso “corrupção”. Avritzer reconhece que apenas os votos do eleitorado “antipatrimonialista” elegeram um “grupo de parlamentares [não definido] que não dependiam dos recursos do patrimonialismo” e cuja consolidação “representou uma renovação definitiva na composição da sociedade política”. (AVRITZER 2000, 191)

<sup>28</sup> Vários trabalhos já refletiram sobre a temática, entre os quais podemos citar: Aldé, 2001; Habermas, 2003; Burdieu, 1997 e; Duverger, 1980. Igualmente rica é a análise realizada por Laval e Dardot, 2013 sobre a “espetacularização” da política e de outras dimensões do Estado.

população aos responsáveis pelo exercício efetivo da gestão do Estado, o que, nas democracias representativas, é falacioso.

Por democracia representativa em um sistema presidencial entendemos um sistema político de matriz liberal que condiciona a participação popular em lapso temporal pré-determinado, é uma democracia procedimentalista, onde o procedimento é a raiz de tudo, visando garantir, em um sistema presidencialista, a estabilidade e a livre organização das forças políticas. Hirst apresenta o seguinte sobre o tema:

"As democracias representativas ocidentais são uma curiosa mistura de sucesso e fracasso. São bem-sucedidas no nível de legitimação da autoridade governamental, mas ao preço de um baixo nível de participação do cidadão e de um baixo nível de efetiva fiscalização do processo de tomada de decisão governamental. (HIRST 1992, 12-13)"

No mesmo diapasão, Boaventura de Sousa Santos complementa ao afirmar que:

"Todos esses elementos que poderiam ser apontados como constituintes de uma concepção hegemônica da democracia não conseguem enfrentar adequadamente o problema da qualidade da democracia, que voltou à tona com a assim chamada 'terceira onda de democratização'. Quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade menos se consegue explicar o paradoxo de a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas. Aliás, a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grande crise desta nos países centrais onde mais se tinha consolidado, uma crise que ficou conhecida como a da dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram." (SANTOS 2002, 42)

Ainda nesse diapasão, importante referenciar a perspectiva trazida por alguns autores, em especial Robert Dahl, para os quais a própria ideia de democracia é parte de uma relação ídolo-fã, ao passo que, o próprio autor define “regime democrático” como uma ideia irrealizável, mas sempre perseguida:



Parto do pressuposto de que uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. Não pretendo levar em consideração aqui outras características que poderiam ser necessárias para um sistema ser estritamente democrático. Neste livro, gostaria de reservar o termo "democracia" para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. A esta altura, não devemos nos preocupar em saber se este sistema realmente existe, existiu ou pode existir. Pode-se, seguramente, conceber um sistema hipotético desse gênero; tal concepção serviu como um ideal, ou parte de um ideal, para muita gente. Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico. (DAHL, 2012, p. 26)

Diante dessa realidade, ainda que consideremos a democracia representativa como subjugada pela racionalidade liberal, não podemos olvidar que o momento de eleição representa uma fratura nesta racionalidade que exige ser preenchida com esses aspectos mais “mundanos” do sistema político, como a mídia, as emoções, a retórica etc. muito mais que nos outros momentos *standard* da prática de governação. É isso que nos permite inferir Schumpeter de sua análise:

“But though a common will or public opinion of some sort may still be said to emerge from the infinitely complex jumble of individual and group-wise situations, volitions, influences, actions and reactions of the “democratic process”, the result lacks not only rational unity but also rational sanction. The former means that, though from the standpoint of analysis, the democratic process is not simply chaotic – for the analyst nothing is chaotic that can be brought within the reach of explanatory principles – yes the results would not, except by chance, be a meaningful in themselves – as for instance the realization of any definite end or ideal would be. The latter means, since that will is no longer congruent with any “good”, that in order to claim ethical dignity for the result it will now be necessary to fall back upon an unqualified confidence in democratic forms of government as such – a belief that in principle would have to be independent of the desirability of results. As we have seen, it is not easy to please oneself on that

standpoint. But even if we do so, the dropping of the utilitarian common good still leaves us with plenty of difficulties on our hands” (SCHUMPETER, 1947, p. 253)<sup>29</sup>

Com essa análise podemos concluir que nas campanhas publicitárias utilizadas pela campanha de Collor, buscou-se algo diferente do padrão típico da imagem de um governante, buscou-se quebrar (em aparência) o binômio governante-governado conforme tão bem explicita Maquiavel<sup>30</sup>. Tratou-se da busca de uma incorporação do ídolo como sendo parte da sociedade, mas sem abandonar o pedestal idolátrico. Em regra, em pleitos eleitorais, há a venda de uma imagem do governante como “grande líder” (em especial no século XX) ou como gestor (século XXI). Mesmo figuras como Luiz Inácio Lula da Silva, abandonam, gradativamente, uma co-identificação com a população para assumir o papel de “grande líder” ou, como Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, de “gestores”.

A partir desta análise, poderíamos representar a questão a partir de um gráfico da seguinte maneira, partindo do conceito de democracia de baixa/alta intensidade de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa 2002) e correlacionando com o período eleitoral e as formas de discurso:

---

<sup>29</sup> Tradução livre: “Mas, apesar da vontade comum ou de algum tipo de opinião pública, deve ser dito, para fugir da infinita confusão de complexas relações, situações, volições, influências, ações e reações individuais ou coletivas no processo democrático, o resultado não depende exclusivamente do aspecto racional, mas também da sanção racional. A primeira significa que, embora do ponto de vista analisado, o processo democrático não é simplesmente caótico – para o analista, nada é tão caótico que possa ser trazido ao alcance de princípios explicativos –, mas sim os resultados que não, salvo por acaso, possuem um significado em si mesmos – como, por exemplo, a realização de qualquer fim definido ou ideal seria. O segundo significa que, desde que a vontade não seja mais congruente com um “bem”, que, a fim de reivindicar a dignidade ética para o resultado, agora, é necessário retomar uma confiança sem reservas em formas democráticas de governo como tal – a crença de que, em princípio, teria de ser independente do desejo de resultados. Como vimos, não é fácil localizar-se nessa perspectiva. Mas mesmo se o fizermos, o abandono do bem comum utilitarista ainda nos deixa com muitas dificuldades em nossas mãos”

<sup>30</sup> Como será melhor trabalhado a frente. (MAQUIAVEL 1999)

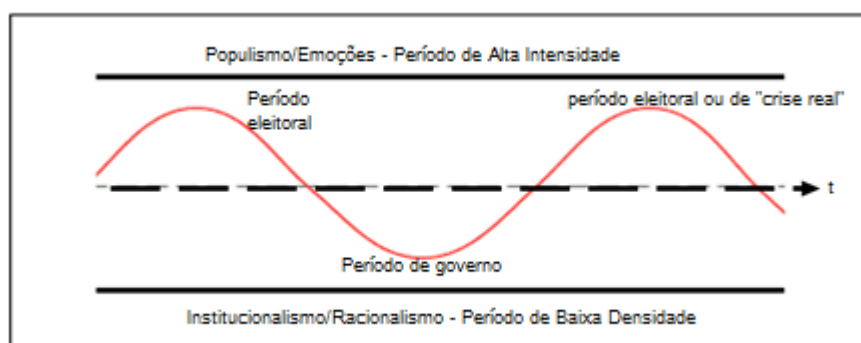


Figura 3: Representação gráfica de volatilidade de discurso em períodos eleitorais e de governo. Produção nossa.

Realizando a análise proposta a partir do que apresenta Pierre Ansart, temos que os pulsos de emoção e de extroversão dos ânimos, a despeito das formas controladas e “desencantadas”<sup>31</sup> aparecem no jogo político. O autor mostra como as instituições do jogo representativo se esforçam por canalizar investimentos coletivos e, com destaque, os momentos eleitorais – como se verá abaixo – são momentos de manifestação emocional, exteriorizando o que foi reprimido nas formas “desencantadas” (ANSART, *Mal-estar ou fim dos amores políticos* 2002). A forma como foi construída a ideia de responsabilidade política nas democracias ocidentais é uma das formas institucionais de “desencantamento” da política. Assim, as sociedades nas quais a organização da vida política seja “quente”, repleta de ligações afetivas e intensidades emocionais, são distintas à

<sup>31</sup> Esse “desencantamento” é pluri-ideológico, abarcando tanto setores da “esquerda” quanto da “direita”. Aqueles apresentam como característica o protesto contra a democracia representativa e contra o modelo financeiro vigente. Os grandes movimentos dessa categoria seriam o *Indignados* na Espanha e o *Ocuppy* que permeou vários países pelo globo, mas que teve seu centro em Nova York, em âmbito partidário talvez o exemplo mais pulsante dessa realidade seja o *Podemos* na Espanha. A percepção desses movimentos centraliza-se no fato de que a comunidade política “posta” já não responde aos anseios de seu sujeito político, o povo. Esses movimentos de contestação utilizam a bandeira da radicalização da democracia, contestando os pilares da democracia representativa em defesa de um modelo direto de democracia, uma “democracia real”. Por outro lado, os movimentos (especialmente partidários) de extrema direita com viés populistas, apesar de apresentarem objetivos ideológicos diametralmente opostos às organizações/partidos de extrema esquerda, carregam em sua base de pensamento o povo como combustível para defender a refundação de uma identidade (nacional ou regional), em contrapartida a posições globais. No entanto, essa identidade é permeada do discurso xenofóbico, apresentando forte viés nacionalista, é utilizada uma visão do mundo “pré-globalização” o qual representaria um modelo de sociedade melhor. Por outro lado, esses movimentos de extrema “direita” apresentam (em regra) oposição ao atual modelo financeiro neoliberal, o qual relacionam como sendo uma consequência do fluxo migratório das últimas décadas.

racionalidade institucional, processualizada e juridicizada das democracias ocidentais (ANSART, Mal-estar ou fim dos amores políticos 2002, 55-56). Embora haja a tendência ao encapsulamento emocional e afetivo da política, Ansart reconhece que, nas democracias representativas atuais, em momentos como os períodos eleitorais há o aflorar das paixões e das emoções. O jogo eleitoral é o momento propício às disputas apaixonadas, ao jogo do perde x ganha, o momento do despertar emocional na política, nas sociedades “frias” da democracia pluralista (ANSART, Mal-estar ou fim dos amores políticos 2002, 73-77).

Apesar de já termos constatado que os discursos proferidos por Collor entre 1989 e 1992, são diretamente afetados pelo interlocutor ao qual se dirige, podemos representar o sistema democrático a partir desse gráfico temporal sem maiores distorções, com certa tendência, pelo menos estrutural, de poder-se aplicar o molde a outros períodos. Percebe-se que durante o período eleitoral há, em geral, a adoção de um discurso voltado para o Populismo/Emoções, considerando o destinatário final a maior parte da população de um país como o Brasil, seguido por um momento de Institucionalismo/Racionalismo quando da formação de um governo e seguido por mais um momento igual ao primeiro no caso de novo período eleitoral ou na ocorrência de “crise real”. Tratamos por “crise real” aquela que foge dos parâmetros tradicionais de crise do sistema democrático representativo, conforme demonstramos alhures. Igualmente, podemos relacionar os períodos eleitorais com o conceito de democracia de alta intensidade (SANTOS e AVRITZER 2003, 34), se levarmos em conta a conexão entre a população e seus delegados políticos e, ao contrário, nos períodos de governo<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Como bem analisado por Boaventura de Sousa Santos: “A democracia representativa constituiu até agora o máximo de consciência política possível do capitalismo. Este máximo não é uma quantidade fixa, é uma relação social. A complementação ou o aprofundamento da democracia representativa através de outras formas mais complexas de democracia pode conduzir à elasticização e aumento do máximo de consciência possível, caso em que o capitalismo encontrará um modo de convivência com a nova configuração democrática, ou pode conduzir, perante a rigidificação desse máximo, a uma ruptura ou, melhor, a uma sucessão histórica de micro-rupturas que apontem para uma ordem social pós-capitalista. Não é possível determinar qual será o

Sem embargo, subsiste aqui um debate: e nos momentos de denominada “crise real<sup>33</sup>”, que são, em regra, períodos eleitorais e períodos de destituição, há novamente, sem dúvida, a adoção de uma forma mais ligada ao populismo e às emoções no discurso, mas isso interfere nos processos decisivamente? Muda-se a realidade política a partir de um discurso nestes momentos? A resposta que dou à essa pergunta é não, ao contrário do que ocorre nos momentos eleitorais, não há, em nosso entendimento, uma interferência real que permita inferir a participação efetiva do povo no caso de uma “crise real”, o sistema racionalista e institucional permanece ditando as regras do jogo e sua nova organização política. Isso ocorre pois estamos analisando aqui o discurso do sujeito político detentor da liderança, e não da generalidade dos outros discursos. A voz aqui analisada é uníssona, tendo em vista a pretensão deste trabalho, resultados diversos poderiam ser encontrados se nos pusessemos a analisar outros atores políticos durante os períodos de “crises reais” dentro do sistema político das democracias representativas.

#### **2.4. Debates eleitorais do Segundo Turno das Eleições**

Antes de tudo, o leitor deve estar questionando sobre a ausência de análise do primeiro debate das eleições de 1989, no entanto, o candidato Fernando Collor de Mello optou por não comparecer ao programa realizado pelas principais emissoras, o que tornou prejudicada a análise do referido debate. Importante analisar o papel do silêncio, ou melhor, neste caso a escolha pela não exposição ao debate. Em sede teórica, temos a síntese apresentada por Maria Helena Weber e Carmem Abreu sobre os debates televisivos:

“a instituição televisiva é obrigada a se oferecer como espaço de mediação para a disputa democrática e investir para que isso aconteça”. São circunstâncias que beneficiam a dimensão pública da comunicação pois de algum modo permitem aos candidatos um confronto onde

---

resultado mais provável. A transformação social ocorre sem teleologia nem garantia. É esta indeterminação que faz o futuro ser futuro. A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao acto de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa.” (SANTOS 1996, 270-217)

<sup>33</sup> Que são, como vimos, períodos eleitorais e períodos de destituição, em regra.

sua individualidade se sobrepõe à campanha. Permitem, também, que o receptor-eleitor seja testemunha e haja repercussão e outros debates, para além da tela. É o momento em que a dramaturgia explícita na campanha e no marketing eleitoral pretende ser ressignificada para ser compreendida como um momento próximo à verdade (WEBER e ABREU 2010)

Collor, naquele momento, definiu os debates eleitorais como “programa de índio<sup>34</sup>”. Para além disso, podemos entender a ausência em debate eleitoral em uma eleição muito pulverizada (como foi a de 1989, 22 candidatos) como uma vantagem, tendo em vista a dificuldade de se expor as diferenças entre os candidatos no tempo extremamente canalizado em programas com muitos candidatos. Naquele momento, Collor já figurava na liderança das pesquisas eleitorais. Apesar de Collor não ter sido o único a se ausentar dos debates (dos 22 candidatos, apenas 10 compareceram), sua ausência pode ser entendida como uma estratégia política de não se apresentar em conjunto com os demais candidatos, representando, dessa forma, o “novo”, algo muito sensível à estratégia de campanha. Pois bem, conforme exposto na introdução, Collor avançou ao segundo turno com 30,47% dos votos, contra 17,18% dos votos conseguidos por Luiz Inácio Lula da Silva.

Foram realizados dois debates eleitorais via televisão, o primeiro debate foi realizado no dia 3 de dezembro, nos estúdios da TV Manchete (RJ) e o segundo, no dia 14 daquele mesmo mês, na TV Bandeirantes (SP). Os debates foram realizados no molde “Convencional Simples”, candidatos frente a frente, em pé numa tribuna, com um mediador central (MACHADO 2011, 15).

Não pretendemos, como realizado por outros trabalhos, focar no embate propriamente dito entre os candidatos, pretendemos, outrossim, analisar a figura de Fernando Collor de Mello, em especial, seus discursos e atitudes que nos permitem analisar nosso objeto de estudo, a transitoriedade do sujeito a partir dos

---

<sup>34</sup> A expressão começou significando um programa envolvendo a natureza, como fazer trilha, ou ir a uma praia deserta, mas com significado negativo, como algo que não é confortável. Posteriormente foi estendido para todo tipo de programa que não dá ou não dará certo, que será lotado, ou obrigara as pessoas a suportar muito calor ou outro tipo de desconforto

discursos. Utilizaremos a própria estrutura dos debates, os blocos temáticos, para analisar estes dois programas televisivos.

Por parte de Collor, havia neste debate o interesse de desconstruir a imagem de “destemperado”, criada pela oposição a partir de alguns fatos violentos que permearam a campanha, como a agressão de Collor a um correligionário do Partido dos Trabalhadores, em um comício. Além disso, o principal debate se centrou em criar um antagonismo entre Lula como defensor da estatização e Collor como defensor da abertura do mercado. Para este trabalho, o foco está na primeira dimensão, ou seja, a tentativa de Collor de, sem abandonar um discurso popular (dirigido à população), retirar a imagem de destemperado, que nada mais é, no jargão popular, a pessoa que age pela emoção ao invés de pela razão.

É curioso pensar que, ao mesmo tempo em que se reconheça ser o período eleitoral o palco das “paixões políticas” (ANSART 1983), sendo que, sem esses discursos eivados de emoções, a conquista do eleitorado é improvável, há também a pressão do sistema para balizar estas emoções, criando discursos, como por exemplo, estes, que caracterizam um candidato de “destemperado” ou racional.

É como se existisse uma justa medida entre a aplicação das emoções, ficando estas em um movimento magnético entre angariar votos dos setores massivos da população e atenção aos aspectos apresentados pela institucionalidade posta, que apresenta na mídia, sua principal ferramenta de difusão de ideias. A mídia, segundo entendemos, apresenta na democracia-representativa brasileira um poder de atuação muito maior do que qualquer candidato apresentará durante campanha, sendo ela a verdadeira “fiel da balança do sistema”, a conciliadora entre as emoções e o racionalismo no sistema político. Em síntese, a mídia atua como fiadora da proporção que um discurso eleitoral pode, ou não, apresentar as emoções do candidato. Caso o candidato agrade os setores financeiros dominantes, por exemplo, é garantida a exposição mais emocional de suas ideias, o que assegura um maior coeficiente eleitoral. Caso este candidato ultrapasse este limite imposto pela mídia, será ela mesma a podar a utilização destes discursos a partir da disseminação de ideias como “destemperado”,

como foi o caso. Em nosso entendimento, no segundo turno, Collor obteve o apoio de grande parte da mídia, no entanto, exagerou na medida de utilização de discursos emocionais, aumentando seu coeficiente eleitoral e, dessa forma, ameaçando a hegemonia da mídia na apresentação dos ideais que devem ser seguidos, por isso, foi tolhido<sup>35</sup>, com a mídia veiculando algumas notas e opiniões de que ele seria destemperado<sup>36</sup>.

Diante disso, os debates foram marcados por essa tendência, qual seja, apresentar uma postura racional e temperada, por parte de Collor. Ao revés, Lula, que não contava com essa “permissão emotiva” da mídia e estava atrás nas pesquisas, foi direcionado a tentar desestabilizar Collor, tocando, sobretudo, em pontos da campanha em que Collor agiu de forma ríspida.

Exemplo claro desta perspectiva foi o questionamento de Lula sobre agressões sofridas por sua equipe de campanha por Collor. Neste momento, o candidato adota uma postura completamente defensiva, afirmando que:

(...) os meus comícios sempre, sempre, foram tomados pela presença desses que se mostram intransigentes intolerantes se mostram apregoadores da baderna e do caos, naturalmente eu não posso concordar com esse tipo de prática política e é exatamente o que nós iremos fazer chegando à presidência da república, é demonstrar que a democracia pode ser exercida respeitando as ideias, respeitando o pronunciamento livre de cada um a respeito do seu pensamento sem que haja necessidade de confrontação que trazem vítimas e que sobretudo penalizam a cidadania do povo brasileiro. (COLLOR DE MELLO, O 1º dos dois debates Collor x Lula 1989)

E, para complementar sua defesa, busca se resguardar no emotivo, no humano, quando afirma:

---

<sup>35</sup> Como Collor o foi, no interim entre os debates, criticado pela mídia por utilizar um depoimento da ex-esposa de Lula no horário eleitoral, no qual ela afirma que teria realizado um aborto obrigada por Lula. Aliás, este é considerado um dos fatores que desestabilizou Lula no segundo debate eleitoral, justificando seu mal desempenho e, consequente, vitória de Collor.

<sup>36</sup> A apresentação de um tom mais ameno, por Collor, também abre caminho para a utilização de um discurso raso mas que apresenta forte impacto popular, tendo em vista, igualmente, o que era exposto na mídia da época, servia para caracterizar o outro candidato de extremista, destemperado e “pronto para atuar na luta armada” (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993). É claro, que nesta situação, a vantagem de Collor era imensa, tendo em vista que, tolhido ou não, era ele que contava com o apoio da mídia, ao contrário de Lula.



eu sou contra violência mas eu não abro mão, minha gente, de defender a minha vida, de defender a minha honra, de defender da minha dignidade, nessas veias corre sangue, e não é sangue de barata, eu não posso admitir em momento nenhum que a minha peregrinação por este país seja impedida por quem quer que seja com métodos violentos, jogando pedras, jogando paus, jogando garrafas, esse não é o meu método. Em nenhum instante se teve notícias de que comício de adversários tivessem sido impedidos por militantes do meu partido. (COLLOR DE MELLO, O 1º dos dois debates Collor x Lula 1989)

Diante dessa estratégia, podemos perceber que o discurso pautado nas emoções é utilizado por Collor em duas vertentes durante a campanha, seja para se defender de acusações de ser um candidato “destemperado” quanto para buscar uma correspondência com a população frente à união de um discurso de indignação social, que é todo ele permeado pelas emoções.

Tendo em vista que já delimitamos bem o período eleitoral, faz-se necessário entender o porquê do estudo das emoções no presente trabalho e, a partir disto, entender a relevância destas nos discursos de Collor. Para uma aproximação inicial, utilizamos Calhoun:

(...)it seems to me important to affirm some commitments with regard to sociological inquiry into emotions. First, I think the importance of the sociological study of emotions lies precisely in studying emotions sociologically, that is, not as an autonomously psychological or “internal” phenomenon which can be adduced as such to explain social phenomena. Emotions are both produced and shaped by social interaction and cultural understanding. But we have to be cautious here. We will lose something of the specific idea of emotions if we lose touch with their bodily dimension. Second, what we need is not just a sociology of emotions, but an integration of emotions into sociological understanding, explanation, observation, and theory more generally. Such an integration would not only avoid compartmentalization; it would avoid the tendency to bring emotions into explanation as a supplement or corrective to an explanation conceived initially in terms of a largely emotion-free sociological theory Third, we need to approach emotions within a critical theoretical perspective. I do not mean that we should privilege a particular school of thought, claiming say that

Horkheimer and Adorno did a better job with emotions than anyone else. Rather, I mean that we need to approach emotions not in a spirit of simple positivity—not simply affirming “Hey! Emotions exist! Emotions are important! Emotions have this or that effect” but inquiring critically into the difficulties of observing and thinking about emotions, the implications of the history of thought that lies behind some of the habitual ways in which we do so, and the ways in which ordinary language is fraught with biases<sup>37</sup>. (CALHUON 2001, 46-47)

As emoções merecem, dessa forma, uma análise integrada nas áreas das ciências sociais, entre as quais, incluímos a história. É tentador analisar os sujeitos, os acontecimentos, os processos históricos a partir de um olhar analítico que verse apenas sobre aspectos objetivos, mensuráveis e/ou institucionais, mas essa análise carecerá de elemento indispensável a qualquer exercício de compreender o ser humano, seja indivíduo, seja sociedade.

O discurso racionalista que implementamos em nossas instituições e em nossas academias cuidou, durante os séculos de desenvolvimento, de posicionar as emoções como acessórios ou simplesmente ignorá-las. Isso gera uma objetivação dos conteúdos produzidos que serve, em grande medida, para responder a uma demanda cartesiana de produção científica:

---

<sup>37</sup> “Parece-me importante afirmar alguns compromissos em relação a inquéritos sociológicos sobre as emoções. Primeiro, penso que a importância do estudo sociológico das emoções é baseado precisamente em estudar emoções sociologicamente, isto é, não como autonomamente psicológico ou um fenômeno “interno” que pode ser aduzido por si para explicar fenômenos sociais. Emoção são produzidas e moldadas por interações sociais e entendimentos culturais. Mas precisamos ter cautela aqui. Nós vamos perder algo da ideia específica de emoções se perdermos o toque com suas dimensões corpóreas. Segundo, o que precisamos não é apenas a sociologia das emoções, mas uma integração das emoções dentro do entendimento sociológico, explicação, observação e teoria mais generalista. Tal integração não iria evitar apenas compartimentalização; iria evitar a tendência de ter-se emoções nas explicações como complementar ou corretiva a uma explicação concebida inicialmente em termos de uma teoria sociológica livre de emoções. Terceiro, precisamos nos aproximar de emoções com uma perspectiva teórico-crítica. Eu não quero dizer que devemos privilegiar determinada escola de pensamentos, afirmando que Horkheimer e Adorno realizaram melhores trabalhos com emoções do que qualquer outra pessoa. Em vez disso, quero dizer que devemos aproximar de emoções não em um espírito de simples positividade - não simplesmente afirmando “Ei! Emoções existem! Emoções são importantes! Emoções tem este ou aquele efeito” mas questionando criticamente as dificuldades de observar e pensar sobre emoções, as implicâncias da história do pensamento que está por trás de algumas das formas habituais em que o fazemos, e as maneiras em que a linguagem comum é repleta de vieses” – tradução nossa.

The tradition of reasoning which we inherit, in other words, has been built in part by putting emotions in a specific and contained place. This has been resisted, by Romantics, Freudians, mystics, and postmodernists. But it has not been escaped. It thus structures how we approach our more specific problem of providing a place for emotions in the study of social movements.<sup>38</sup> (CALHUON 2001, 49)

Dessa forma, um discurso que utiliza as emoções não só serve para refletir o pessoal no social, quanto refletir o social no individual. Emoções são antes, fatores fundamentais de julgamento e decisão<sup>39</sup>, sem os quais qualquer análise histórica, política ou sociológica será completa. No caso de Collor, mais que uma análise das emoções específicas utilizadas em suas atitudes pessoais<sup>40</sup>, entendemos aquelas como chave de compreensão de ações. O debate analisado alhures deixa isso claro, se a partir de uma pressão (social ou institucional) há o medo, ou a confiança, o discurso se altera em um ou outro sentido.

O que é proposto neste trabalho trazendo o espectro das emoções é, em última análise, realizar um estudo de genealogia decisional. A simples imagem de um sujeito político desumanizado, que se encontra totalmente influenciado pela dinâmica de acordos políticos institucionais não nos parece o melhor retrato para o entendimento do sujeito político criado pelo projeto de modernidade liberal. Não se busca a negação do papel da institucionalidade, busca-se, outrossim, uma análise mais transversal entre o sujeito político e o sujeito social, se é que é possível trabalhar neste binarismo. Como bem traz à baila Calhoun,

---

<sup>38</sup> A tradição de racionalizar o que herdamos, em outras palavras, foi construída em parte colocando emoções em lugares específicos e contidos. Isso tem resistido, por Românticos, Freudianos, místicos e pós-modernistas. Mas não tem escapado. É assim, portanto, que estruturamos como nos aproximamos nosso problema mais específico de fornecer lugar para emoções do estudo de movimentos sociais. – tradução nossa

<sup>39</sup> Emotions, I shall argue, involve judgments about important things, judgments in which, appraising an external object as salient for our own well-being, we acknowledge our own neediness and incompleteness before parts of the world that we do not fully control. I therefore begin with a story of such evaluations, a story involving fear, and hope, and grief, and anger, and love (NUSSBAUM, *Upheavals of Thought: The intelligence of Emotions* 2001, 22)

<sup>40</sup> Seguindo esse mesmo entendimento, não há separação entre o que é pessoal e o que é institucional no sujeito, há, outrossim, a pressão de um ou de outro espectro.

The short but difficult moral to this story is that in order to do a really good job studying the place of emotions in social movements (as of movements in social life), we need to try to transcend, not reproduce, the pervasive dualism. Indeed, it is partly because emotions appear usually on the embarrassing side of the dichotomy that they have been understudied by those who would take movements seriously rather than treat them only as instances of deviant collective behavior in which norms against emotional short-circuiting break down. At the same time, we need to understand how the dualism itself affects the ways in which people deploy notions of both reason and emotion. In seeking to transcend it in our own work, we should not fail to attend to its efficacy in structuring the movements we study<sup>41</sup> (CALHUON 2001, 52)

É claro que a maioria dos estudos sociológicos que buscam “colocar as emoções em seus lugares” analisam movimentos sociais, ao contrário deste trabalho, que analisa um sujeito social específico, apesar disso, a análise merece subsistir. Até aqui, o leitor desse trabalho já começa a perceber que se as emoções são encapsuladas, como afirma Ansart<sup>42</sup>, no momento eleitoral, sendo daí típicas, a manutenção destes discursos emotivos trariam atritos quando utilizados em um momento institucional, ou seja, a ascensão à presidência da República.

Finda aqui, dessa forma, nossa evocação do período eleitoral que culminou com a eleição de Fernando Collor de Mello à Presidência da República.

---

<sup>41</sup> “A curta, porém, difícil moral para esta história está em perceber que para realizar um bom trabalho estudando as emoções nos movimentos sociais (assim como nos movimentos na vida social), precisamos tentar transcender, não reproduzir, este tentador dualismo. De fato, isso ocorre parcialmente pois as emoções surgem geralmente em uma dimensão embaraçada pela dicotomia em que elas foram menosprezadas por aqueles que levariam os movimentos a sério, em vez de tratá-los apenas como instâncias de comportamento coletivo desviante, no qual as normas contra o curto-circuito emocional desmoronam. Ao mesmo tempo, precisamos entender como o próprio dualismo afeta os modos pelos quais as pessoas empregam noções de razão e emoção. Ao procurar transcendê-lo em nosso próprio trabalho, não devemos deixar de atentar para sua eficácia na estruturação dos movimentos que estudamos” – tradução nossa.

<sup>42</sup> Ansart argumenta que os partidos políticos e, por extensão, os sujeitos políticos na contemporaneidade possuem a “necessidade de obter a confiança, de suscitar orientações afetivas positivas”. Em meio a tal “urgência de emocionar”, cada partido procura construir uma imagem bastante positiva de si mesmo enquanto associa os seus adversários a imagens repulsivas (de violência, de morte, de incompetência e desonestidade). Assim, há uma manipulação do medo público na qual cada partido procura convencer o maior número de pessoas de que toda a sociedade estará perdida se o adversário assumir o poder. É especialmente nos períodos eleitorais, nos diz Ansart, que “as emoções políticas são reavivadas, proclamadas, levadas ao paroxismo, é quando podemos melhor perceber o papel que desempenham no desenrolar da vida política” (ANSART, 2002, p. 68- 72).

Continuamos nossa incursão temporal com o período compreendido entre a vitória e a posse e, no capítulo seguinte, com a assunção de Collor ao papel institucional de chefe de governo e do estado brasileiro.

## INTERREGNO<sup>43</sup> MIDIÁTICO: Candidato eleito

Utilizamos deste espaço, para abordar o intervalo de tempo entre a vitória eleitoral em dezembro de 1989 até a posse, em 15 de março de 1990. Acreditamos ser importante a reflexão sobre esse período, no qual Collor buscou consolidar, com hegemonia, as características de um presidente jovem, esportista e despojado, todas características que servirão para aprofundar o personalismo que marcará seu governo.

Neste período, Collor viajou pelo mundo para se encontrar com alguns líderes mundiais e, talvez, angariar apoio internacional para as medidas que tomaria quando da posse (como sua promessa de “integrar o Brasil no primeiro mundo”). Essas viagens também serviram para garantir a maior quantidade possível de líderes internacionais em sua cerimônia de posse. Collor visitou os presidentes George W. Bush e Mikhail Gorbatchov, a primeira-ministra Margaret Thatcher, além de governantes do Japão.

Esse período merece um destaque especial, pois foi aqui, mais que em outros momentos, que houve a formatação de Collor como um presidente dinâmico, internacionalizado e, personalista, ao contrário da burocracia estanque que permeava os governantes brasileiros até então. Além disso, nesse período, Collor utiliza-se de metáforas para seus futuros atos, como, por exemplo, sua viagem ao Japão, em que ele realiza e se faz questão de ser filmado na academia *Nihon Karate Kyokai*, onde, na saída, afirma que estava ali para aprender o golpe que usaria para acabar com a inflação.

Analisando este período, podemos compreender que Collor utiliza deste período, eleito e não empossado, para tentar manter o apelo midiático que permeou sua campanha. Como visto no capítulo anterior, o único momento em

---

<sup>43</sup> Utilizamos a expressão interregno no sentido metafórico trazido por Bauman, “No “interregno”, não somos uma coisa nem outra. No estado de interregno, as formas como aprendemos a lidar com os desafios da realidade não funcionam mais. As instituições de ação coletiva, nosso sistema político, nosso sistema partidário, a forma de organizar a própria vida, as relações com as outras pessoas, todas essas formas aprendidas de sobrevivência no mundo não funcionam direito mais. Mas as novas formas, que substituiriam as antigas, ainda estão engatinhando” (ABRANCHES, A era do imprevisto: A grande transição do século XXI, 2017, p. 27, apud)

que um candidato no sistema democrático-representativo apresenta algum nível de inserção midiática comparado com o poder constante da mídia é na eleição. É como se Collor tentasse manter sua presença viva, para isso, apela ao pessoal. Esse era, talvez, um sintoma da falta de governabilidade que enfrentaria, tendo em vista a escassa presença legislativa de sua coligação. Em verdade, parece-nos que havia uma via de dupla direção neste sentido, Collor pensava, neste momento, que o apoio popular não só garantiria governabilidade por meio de legitimidade popular<sup>44</sup>, mas também serviria de pressão ao Congresso para impedir uma obstrução burocrática de seu governo. Isso ocorria pois Collor não tinha maioria no Congresso, além disso, pretendia realizar um governo sem participação de parlamentares.

Em sede de conclusão, entendemos esse “interregno” como diferente do que geralmente é construído por outros governantes eleitos. Em regra, o que há neste período são viagens internacionais para se apresentar ao mundo em busca de legitimidade, reconhecimento externo e demonstrar, diante da ausência de compromissos pátrios, a política internacional pretendida. O que difere Collor é a mistura de imagens pessoais e metafóricas, Collor não decidia, então, adotar um regime institucionalista, ao revés, buscava manter seu nome em voga na mídia, um prenúncio de sua estratégia de governança.

---

<sup>44</sup> Collor era enfático em seus discursos, como se verá na posse, de que era o primeiro presidente eleito pelo voto após a ditadura, esse discurso permanecerá até o final como estratégia retórica para buscar uma legitimidade popular que subjugasse o Parlamento.

## **CAPÍTULO II – Posse e primeiro ano de governo: a materialização da institucionalidade dos discursos e da Responsabilidade Política**

Neste segundo capítulo, buscaremos analisar o início do governo Collor, seguindo pelo discurso de posse (dirigido à população), pelo discurso de início dos trabalhos (dirigido ao Congresso Nacional) e demais discursos apresentados nos anos de 1990 e 1991 até o início das denúncias que culminariam com o processo de *impeachment* e à renúncia. Segundo compreendemos, é a partir do efetivo exercício do cargo de Presidente da República que se cristalizam os preceitos da Responsabilidade Política.

Se partimos de uma análise preliminar e considerarmos Responsabilidade Política nas democracias representativas como apenas vínculo entre eleito e eleitorado, poderíamos extrair responsabilidade dos períodos anteriores, ou seja, período eleitoral e o período que denominamos “interregno midiático”. No entanto, ao analisarmos a fundo o conceito de responsabilidade política, perceberemos que a efetiva “responsabilidade” ocorre apenas com o efetivo exercício, período que passamos a analisar.

Diante de um cenário de profundas rupturas institucionais, sociais, culturais e econômicas, o presente capítulo propõe um olhar para trás, mirando o sempre incerto futuro do passado<sup>45</sup> de uma sociedade. É necessária uma análise teórica frente ao binômio Institucionalidade/Racionalismo e Populismo/Emoções, pois, em um universo de proposições mais ou menos elegantes sobre a sociedade, o maior risco que se pode correr em uma abordagem histórica é o da neutralidade epistemológica, esta utilizada comumente para esconder sob a égide da imparcialidade, discursos muito específicos que são cultivados na academia. Nas palavras de Henri-I Marrou, seria necessário ao historiador, por uma “honestidade científica”, definir a orientação de seu pensamento e (na medida do possível), explicitar seus postulados (MARROU 1978, 71).

---

<sup>45</sup> Vide: (KOSELLECK 2006, 21-22)



Para tal, pragmaticamente, apresentaremos o que entendemos por “responsabilidade política”, qual o cenário a ser analisado, qual o papel do imaginário e das emoções no jogo político e, por fim, qual a abordagem que se propõe ao se referir às figuras retóricas de linguagem de Fernando Collor de Mello, tudo isso buscando legitimar a análise em torno de um binômio entre Institucionalidade/Racionalismo e Populismo/Emoções.

#### **4.1. Por uma reflexão sobre Responsabilidade Política**

A abordagem do tema da responsabilidade política neste trabalho inicia-se por delinação do significado da expressão. A expressão responsabilidade política apresenta vaguezas e ambiguidades e, quando muito, um certo núcleo de clareza encontra-se na ideia de que, na responsabilidade política, o governante assume compromissos e obrigações e, como consequência, deve honrar com tais compromissos afiançados perante o corpo dos governados. De forma mais objetiva, na responsabilidade política o governante responde aos governados por tais obrigações, compromissos e promessas, no exercício do cargo, ou da função (tome-se este sentido ao início como uma definição lexical da expressão responsabilidade). Tal zona de luminosidade da expressão deixa campo a várias sombras e imprecisões<sup>46</sup> e, ao longo do texto, desenham-se algumas redefinições e estipulações do termo, adequando-o aos sentidos político e jurídico<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Além disso, tais imprecisões são verificadas tanto nos modelos representativos “ocidentais” quanto nas perspectivas intentadas pelo socialismo soviético. Neste, no entanto, mesmo que a nível teórico, havia um reconhecimento relativo à menor eficiência legitimadora de modelos com menores graus de representação, defendendo-se um modelo representativo múltiplo em instâncias e em ambientes. (RDA 1981, 29-34)

<sup>47</sup> “*Si l’on prend en compte les emplois du terme « responsabilité », tant dans la morale que dans le droit, on peut constater que les significations qu’il véhicule sont loin d’être univoques. Le succès de la responsabilité serait même lié à sa capacité de créer des équivoques. Cette polysémie de la responsabilité peut se révéler féconde, car à côté du champ sémantique lié à l’idée d’imputation, il ya d’autres possibles dimensions de sens attachées à l’idée d’« être responsable »*” (GORGONI 2008).

Sobre o uso da expressão responsabilidade como o vínculo de obrigações jurídicas e políticas entre o governante e os governados, deve-se dizer que este sentido não era de utilização corrente pelo menos até o século XVII. Na política, o não uso devia-se ao fato de que não se compreendia nas relações políticas pudesse o governante *responder* aos súditos, ou seja, não se encaixava no sentido etimológico de responder, *respondere* do latim clássico: *spondere*, garantir, prometer, e *re*, de voltar, ir para trás. Responder é prestar contas àquilo que prometeu. Utilizando-se o significado contemporâneo da expressão, o governante era, se comparado aos padrões atuais, irresponsável perante os súditos, ao menos nas formas nas quais pudesse ser sancionado com perda do cargo e com sanções políticas, e de que ao assumir as atribuições responsáveis do cargo, o próprio exercício “responsável” o legitimasse perante os governados. O universo de relações entre o governante e os súditos envolvia outras formas como ordenação orgânica da vida comunitária e social, sem o vínculo relacional obrigacional imediato entre detentor do poder político e o súdito. A entronização por critérios dinásticos e de fundamento divino não incluíam a responsabilização do governante. Por isso Camões fala que:

“E não sei por que influxo de Destino  
Não tem um ledo orgulho e geral gosto,  
Que os ânimos levanta de contínuo  
A ter pera trabalhos ledo o rosto.  
Por isso vós, ó Rei, que por divino  
Conselho estais no régio sólio posto,  
Olhai que sois (e vede as outras gentes)  
Senhor só de vassalos excelentes”  
(CAMÕES 2008)

Ainda sobre o tema, a Constituição imperial brasileira do século XIX assim dizia: “*Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma*” (BRASIL 1824).

No direito, ao menos no sistema clássico do direito privado, o sistema obrigacional do direito romano não contemplava formas de cumprimento que não fossem decorrentes de um vínculo privado (e não na esfera pública da política), estabelecido entre credor e devedor. Noutras palavras, não decorria obrigação

decorrente de um fato, como a *responsabilidade* jurídica moderna determina<sup>48</sup>. O uso do termo responsabilidade no direito privado prodigalizou-se no século XIX abarcando tanto as obrigações decorrentes de manifestação volitiva como aquelas decorrentes de atos ou fatos<sup>49</sup>. Deve-se salientar que o conceito de responsabilidade se insere no direito como consequência de vínculos privados obrigacionais, e não de relações públicas-políticas.

Com as duas informações sobre o uso da palavra na política, e no direito, pode-se ver que a responsabilidade política é decorrência então da confluência entre as formas pactistas e contratualistas do século XVII em diante, e o advento do constitucionalismo<sup>50</sup>. Na política, é a partir do século XVII que o termo responsabilidade passa a circular nos escritos políticos como específica forma relacional entre governantes e governados. No campo do direito político e do direito público, é a partir do século XIX que a palavra responsabilidade migra do sentido original dos contratos (direito privado) para uma mais ampla acepção que engloba o direito político e do Estado.

A ideia de responsabilidade guarda ligação com a existência de vínculo e que este vínculo gera o compromisso, ou a obrigação entre os compromissados.

---

<sup>48</sup> É importante salientar que o direito atual divide a responsabilidade em responsabilidade decorrente de contrato, contratual, e aquela que não decorre de contrato, extracontratual. A *sponsio* romana decorria originalmente de vínculo contratual e não de um fato outro, como a moderna responsabilidade extracontratual. Assim, para admitir a aplicação da responsabilidade nos moldes do direito romano clássico ao sistema político, ter-se-ia que subsumir toda a relação entre governante e governado aos moldes do direito privado, como se houvesse um contrato entre um, e outro. “Da *sponsio*, então, decorria uma responsabilidade que só se efetivaria no caso de descumprimento da prestação, e é por isso que, na obrigação antiga, o ponto de vista da responsabilidade se coloca em primeiro plano. O *debitum* - relação de crédito e dívida nascido do empréstimo de consumo, que difere do *nexum* por não ser um ato que obrigue o pagamento - se funde à *obligatio* justamente com a sucessiva evolução da *sponsio*, daí surgindo o conceito unitário de obrigação” (TABORDA s.d.).

<sup>49</sup> A ideia de responsabilidade como decorrência de fato ou ato, e não de manifestação de vontade contratual, foi resgatada da *lex aquilia*, do direito romano, já no figurino das modernas codificações do século XIX: “*Il est peut-être plus difficile de découvrir la place de la volonté dans les délits ou les quasi-délits. Mais, toujours en remontant au droit romain, c’est-à-dire à la Loi Aquilia, avec la notion de «damnum iniuriatum», on retrouve l’obligation de sécurité voulue par le droit qui rejoint d’ailleurs la notion d’acte illicite qui fait nécessairement intervenir la volonté. C’est l’explication qui figure dans l’article 1382 du code civil à propos du fait fautif qui cause un dommage et «oblige» celui qui l’a causé à le réparer*” (DRAGO 2000).

<sup>50</sup> Entendendo-se o constitucionalismo como consequência das teorias pactistas e contratualistas do século XVIII.

Algumas observações básicas decorrem desta ligação política e jurídica entre os compromissados: primeiro, se há compromissados ou obrigados, este vínculo nasce da relação política entre eles. Assim, há o vínculo que em linhas gerais há de ser descrito como o vínculo entre o governante e o governado (dois sujeitos). Segundo, o compromisso ou obrigação envolve algo, um objeto. Em suma, há na ideia de responsabilidade política, os sujeitos e o objeto da relação.

Tais conceituações “consagradas” poderão ser convocadas para compreender a situação política brasileira do chamado período Collor, quando conseguimos perceber a presença de posturas de governante e governado, os dois sujeitos clássicos da ciência política. Apesar disso, um terceiro sujeito entra em análise quando falamos de democracias representativas no molde brasileiro, o Congresso Nacional. Esta instituição, também eleita, no entanto, de forma proporcional, apresenta-se muito mais ligada à institucionalidade do que com a população. Alguns fatores servem de evidências dessa afirmação: em primeiro lugar, o Parlamento brasileiro é eleito de forma proporcional, ou seja, há uma conexão muito maior com a estrutura partidária do que com os eleitores<sup>51</sup>. Além disso, em segundo lugar, não há debates eleitorais entre candidatos a deputados, suas incursões midiáticas se restringem a poucos segundos de exposição. Tudo isso nos permite inferir que pelo griso processo de legitimidade popular do Congresso, há um impacto muito mais significativo dentro do binômio que buscamos trabalhar (racionalismo/institucionalismo  $\times$  emoções/populismo) nos cargos do Executivo do que nos cargos do legislativo, deixando estes muito mais direcionados aos discursos dominantes na institucionalidade, o racionalismo.

Passamos agora a analisar dois documentos igualmente localizados em escala temporal, antes da análise do primeiro ano de governo e seus discursos.

---

<sup>51</sup> Apesar disso, a afirmação pode ser considerada controversa por aqueles que entendem ser o pluripartidarismo no Brasil um sistema falido. Alegam os críticos que se vota no indivíduo, independentemente do partido. Essa informação não guarda respaldo na organização do processo eleitoral, tendo em vista que muitos candidatos sem o coeficiente eleitoral direto suficiente para serem eleitos, tomam posse pela transferência de votos “sobrantes” no partido. Isso não desmente o fato dos partidos apostarem em candidatos fortes para angariar montantes extremos de votos para ocupar mais cargos.

Tratam-se do discurso de posse dirigido ao Congresso Nacional e do discurso de posse dirigido à população.

#### 4.2. Discurso de posse e abertura dos trabalhos legislativos de 1990.

Passamos a analisar neste ponto o discurso proferido no dia 15 de março de 1990, “O Projeto de Reconstrução Nacional”, assim intitulado por Fernando Collor. Trata-se de discurso dirigido ao Congresso Nacional, ou seja, à institucionalidade, em outras palavras, não é um discurso transmitido na íntegra em rede nacional.

Neste ponto, importante buscar uma definição do que seria um discurso institucional, para tal resposta, buscamos o interessante trabalho de Dilson da Cruz, que assim apresenta a questão:

“Quando se pensa em discurso institucional, uma das primeiras questões que se apresentam é: mas, afinal, o que é discurso institucional? Ou melhor, como definir um discurso institucional dada a multiplicidade de temas que podem ser abordados? Uma primeira – e tentadora – alternativa é definir discurso institucional como aquele que é produzido por uma instituição. Fácil? Nem tanto. É que as perguntas têm o péssimo costume de vir aos pares. No mínimo. A pergunta seguinte então seria: mas...o que é uma instituição? Chega-se assim a uma segunda proposta de definição: **é institucional o discurso que se apresenta como institucional.** Nesse caso, pouco importa quem o produziu, mas sim o que o discurso afirma de si próprio. Uma primeira vantagem de tal definição – ainda que ela possa parecer, à primeira vista, um tanto tautológica – é que ela nos libera da tutela do direito ou de qualquer outra ciência que não as relacionadas ao estudo da linguagem e também da necessidade de ir perguntar alhures o que é uma instituição.” (DA CRUZ 2008, 132) (grifo nosso)

Nestes termos, o que caracteriza um discurso como sendo institucional é a forma como se apresenta, ao lugar de enunciação que assume frente ao destinatário e não necessariamente no conteúdo específico da mensagem. Frente a isso, podemos extrair facilmente do texto apresentado neste tópico tanto

elementos textuais que confirmam se tratar de um texto institucional, como visto em:

A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembleia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. (COLLOR DE MELLO, O Projeto de Reconstrução Nacional 1990, 10)

Quanto a partir de quem se dirige, neste caso, às autoridades, assim nominadas, como Presidente do Congresso Nacional, Chefes de Estado, etc. e não ao povo, aos “descamisados”<sup>52</sup>. Alinhado a isto, está a utilização de uma linguagem formalizada, procedimental e impessoal, até mesmo porque o povo estava do lado externo do Congresso Nacional, aguardando outro discurso.

Superada esta questão, temos um longo trecho apresentando cordialidades entre os poderes constituídos, com apresentação um tanto quanto superficial dos problemas do país, mas com linguagem erudita e bem trabalhada, como em:

“Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade inexiste na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva. (COLLOR DE MELLO, O Projeto de Reconstrução Nacional 1990, 12)

---

<sup>52</sup> Menos ao povo, tão pouco, aos “descamisados”: Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhoras e Senhores. (COLLOR DE MELLO, O Projeto de Reconstrução Nacional 1990, 2)

Pois bem, apesar dessa marca institucionalizada, o discurso proferido neste documento apresenta possibilidades de análise múltiplas, e, neste trabalho, duas específicas. Em primeiro lugar, o documento permite a percepção de que dentro da estrutura de poder, desde o início do período de governo, há uma mudança significativa na forma como o discurso é dirigido, basta analisar quão distante esses textos estão do discurso de posse proferido à frente do Congresso Nacional no mesmo dia analisado a seguir. Em segundo lugar, podemos perceber neste discurso institucional a utilização, em certos momentos de uma auto-referência não comum a este tipo de pronunciamento. Esta segunda constatação servirá ao presente trabalho para analisarmos aspectos psicológicos de atuação, deixando claro que havia, como estudado alhures, quase um dever intergeracional que serviu de combustível mental para que Collor alcançasse a Presidência da República. Exemplos dessas situações podem ser percebidos em ambos os textos, como em:

“Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia” (COLLOR DE MELLO, O Projeto de Reconstrução Nacional 1990, 9-10)

E;

“Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do País” (COLLOR DE MELLO, O Projeto de Reconstrução Nacional 1990, 27)

A partir desse discurso, podemos realizar, pela primeira vez neste trabalho, a análise de um discurso institucional pós-período eleitoral. A partir deste momento, eleito e empossado Presidente da República, Collor apresenta um discurso que não guarda mais nenhuma conexão com o sujeito último da democracia, o povo. É um discurso direcionado aos titulares do poder político, em várias esferas, algo que será recorrente a partir de agora e predominante no primeiro ano de governo.

Neste tipo de discurso, o que podemos inferir é que não há mais pessoas, há autoridades, não há mais referências aos “descamisados”. É a lógica do discurso e interlocução entre os poderes, entre as instituições. O sujeito político que assume a Presidência da República é incitado a utilizar, a partir de então, esta forma de discurso, além disso, podemos inferir que este discurso guarda mais relação com o passado dos sistemas políticos (majestade) do que com a participação popular (social). Conforme vimos, é a partir da posse que o conceito de Responsabilidade Política se materializa, e, diante disso, torna-se analisável a partir de uma métrica que ultrapassa o processo de co-identificação existente no período eleitoral.

A existência do vínculo entre o governante e o governado não gera, *per se*, a responsabilização do governante. Por exemplo, para Hobbes, a assunção do governante é ato autorizador de exercício de autoridade ilimitada<sup>53</sup>. A ação ilimitada do governante por certo não lhe impõe responder aos governados<sup>54</sup>. O ato autorizador entrega à autoridade prerrogativas que não a obrigam a responder ao governado. A representação ou governação em Hobbes não sofre limites.

---

<sup>53</sup> Tendo em vista que para o autor o bem que deve ser protegido pelo governante na instituição do pacto social é a “vida” (VIEIRA 2009).

<sup>54</sup> “From hence it followeth, that when the Actor maketh a Covenant by Authority, he bindeth thereby the Author, no lesse than if he had made it himselfe; and no lesse subjecteth him to all the consequences of the same. And therefore all that hath been said formerly, (*Chap.* 14.) of the nature of Covenants between man and man in their naturall capacity, is true also when they are made by their Actors, Representatives, or Procurators, that have authority from them, so far-forth as is in their Commission, but no farther. And therefore he that maketh a Covenant with the Actor, or Representer, not knowing the Authority he hath, doth it at his own perill. For no man is obliged by a Covenant, whereof he is not Author; nor consequently by a Covenant made against, or beside the Authority he gave” (HOBBS 1909; 2016). As expressões são do inglês do século de publicação original já que se trata de versão copiada eletronicamente do original.



Este ponto leva à consideração crítica de que a responsabilidade, além da identificação dos sujeitos envolvidos e do objeto que relaciona esses sujeitos, também se realiza em ambiente típico. Qual seja, a responsabilidade depende de certas condições ambientais institucionais e sociais para que ocorra. A responsabilidade política existe na democracia e com sistemas representativos. O “soberano” de Hobbes e de Carl Schmitt não responde politicamente aos súditos pois a sacralidade da investidura não importa em sinalagma<sup>55</sup> com o súdito. Importa em majestade e não em responsabilidade. O sentido de representação de Hobbes está distante da ideia de obrigações sinalagmáticas entre o governante e o governado. Em Hobbes, como Carl Schmitt resgata, o vínculo entre o governante e o governado está revestido de sacralidade. A teologia da política é que dita a assunção do governante e este não responde ao governado (HOBBS 1909; 2016, AGAMBEM 2004, SCHMITT 1985)<sup>56</sup>.

Em sentido algo diferente, Maquiavel vê que “O Príncipe” tem vários deveres para com os governados. Aceitando-se alguma teleologia em “O Príncipe”, as obrigações do governante são no sentido de realização moral do Principado, para a realização dos fins do Estado. Assim, embora também em Maquiavel não se possa ver o sinalagma entre o governante e o governado, ao contrário de Hobbes, há a bilateralidade na relação entre governante e governado. Em Maquiavel, “O Príncipe” dita as ações em função de certas finalidades de valorização da Monarquia ou da República. Nisto, em Maquiavel também não há algum traço claro de como “O Príncipe” responderia aos governados, a não ser que se considere a responsabilidade como algo fluido, impregnado de leitura moral sobre a boa condução do Estado e da realização do bem para o povo<sup>57</sup>. Em

---

<sup>55</sup> Importante trazer à baila Simmel, para o qual não é possível pensar relação social sem ação recíproca, dando relevância especial ao conflito: “O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. [...]. Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. (...) o conflito contém algo de positivo.” (SIMMEL, Sociologia 1983, 123)

<sup>56</sup> “*La constitución vale por virtud de la voluntad política de aquel que la da*” (SCHMITT, Teoría de la constitución 1996, 46).

<sup>57</sup> “Portanto, aqueles dentre os nossos príncipes que mantiveram seus domínios por muitos anos não devem acusar a sorte por tê-los perdido, mas sim sua própria indolência. [...]. Só são boas,

Hobbes há a verticalização soberana, divina, e em Maquiavel já há alguma bilateralidade já que “O Príncipe” governa para o bem dos súditos.

#### **4.3. Discurso de Posse dirigido à população**

Este foi o discurso efusivamente apresentado por Fernando Collor na frente do palácio do planalto, logo depois de tomar posse no Congresso Nacional, aqui, televisionado e à frente de milhares de correligionários, Collor apresenta um discurso estritamente emocional. A importância neste discurso está no fato de que, após este, discursos emocionais serão utilizados apenas no momento de “crise real”, conforme trabalhado acima. E, antes deste, foram efusivamente utilizados no período eleitoral, revelando um padrão que permite análise sobre a utilidade desta modalidade de discurso e seus objetivos.

Vale ressaltar neste curto discurso, os trechos em que Collor condiciona sua vitória ao voto dos que ele habitualmente chamava de “descamisados”, não há aqui qualquer referência a dimensões complexas de arquitetura econômica e política, igualmente fundamentais para a eleição, tudo isso foi direcionado para o discurso institucional de posse frente ao Congresso Nacional, para a população, resta:

Quero, neste instante em que recebo a faixa presidencial, símbolo da chefia do Estado e do Governo da República Federativa do Brasil, voltar o melhor do meu pensamento e a maior das minhas preocupações para a imensa maioria de brasileiros a quem eu devo esta conquista democrática: aos descamisados, aos pés descalços, àqueles que querem justiça social no País, para poder viver condignamente. (COLLOR DE MELLO, Compromisso com a Democracia 1990)

---

seguras e duráveis aquelas defesas que dependem exclusivamente de nós, e do nosso próprio valor” (MAQUIAVEL 1999, 138). A obra de Maquiavel indica ideia muito difusa de responsabilidade decorrente de atributos morais que “O Príncipe” deve seguir para dar resposta ao que o povo quer.

Não há, como se imagina, grandes aprofundamentos temáticos neste discurso, isso ocorre pela brevidade e pelo sujeito a quem se fala, no lugar disso, temos a presença de discursos como “justiça social”, “melhorar a vida”, “retirar a nação brasileira dessa angústia” etc. Antes de avançar para as reflexões que este discurso nos permite, um ponto chama a atenção: como dito antes, este discurso será o último proferido diretamente à população brasileira até os momentos de crise real, igualmente, entendemos que a posse de um governo cristaliza os pressupostos da Responsabilidade Política nos regimes democrático-representativos, porquanto, liberais e alheios às emoções, até por isso, a forma como Collor finaliza seu discurso é emblemática, ele utiliza simplesmente da expressão “Obrigado minha gente, até um outro dia.”

De um ponto de vista psicológico, o discurso também apresenta uma linguagem voltada para a capacidade individual de Collor de governar, se coubesse neste trabalho, interessante seria analisar os demais discursos de posse dos presidentes da República de antes e depois, perceberíamos a ocorrência maior de expressões como “nós” ao invés de “eu”, deixando impossível mensurar se o “nós” se refere à equipe de governo ou ao povo em totalidade. De qualquer forma, Collor utiliza expressão “eu”, como vemos em:

Quero, neste instante, jurar a vocês, diante do altar das minhas convicções, de que haverei, conjuntamente com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário, respeitando a independência e a harmonia dos Poderes, juro a vocês, diante do altar das minhas convicções, que, ao lado do povo brasileiro, da sociedade civil organizada, nós haveremos sim, minha gente, de reconstruir o nosso País, para recuperarmos a confiança no seu verdadeiro destino. (...) volto os meus olhos e as minhas preocupações para vocês e me comprometo mais uma vez a dar o melhor de mim, a dar a minha saúde e a minha própria vida, se necessário for, para cumprir rigorosamente o nosso programa de governo. Que Deus ajude o Presidente da República! Que Deus ajude os seus Ministros! Que Deus ajude o nosso Povo, para que nós encontremos, definitivamente, a trilha do crescimento econômico e da justiça social (COLLOR DE MELLO, Compromisso com a Democracia 1990)

Collor está diante do momento máximo de sua vida, concretiza os sonhos/deveres intergeracionais e tem possibilidade de presidir a República brasileira. Nessa conjuntura, poderia Collor ter acreditado que o governo estava em seu poder de forma uníssona, no entanto, no presidencialismo de coalizão não há essa possibilidade.

Como bem explicam os autores do presidencialismo de coalizão<sup>58</sup>, esta se dá tanto na relação do Executivo com os demais poderes, naquele tempo, o Legislativo, em outros, com o Judiciário, tanto com uma coalizão de equipe de governo, a primeira dimensão pode até ter sido conquistada preliminarmente com a vitória na eleição e as alianças políticas posteriores, no entanto, a segunda dimensão foi propositalmente ignorada por Collor, o que é explicado, em grande medida, pela postura individualista e egocêntrica do Presidente, que avocou para si, por exemplo, a pasta mais importante do governo, a Fazenda.

É bem verdade que já naquele tempo se afirmava que os primeiros seis meses de governo de um Presidente da República são marcados por poderes muito ampliados o que dispensaria maiores conversas entre os poderes e também menor solidez na equipe ministerial, igualmente verdade que o presidencialismo no Brasil toma contornos claros de hiperpresidencialismo, conforme trazido por (BOLONHA, RANGEL e CORRÊA 2015, 117). Apesar disso, um grau médio de coalizão sempre fora necessário, tanto em perspectivas entre os poderes quanto em perspectiva interna do Executivo. Antonio Hernández, por exemplo, identifica o hiperpresidencialismo como uma “patologia institucional”:

“Para nosotros este fenómeno se caracteriza por la concentración del poder en el presidente, mas allá de las competencias fijadas por la Constitución, en desmedro de la división y equilibrio de los poderes y de los principios de la democracia constitucional. Debemos

---

<sup>58</sup> Termo cunhado por Sergio Abranches, que assim o define: “É um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação baseia-se, quase exclusivamente, no desempenho corrente do governo e na sua disposição de respeitar estritamente os pontos ideológicos ou programáticos considerados inegociáveis, os quais nem sempre são explícita e coerentemente fixados na fase de formação da coalizão. (ABRANCHES, Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro 1988, 72)

a Carlos Santiago Nino el más agudo y profundo estudio de esta grave patología institucional, que produce inconmensurables efectos negativos para el sistema político y jurídico y para una sociedad abierta porque impide la vigencia de una democracia deliberativa, en su obra Fundamentos de Derecho Constitucional, Buenos Aires, Astrea, 1992, capítulo III, donde expuso el tema con visión interdisciplinaria. También se detuvo en la caracterización del carácter corporativo de nuestro hiperpresidencialismo, que en nuestros días se manifiesta con particular fuerza.” (HERNÁNDEZ 2010, 256)

Apesar disso tudo, Collor realmente apregoava um sentido um tanto quanto messiânico<sup>59</sup> ao seu governo, isso se comprovará mais nos discursos institucionais que serão analisados a seguir, e explicam, tanto a postura de Collor frente à máquina pública brasileira, quanto o sistema que ela adota, este denominado presidencialismo de coalizão. Acontece aqui, segundo entendemos, o prenúncio de um dos pilares da queda do governo Collor, seu isolacionismo e personificação na figura do Presidente. É claro que outros fatores, sobretudo econômicos, explicam a queda que virá. No entanto, pelo que nos parece em análise preliminar, os sentimentos e emoções trazidos que constituem Collor, tais como arrogância, orgulho, medo e autoconfiança, revelam que, fora do jogo eleitoral, dentro da institucionalidade, não há lugar para as emoções.

#### **4.4.Discursos proferidos durante o ano de 1990**

Existem mais de oito dezenas de discursos oficiais proferidos durante o governo Collor que poderíamos qualificar, segundo análise realizada acima, de institucionais. Depois de analisados, a conclusão é de que não há imperatividade

---

<sup>59</sup> Isso já ficava explícito na campanha, Collor se apresentava como um candidato de “deus”, muito mais do que era usual. Suas campanhas adotavam um tom verdadeiramente religioso, tanto na questão de se apresentar como uma figura “predestinada” associando, para isso, figuras messiânicas do Nordeste, como Frei Damião, quanto na utilização de slogans como “a fé move a campanha” como visto em (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993)

de expor todos em análise detida. Isso se dá pela semelhança dos discursos, a despeito da variabilidade temática, sempre dentro do pano institucional<sup>60</sup>, de seus interlocutores. Diante disso, na análise que se segue, optamos por apresentar trechos de alguns destes discursos que convidam aos debates propostos neste trabalho.

Em primeiro lugar, temos no dia seguinte à posse, em 16 de março de 1990, a primeira reunião Ministerial, com foco no programa econômico. Este discurso apresenta características que o diferem dos demais produzidos no período. Foi um dos poucos televisionados ao vivo, tratava-se de uma reunião ministerial mais simbólica do que prática, em que Collor inicia afirmando sua legitimidade:

O povo nos elegeu, aos membros do Congresso e a mim, para desempenharmos missões distintas em sua própria natureza. Mas elegeu-nos, acima de tudo, para que façamos, juntos, em estreita colaboração, o que o Brasil espera de nós. (...) Não temos, nós os homens públicos, o direito de desperdiçar um tempo que não nos pertence. Ninguém do povo nos delegou a capacidade de escolher o momento para o início da busca de soluções. A sociedade quer ações concretas. Agora. Já. (COLLOR DE MELLO, Primeira Reunião Ministerial: Plano Econômico 1990)

Temos, nesta introdução, um discurso que apresenta uma forma inflamada de conclamar aos Ministros às tarefas que seriam demandadas na área econômica. No entanto, temos um ponto mais importante, a já necessária invocação do espectro de legitimidade ao Executivo, algo comum, é verdade, mas em Collor, a legitimidade é pessoal “o povo elegeu, ao Congresso Nacional e a mim”, enquanto a praxe, em outros governos, é estender essa legitimidade à equipe de governo, sendo este, o discurso padrão. Isso não é apenas apresentado neste discurso, e, talvez, a coroação desta constatação ocorra justamente ao final desta cerimônia,

---

<sup>60</sup> Dentro do excelente sistema de bibliotecas da Presidência da República, foram compilados, além de discursos dirigidos à esfera institucional (discursos a militares, ao Judiciário, ao Congresso etc.), discursos proferidos em entrevistas. Estes, apesar do modelo, também se apresentam como institucionais, tendo em vista tanto as estratégias argumentativas utilizadas, quanto à forma, conforme já exposto.

em que, Collor, em breve passagem por jornalistas, questionado sobre a indicação de sua assessora e prima Zélia Cardoso de Mello ao Ministério da Fazenda, diante de uma crítica fundamentada superficialmente pela alegada inexperiência da Ministra e, mais profundamente, pelo patriarcado, Collor responde: “O Ministro da Economia, conforme eu já coloquei, serei eu” (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993).

Esta questão relacionada à indicação ao Ministério da Fazenda, apresentando Zélia Mello como uma espécie de *alter ego*, representa a síntese deste primeiro ano de governo: personalismo com falta de diálogo com o Congresso Nacional. De fato, pelo que nos parece, Collor, ao compor uma equipe ministerial sem lastro legislativo, demonstra seu afã de, pelo menos no primeiro ano, governar livre e, sendo bem-sucedido, administrar os eventuais ganhos eleitorais de um bom governo com o Congresso, o que garantiria sua permanência. É nesse sentido que ele afirma também no primeiro semestre de 1990: “Neste governo só existe uma vontade política que é a do presidente, o regime é presidencialista, e até por uma questão personalista e de vontade de governo, é assim”<sup>61</sup>. (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993).

Aqui começa a se desenhar uma das reflexões que julgamos mais interessantes deste trabalho, Collor, ao assumir o governo, não tem apoio do parlamento, isso já era esperado, a questão é que ele não fez questão de ter. No segundo semestre isso ficará mais evidente, quando a mídia irá adjetivar seu ministério de “ministério dos podres” ou “República de Alagoas” (DOMINGOS

---

<sup>61</sup> Neste aspecto, impossível negar que o governo democraticamente eleito, assumia uma retórica totalitarista. Ocorreu aqui o que Hannah Arendt já denunciara em “as origens do totalitarismo”: O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação (ARENDT 2004, 362)

DA CRUZ 2013, 73). Dessa forma, o que percebemos quando analisamos o sujeito Collor frente ao cargo de Presidente da República, é que a condição auto-imposta de ser um governante messiânico, predestinado além do já tratado dever intergeracional fez com que Collor adotasse no governo uma postura semelhante à utilizada na campanha eleitoral, personalista, autoritário e cultivador de uma imagem pessoal marcante. No entanto, o momento havia mudado, não estávamos mais no período eleitoral que admite um grau, maior ou menor, de incursões das emoções no jogo político, estava-se agora no momento de predominância do racionalismo liberal. A utilização, como veremos em outros discursos, de falas coloquiais, como direcionadas à população, são ineficazes, justamente porque no momento institucional, o interlocutor não é o povo, mas sim a instituição.

É ainda nesta primeira reunião de governo que Collor apresenta seu plano econômico, dizia que tinha apenas uma bala para enfrentar o tigre da inflação (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993) e esta bala se materializou nesta reunião, eram medidas como: estipulação de nova penas para os tipos penais relativos a crimes de abuso econômico<sup>62</sup>; tributação de fortunas e rendimentos, criação de uma nova moeda, o “cruzeiro”, entre outras. Em um segundo bloco, seriam tomadas medidas de reforma administrativa e; em um terceiro bloco estavam medidas cambiais, como flutuação do câmbio e privatização por meio de ativos privados. Além dessas medidas, Collor propõe o congelamento de preços, contrariando sua plataforma de campanha.

Essas medidas foram tomadas por meio de Medidas Provisórias, demonstrando tanto o caráter autoritário do governo, quanto a falta de diálogo com o Congresso. De certa forma, como expomos alhures, Collor buscava com esses gestos manter o discurso pautado nas emoções durante o governo, criando, mesmo que fictamente, uma conexão direta Presidente-População, sem o intermédio do Congresso. Ao contrário do que pode parecer, Collor não adota essa estratégia de discursos e medidas pelo Executivo por falta de apoio do

---

<sup>62</sup> Essa medida, pela impossibilidade de criação de tipos penais ou alteração destes por meio de Medida Provisória, foi barrada pelo Judiciário.



Congresso<sup>63</sup>, é o contrário, ele não quer dialogar com o Congresso, por isso age dessa forma. Isso só reafirma o que já foi apresentado, o caráter personalista do governo<sup>64</sup>. O Congresso deveria se curvar:

“O povo nos elegeu, aos membros do Congresso e a mim, para desempenharmos missões distintas em sua própria natureza. Mas elegeu-nos, acima de tudo, para que façamos, juntos, em estreita colaboração, o que o Brasil espera de nós (COLLOR DE MELLO, Primeira Reunião Ministerial: Plano Econômico 1990).”

A medida mais polêmica, no entanto, seria exposta na tarde do dia 16 de março de 1990, o confisco das poupanças. Este anúncio foi feito pela Ministra da Economia e não por Collor. Apesar disso, hoje se sabe que a ideia partiu do Presidente e não da equipe econômica. O porquê deste pronunciamento ser dado pela Ministra e não pelo Presidente é que, neste anúncio, o interlocutor é a institucionalidade, a linguagem é direcionada aos setores institucionais, não há aqui o afã de falar à população. Observa-se, em nível de comparação:

O Brasil está cansado da indignação retórica que durante anos alimentou o mar de complacência em que esteve mergulhada boa parte de nossas elites dirigentes. O povo exige indignação moral que se transforme rapidamente, como é da índole dos sinceramente indignados, em decisões e atos. (...) Não é pouco, senhores, mas é o que vamos fazer. Não temos alternativas. O Brasil não aceita mais derrotas. Agora é vencer ou vencer. Que Deus nos ajude. (COLLOR DE MELLO, Primeira Reunião Ministerial: Plano Econômico 1990)

E;

Fundamental para recuperação do crescimento econômico são necessárias reformas, entendemos que os programas de estabilização adotados nos últimos anos falharam em algumas dimensões. Porque não atacaram conjuntamente as diversas causas dos desequilíbrios, e, a economia brasileira desenvolveu mecanismos, por sua própria natureza, que impedem a prática de uma política

---

<sup>63</sup> Poder-se-ia arguir que essa falta de consulta ocorreu pela urgência com a qual Collor tratava as matérias, não entendemos dessa forma, pois, desde o início, o discurso era de um governo sem amarras no Parlamento.

<sup>64</sup> Aliás, na apresentação deste plano econômico, bem no início de sua fala, Collor se irrita pelas conversas dos jornalistas que acompanhavam a reunião, interrompe sua fala e requisita, com um olhar, que os repórteres sejam retirados da sala, permanecendo apenas a gravação.

monetária mais rígida. Por isso, nosso programa de estabilização tem três pontos fundamentais, o primeiro é uma reforma fiscal, com objetivo de sanear as contas do Estado, especificamente, para 1990, esperamos conseguir um superávit fiscal que chegue a 2% (...) (MELLO CARDOSO 1990)

Em um primeiro momento, sobretudo nos quatro meses que se seguiram ao anúncio do Plano Collor, houve uma estabilização da economia maior do que nos períodos anteriores, o que serviu de respiro a Collor, que, assim transformou seus primeiros meses de governo em um espetáculo midiático. Como exemplo disso, ou seja, do exercício mais performático de um Presidente na história, estava a cerimônia bissemanal (terças e quintas) de descida pública da rampa<sup>65</sup> do Palácio do Planalto, as caminhadas dominicais no plano piloto, a exploração da selva amazônica<sup>66</sup>, teste de submarino na baía de Guanabara, teste de avião supersônico da Força Aérea Brasileira entre outros. Tratam-se de eventos interessantes, que sintetizam o cuidado com a imagem que tinha Fernando Collor, buscando representar o mesmo sujeito apresentado na campanha eleitoral: atlético, moderno e dinâmico. Tudo isso pode ser sintetizado em sua notória frase "Tenho aquilo roxo"<sup>67</sup>

O segundo documento que analisaremos neste período é a reunião ministerial de 09 de maio de 1990, em que se realizou um balanço dos 60 dias de governo. A conjuntura estava boa, a inflação havia diminuído de percentual. Aqui, temos a mesma lógica de discurso utilizada na primeira reunião ministerial, apesar disso, já se percebe a adoção de um tom responsivo de Collor. Acontece que o confisco das cadernetas de poupança, apesar de até então, estar funcionando, era uma medida extremamente impopular, sobretudo entre os setores financeiros.

---

<sup>65</sup> Em 22 meses de governo, 15 mil convidados desceram a Rampa do Planalto com Collor, entre os quais, o Presidente Norte-Americano George W. Bush, o Papa João Paulo II entre outros. Era um evento rotineiro, mas que com o tempo começou deixar de ser coberto pela mídia. (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993)

<sup>66</sup> Que gerou a Collor um apelido dado pelos norte-americanos de Indiana Collor.

<sup>67</sup> Rico terreno aqui para análise psicanalista, em especial, analisando o conceito de “pênis” de Freud e “falo” em Lacan. Collor buscava demonstrar, para a teoria, a imposição do poder a partir de uma masculinidade exacerbada, isso tudo balizado por uma legitimidade que ele buscava diretamente da população e não do Congresso, como exige o Presidencialismo de Coalizão.

Diante dessa realidade, percebemos uma transição de discurso neste pequeno texto. Collor começa com a retórica de sempre, palavras fortes e simplificadoras:

Estamos prestes a completar dois meses de Governo. Em pouco tempo, fizemos muito. Agora precisamos fazer muito mais, e mais depressa. A sociedade brasileira estava farta de esperar. Tratamos, por isso, de dar claro sentido de urgência aos primeiros atos do Governo, que eram também os primeiros atos da democracia que acabávamos de conquistar. (COLLOR DE MELLO, Reunião Ministerial: um balanço dos 60 dias de governo 1990)

Rapidamente, o discurso é direcionado para a esfera dos números, ausentes em sua fala sobre a inauguração do plano econômico:

Realizou-se uma reforma financeira que promoveu forte redução na liquidez. Iniciou-se uma reforma administrativa e fiscal em função da qual vamos alcançar um ganho de aproximadamente 10% do PIB, derivado de contenção de 3,5% do PIB nas despesas do Governo Central, 2,5% de alienação de ativos da União e de aumento de 4% do PIB na receita tributária. Implementou-se uma política de rendas destinada a minorar os custos sociais das medidas nas áreas financeira, administrativa e fiscal. (COLLOR DE MELLO, Reunião Ministerial: um balanço dos 60 dias de governo 1990)

Isso ocorre, segundo analisamos, tendo em vista a segurança retórica proporcionada pelos números. Borba e Skovsmose (1997) observam que a matemática serve de suporte tanto para argumentações e debates acerca de questões sociais, quanto para a tomada de decisões de interesse coletivo. De acordo com os referidos autores, a matemática *“se torna parte da linguagem com a qual sugestões políticas, tecnológicas e administrativas são apresentadas. A matemática torna-se parte da linguagem de poder”* (BORBA e SKOVSMOSE 1997, 17).

Essa conjuntura acabou por ser confirmada, pois, pela primeira vez desde que assumiu a presidência, Collor concede entrevista à imprensa, em 23 de maio

de 1990. O assunto principal: o plano econômico. Aqui, perceberemos, novamente, a insurgência do discurso institucional e, mais uma vez, a linguagem dos números que, apesar de ser nativa da economia, também concede grande abrigo à retórica institucional.

A primeira pergunta foi dirigida pela jornalista Sônia Carneiro (Radio Jornal do Brasil), que afirma que o plano econômico está sofrendo muito desgaste, e qual seria a postura do Presidente frente a isso. Collor inicia a resposta apresentando um cumprimento à sociedade brasileira, mas, logo depois, avança, mais uma vez, aos números, para apresentar os resultados positivos do plano econômico, afirma o Presidente:

Em primeiro lugar, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a toda a sociedade brasileira pelo apoio indispensável e fundamental para o sucesso do plano econômico do nosso Governo — plano econômico que nasceu das expectativas, que nasceu das indagações, que nasceu das angústias da população do nosso País. (...) Nós esperávamos, nesse período, ou seja, em cem dias, apresentar uma redução da inflação de cerca de 90% ao mês para algo em torno de 10% ao mês. Outra meta era apresentar reservas da ordem de sete bilhões e meio de dólares. Uma outra meta era que nossa liquidez estivesse num patamar entre 18 e 20% do PIB. E, a partir do centésimo dia, nós começaríamos a fazer as liberações — de preços, de negociação salarial, de câmbio. (COLLOR DE MELLO, Entrevista Coletiva à Imprensa em 23 de Maio de 1990 1990)

Este foi o tom apresentado por Collor durante toda a entrevista e também em entrevista ocorrida dois meses depois, em 3 de julho de 1990 e, por fim, a entrevista realizada em 4 de julho de 1990. O Presidente defendia seu plano econômico<sup>68</sup> frente aos jornalistas e utilizava destes meios para balizar seus discursos nos moldes institucionais, bem diferente do que havia sido feito na apresentação da política econômica.

---

<sup>68</sup> O que é diametralmente diferente de se defender, o que ocorrerá mais à frente e apresenta uma oportunidade mais rica de análise a este trabalho.

No entanto, no segundo semestre de 1990, também em entrevistas, começa-se a observar um tom mais duro das perguntas, focando, ainda, no plano econômico. Além disso, em outubro, surgem acusações que envolviam pessoas próximas ao presidente, como PC Farias, o ex-tesoureiro da campanha de Collor, que agiria como intermediário de negócios entre o empresariado e o governo. A partir daí, os escândalos e as denúncias se sucederam e, a cada mês, novos nomes eram apontados.

Em 14 de setembro de 1990, ocorre uma entrevista ao Jornalista Etevaldo Dias, do Jornal do Brasil. Aqui, o tom da imprensa já começa a sofrer mudanças, ao passo que o Plano Econômico começa a se revelar recessivo. O jornalista inicia com a seguinte pergunta:

Jornalista: Só em países ocupados militarmente, como a Alemanha do pós-guerra, a Cuba pós-revolução, houve retenção de depósitos bancários. O senhor estava respaldado em quê para tomar essa medida?

Presidente: Nós tínhamos a convicção absoluta de que esse era o caminho correto. Até porque não havia outro. Além disso, tínhamos certeza de que perseverando nesse caminho iríamos atingir nosso objetivo. Finalmente, havia também muita confiança no entendimento que a sociedade teria da drasticidade das medidas que nós iríamos tomar. (COLLOR DE MELLO, Entrevista ao Jornalista Etevaldo Dias, do Jornal do Brasil, no dia 14 de Setembro de 1990 1990)

Collor apresenta uma resposta padrão, mas não consegue, como conseguira até então, afastar a crítica, sendo que o jornalista replica:

Jornalista: Era então uma intuição de que isso podia e devia ser feito?

Presidente: Houve sim uma boa dose de intuição, mas, sobretudo, de conhecimento de como se cristaliza, de como se demonstra, na prática, o inconsciente coletivo da Nação. (COLLOR DE MELLO, Entrevista ao Jornalista Etevaldo Dias, do Jornal do Brasil, no dia 14 de Setembro de 1990 1990)

Ao citar a “intuição” do Presidente, o jornalista demonstra que a mídia já não mais dava ao suporte o aspecto personalista do Governo de Collor. Por isso,

Collor se exime de realizar uma análise focada no “eu presidente” para responder com uma suposta “inconsciente coletivo da Nação”. Apesar disso tudo, depois desse questionamento, a entrevista volta a apresentar um tom mais ameno, com perguntas mais genéricas do jornalista, como o panorama das eleições daquele ano.

Neste sentido, Fernando Collor se utiliza do espaço eleitoral para realizar um pronunciamento nas redes de Rádio e Televisão sobre as eleições de 1990. O Presidente utiliza deste espaço para falar diretamente à população sobre o tema da inflação e o Plano Econômico, tentando reverter as manifestações contrárias da mídia sobre o mesmo<sup>69</sup>.

Vocês são testemunhas de que este é um governo que trabalha incansavelmente, 12, 14 horas por dia, muitas vezes sem fins de semana, sem feriados, para cumprir exatamente o que prometeu: estar ao lado da maioria da população brasileira, enfrentando sem temor os poderosos, combatendo sem receio os privilégios do passado. Por isso sofremos ataques. Por isso fomos até mesmo vítimas de tentativas de intrigas e calúnias, que procuravam confundir e difamar. Mas o povo não se enganou nunca. E o meu governo jamais cedeu a pressão de grupos. (COLLOR DE MELLO, Pronunciamento à Nação em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão 1990)

Inicia Collor com um discurso de postura defensiva, dizendo que as denúncias, até então, que atingiam o alto escalão do governo e pessoas próximas ao Presidente, não passavam de calúnias. E, quando Collor resolve falar sobre o plano econômico em si, a invés de utilizar da linguagem impactante de outrora, utiliza-se de justificativas que eram alheias ao governo:

---

<sup>69</sup> É claro que os principais afetados pelo confisco da poupança foram os grandes rentistas, que jogavam com a especulação e com os juros galopantes para realizar um investimento extremamente rentável. À população em geral o confisco impactou de forma minorada, mesmo porque o valor seria retornado às contas em um ano. Boa explicação foi produzida por Danilo Martuscelli: “O conjunto dessas medidas conferiu o caráter neoliberal à política governamental de Collor. Na prática, a aplicação dessas políticas produziu os seguintes efeitos: o ataque aos interesses do funcionalismo público, que representava o principal setor nas estatísticas de greves,<sup>8</sup> empurrou esse setor para uma postura defensiva; houve uma ampliação de investimento do capital estrangeiro no país; desvalorizaram-se as estatais nos leilões, permitindo a transferência do controle de empresas altamente rentáveis para o setor privado; procedeu-se a uma maior concessão de poderes ao patronato nos processos de negociação salarial, dificultando, dessa forma, a articulação dos sindicatos na luta por direitos trabalhistas” (2005, 15-16)

Conseguimos acabar, é verdade, com o fantasma da hiperinflação, das taxas de mais de 90% ao mês. E se não avançamos mais, foi por fatores fora do nosso controle, e pelo comportamento de uma minoria, que insiste em não acreditar no Brasil. Nós não podíamos, por exemplo, nem você e nem eu, imaginar a crise do Iraque e a enorme subida dos preços do petróleo. Vejam bem, o Brasil gastava 300 milhões de dólares, por mês, em importação de petróleo. Depois da crise, nós passamos a gastar mais de 600 milhões de dólares por mês. Duas vezes mais. Minha gente, duas vezes mais, num curto espaço de tempo, para comprar a mesma quantidade de petróleo. E o que é que acontece? Isso aumenta o preço dos combustíveis, dos transportes, e acaba se refletindo no preço de todos os produtos. Nós também não esperávamos que alguns fossem impatrióticos o suficiente para continuar reajustando abusivamente os preços, tendo lucros sem comparação em todo o mundo, como se essa fosse uma maneira de se defender da inflação, quando é, na realidade, no fundo, a causa principal da inflação. (COLLOR DE MELLO, Pronunciamento à Nação em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão 1990)

A questão neste ponto é: por que não utilizar do discurso dos números, como no início do programa? Ou da linguagem firme de que irá eliminar o “tigre” da inflação com um golpe de Karatê? Isso ocorre pela demonstração clarividente de que o Plano Econômico estava minguando, sendo necessário agora retirar a responsabilidade do Governo frente ao plano e transferir a responsabilidade para diversos setores, nacionais e internacionais, da sociedade e da economia. Avançando no pronunciamento, Collor realiza uma fala inédita, afirma que não governa sozinho, *“O Presidente, como você sabe, não trabalha sozinho”*, abandona-se, pelo menos por agora, o discurso personalista e egocêntrico, para atuar na difusão da responsabilidade, ou melhor, na transferência desta para outros setores, institucionais ou não, da sociedade.

Diante disso, restou revisitado por meio de seus discursos o primeiro ano de governo de Fernando Collor de Mello, percebemos, até aqui, o fortalecimento da imagem pessoal do Presidente, seja pela rotina midiática que exercia, seja no início de inserir a sua vida familiar na dinâmica de governo. Isso ocorreu pela crescente presença da Primeira Dama em eventos, a demonstração contínua de

afeto, em especial o reverenciado pela mídia “beijo na testa”, a centralização da “casa da dinda” como uma das sedes de governo e o papel da mãe do Presidente na política. Todos esses pilares servirão para confundir a imagem de Presidente com a de sujeito e apresentaram objeto rico de análise no desenvolvimento deste texto.

#### **4.5.Discursos proferidos durante o ano de 1991**

O ano de 1991 se inicia com a crise no Golfo Pérsico, com a guerra. Neste sentido, um dos primeiros atos do Governo Collor no ano é um pronunciamento em rede nacional sobre o conflito. Seguindo o passo do final do ano de 1990, o conflito apresenta um aspecto consequencial ao Plano Econômico de Collor, plano este que foi duramente impactado durante o Natal de 1990, quando o consumo caiu e o Produto Interno Bruto brasileiro decresceu 4,61% (TOMBOLO e VAZ SAMPAIO 2013, 211). O Plano Econômico agora era, de fato, recessivo.

Nesse sentido, em janeiro de 1991, o governo anunciava o segundo plano econômico, conhecido por Plano Collor II. Ele incluiu novos congelamentos de preços e a substituição das taxas de *overnight*<sup>70</sup> com novas ferramentas fiscais que incluíam no seu cálculo as taxas de produção antecipada de papéis privados e federais. O plano conseguiu produzir apenas um curto prazo de queda na inflação, que subiu novamente em maio de 1991.

É neste momento que se inicia uma crise política, catalisada pela já citada crise econômica, que impacta diretamente o Presidente, tratavam-se de denúncias contra a primeira-dama, Roseane Collor. Ela havia assumido a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no início do governo do Presidente Collor, contra a vontade do mesmo. No início de 1991, várias denúncias de desvio de verbas envolvendo a entidade provocaram uma crise marital, que, como outros momentos do governo, se tornou uma crise institucional. Collor, também

---

<sup>70</sup> A Taxa Over, também chamada de Taxa Overnight, é um conceito de Taxa de Juros usado especificamente para caracterizar taxa de juros no mercado financeiro. (SIKLOS 2001, 50-51)



pressionado, mas pela derrocada de seu plano econômico, apareceu algumas vezes sem a aliança de casamento, o que direcionava o foco dos jornalistas para esse fato. Após a crise, Roseane Collor renuncia ao cargo de presidente da LBA e o casamento é reestabelecido, o que mereceu, mais uma vez, grande cobertura midiática.

Em 15 de fevereiro de 1991, Collor envia sua mensagem ao Congresso Nacional. É a primeira mensagem dessa natureza que Collor envia ao Parlamento<sup>71</sup>, e apresenta um tom ameno, descentralizado, sem o foco excessivo no Executivo, como havia ocorrido até então:

Quero que esta Mensagem, a primeira que envio ao Congresso Nacional, no início da Sessão Legislativa, represente testemunho de meu apreço e de minha homenagem a esta instituição, essência do sistema democrático. Sirva também para reafirmar minha crença no papel central desempenhado por esta Casa, a que servimos meu avô, meu pai e eu próprio, na construção do destino da grandeza do País (...) (COLLOR DE MELLO, Mensagem Presidencial Enviada ao Congresso Nacional, em 15 de Fevereiro de 1991 1991)

Foi uma mensagem que abordou de forma sintética os problemas nacionais, mas apresentou um forte conteúdo simbólico. Foi a primeira vez que Collor se dirigiu institucionalmente ao Congresso Nacional<sup>72</sup> até então, um coadjuvante em discursos do Presidente. A maior parte das medidas tomadas até este ponto do Governo, foram por meio de medidas provisórias, de certa forma, Collor esperava que as eleições gerais de 1990 trouxessem uma base maior de parlamentares, de preferência, a maioria, no entanto, isto não ocorreu. Naquelas eleições, o partido de Collor, o PRN, angariou pouco mais de 7% das cadeiras. Por isso, necessária foi esta Mensagem ao Congresso Nacional, com o intuito de tentar costurar uma relação mais harmoniosa com o Parlamento. Além disso, no

---

<sup>71</sup> Consultando os outros presidentes da República, todos produziram uma mensagem presidencial no primeiro ano de governo, sendo Collor a exceção, tendo em vista que foi o último presidente a tomar posse em março. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>

<sup>72</sup> Vale lembrar que o artigo 84, XI da Constituição da República de 1988 obriga o Presidente da República a remeter mensagens ao Congresso Nacional, no entanto, não é essa a única forma de diálogo formal do Presidente com a casa legislativa, ficando a discricionariedade destas comunicações a cabo do Presidente da República.

embate familiar que permeava a política alagoana, Collor tem um revés: seu candidato e líder do Governo no Congresso, Renan Calheiros, perde as eleições para o governo do Estado. No final de 1990, Renan abandonou o governo Collor e o acusou de traição, tendo em vista o resultado das eleições alagoanas daquele ano.

Diante dessa conjuntura fragmentada no Congresso Nacional, o Plano Collor II tem sua viabilidade prejudicada, apesar de alguns bons resultados no primeiro trimestre de 1990. Esse é o cenário de então, crises familiares que se tornaram institucionais (vice-versa), falta de apoio do Parlamento e o início da desconstrução da imagem de presidente jovem, arrojado e atlético. Em verdade, em 1991 as aparições públicas de Collor começam a diminuir, o que foi motivado, em grande parte, pelo crescente desinteresse da mídia em cobrir suas atividades, focando-se apenas na derrocada do plano econômico e dos escândalos pessoais e criminais que surgiam no alto escalão de seu governo<sup>73</sup>.

Com essa realidade, a postura do Presidente muda radicalmente durante o ano de 1991. Do governante potente e jovial, agora a imagem nos eventos oficiais passa a ser de uma pessoa com fisionomia mais séria. Na análise quantitativa dos discursos proferidos neste ano, percebe-se a ausência de palavras e imagens fortes, a potência cede lugar para a austeridade. Não se fala mais em golpe mortal para derrotar a inflação, nem mais na onipotência do governante para agir, fala-se em fragilidade, erros, imperfeição:

Os milagres em economia, como nós sabemos, não existem: a trilha da prosperidade só se percorre com a coragem, a disposição para o trabalho, a vontade de vencer e com o aprendizado que vem da experiência do cotidiano. (...) O Governo jamais pretendeu ser infalível. O Governo nada pode sem o apoio firme e convicto dos cidadãos. Governar, num regime democrático, não é um

---

<sup>73</sup> Entre os quais podemos citar: o envolvimento amoroso entre a Ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo e o Ministro da Justiça Bernardo Cabral, que gerou a destituição do mesmo; O chamado “escândalo das bicicletas” que gerou a exoneração do Ministro da Saúde Alcení Guerra; surgem denúncias também sobre enriquecimento ilícito do Ministro do Trabalho, Antônio Magri. Além disso, somam-se manifestações contra o Governo sobre o pacote de privatizações e sobre o reajuste dos aposentados, estes, vitoriosos em seus pleitos.

ato solitário, mas sim a busca renovada do entendimento e do consenso. Independentemente de coloração ideológica ou afinidades pessoais, o diálogo com os setores representativos da sociedade tem sido permanente e aberto: pessoalmente ou por intermédio dos integrantes de minha equipe, tenho procurado colher reações quanto aos rumos traçados e metas conquistadas, no processo de reconstrução nacional. A disposição do Governo para o entendimento se sustenta na convicção de que um futuro melhor para o País só se forja com a participação ampla e construtiva de todos os brasileiros. A causa é o Brasil, sua gente, seus sonhos (COLLOR DE MELLO, X Reunião Ministerial 1991)

Em março de 1991, Collor concede entrevista à jornalista Marília Gabriela da Rede Bandeirantes. Trata-se de um dos documentos centrais da pesquisa, tendo em vista que esta entrevista é a única que aborda questões mais pessoais do Presidente, permitindo assim, maior compreensão sobre o seu *animus* no início do segundo ano de governo. Desde o início, fica claro que será uma entrevista voltada para o pessoal, tendo em vista tanto a natureza do programa na qual foi produzida, quanto na necessidade de retomar o clamor popular para as imagens que eram associadas a Collor:

Marília Gabriela: O programa de hoje é especial. Nosso entrevistado é muito especial. Carioca de nascimento, cresceu entre Alagoas, Rio e Brasília. Foi prefeito, deputado e governador das Alagoas e transformou-se num dos maiores fenômenos eleitorais da história brasileira ao se eleger Presidente da República depois de uma campanha avassaladora, que começou pequenininha, mas com uma das grandes ideias políticas que o País já viu: a caça aos Marajás. No próximo dia 15 completa um ano de Governo. Um ano de mudanças estruturais profundas na busca da modernização que pretende nos elevar à condição de país do Primeiro Mundo. Jovem, 41 anos de idade, esportista de karatê a jet-ski, dono de um temperamento forte, muita coragem e muita presença, já foi até escolhido por uma revista americana como uma das 50 pessoas mais bonitas do mundo. O Cara a Cara começa agora com o primeiro Presidente eleito pelo voto direto desde 1960, Fernando Collor de Mello. (COLLOR DE MELLO, Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991 1991)

A primeira pergunta é justamente sobre o sentimento de ser Presidente, a entrevistadora questiona Collor diretamente sobre o porquê d'ele estar tão sozinho:

Presidente, eu me pergunto e pergunto para o senhor: a perplexidade de uns e a indignação de outros não resultaram na sua solidão? O senhor não está muito sozinho neste momento, não?

Não me sinto, em nenhum momento, solitário. Até porque o Governo, o Brasil não é de um só. É de todos nós. O Presidente da República deve ser o intérprete e o agente das aspirações populares, sobretudo tendo sido eleito num processo democrático, depois de tantos anos de jejum eleitoral. Naturalmente as decisões são sempre muito solitárias, e isso não pode ser diferente. Num regime presidencialista a responsabilidade única e exclusiva sobre tudo o que acontece é do Presidente da República. E eu não abro mão, em nenhum instante, de assumir total responsabilidade por tudo o que aconteça. Muitas vezes essa decisão solitária que se toma é num instante em que a gente pensa: «Puxa! Que bom se eu pudesse falar com a, b, c, d, e, com pessoas tais e quais». Mas nem sempre isso é possível (COLLOR DE MELLO, Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991 1991)

Neste excerto, é possível observar que as perguntas direcionadas a Collor refletem algumas perspectivas adotadas pela mídia, como a suposta solidão do Presidente (pessoal e institucional), o personalismo de seu governo entre outras. É possível observar também que ao contrário de outras entrevistas analisadas neste trabalho, aqui, apesar do foco egocentrado em Collor, não há mais discursos fortes, há, antes, um conformismo “se eu pudesse falar com a, b, c, d”. Ainda se mantém na posição centralizadora de tomar as decisões, mas agora, ela vem recalcada em um aspecto de “responsabilidade” que não era visto antes. Não estamos, de fato, diante do mesmo Fernando Collor que iniciou o governo.

Dessa forma, temos que a configuração política se modificou, apesar do sujeito permanecer na mesma posição institucional. Aqui percebemos, mais uma vez, a inflexibilidade do regime político institucional frente às emoções e

cognições do sujeito, se o Presidente está transitando em um espectro possível de operacionalização das emoções, não há mudança institucional, assim como não há mudança se o próprio sujeito político está fragilizado ou sendo vítima de múltiplos ataques.

Avançando na entrevista, Marília Gabriela questiona sobre uma decisão pessoal que já era marcante no governo, o Plano Collor. Nesta pergunta, a entrevistadora questiona o personalismo do Presidente, indagando se existe alguma medida de medo ou insegurança em suas posturas:

Nessa sua decisão solitária, o senhor perdeu o sono também? Foi muito difícil tomar essa decisão? Dá medo, Presidente, em algum momento? Dá insegurança, ou não?

Presidente: Nem insegurança, nem medo. Mas, naturalmente, são decisões que merecem ponderação e uma profunda reflexão. O que sempre me anima nas decisões é que a minha intenção é reta. Os meus objetivos são límpidos, são claros. O meu ideal é transparente. Em função de saber que estou caminhando rumo a um objetivo que é correto — porque é isso que percebo no sentimento nacional, que percebi nas ruas, nas praças, nas vielas, nas favelas, nos mucambos por onde andei —, é por ter essa certeza e essa convicção que as decisões que eu tomo, por mais penosas que possam parecer, sempre me dão uma certa tranquilidade de que estão sendo tomadas em função de uma meta preestabelecida, que é a interpretação do sentimento da nação brasileira. (COLLOR DE MELLO, Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991 1991)

Diante da negativa do Presidente, a entrevistadora replica:

Marília Gabriela: O senhor é um obsessivo?

Presidente: Não. Eu sou absolutamente determinado. Tenho muita paciência, embora muitas vezes pareça que não. Sou uma pessoa absolutamente determinada, movida por fé e por ideal. (COLLOR DE MELLO, Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991 1991)

Avançando mais na seara do Plano Collor I e II, Marília Gabriela questiona sobre a equipe ministerial (em especial, o Ministério da Economia), tendo em vista que a Ministra Zélia Cardoso colocara seu cargo à disposição do Presidente. A entrevistadora resgata a frase dita por Collor quando afirmou que era ele o Ministro da Economia:

Marília Gabriela: No início do Governo o senhor afirmou que era o Ministro da Economia. E eu fico pensando o que o senhor queria dizer. Por exemplo: quando a Ministra Zélia se indispõe com a FIESP ou com alguns cartéis poderosos, ela está cumprindo ordens suas?

Presidente: Afirmar que o Ministro da Economia seria eu e poderia repetir agora essa afirmação e estendê-la a todos os outros Ministérios, porque, com esta frase, eu queria transmitir à Nação a noção da responsabilidade que me cabia. Quis sinalizar à nação brasileira que quando alguma coisa desse errado eu jamais culparia quem quer que fosse, porque num regime presidencialista cabe somente ao Presidente da República arcar com as responsabilidades pela administração pública e pelo desenrolar da sua própria administração. (COLLOR DE MELLO, Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991)

Aqui, percebemos a transição entre o personalismo egocêntrico apresentado no início de governo para a Responsabilidade pela administração pública. O conceito de responsabilidade aqui já é muito mais sintonizado com os ditames do Presidencialismo de Coalizão do que no início do governo. Igualmente percebemos essa transição quando analisamos perguntas da entrevistadora sobre as possibilidades de coalizões com outros partidos, como o PMDB, PSDB e até com o PDT de Leonel Brizola. Além disso, fundamental perceber que órgãos como a FIESP são sujeitos, assim como a mídia, que desde o início da República, desempenham papel de pressão ou alívio fundacionais à governabilidade.

O governo estava profundamente desgastado e suas propostas não eram votadas pelo Congresso, um a um os Ministros de Estado estavam sendo envolvidos em denúncias de corrupção. Nesta situação, Collor busca, na segunda metade do ano, a reformulação de suas bases políticas e escolhe sua festa de aniversário, 12 de agosto de 1991, para tal feito. Ele convida todos os

governadores de Estado, além de diversos parlamentares. O dia começa com uma tradicional descida da rampa, onde Collor se entusiasma e urge à população em volta: “vamos Brasil, vamos pra frente, vamos Brasil (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993)”, utilizando um tom forte esquecido nos últimos meses. É nesse turbilhão político que Collor avança o ano de 1992, o semblante do Presidente estava completamente alterado, os Ministérios, personificações de suas aspirações, começam a ser alterados<sup>74</sup>.

Tratava-se do apelidado de Collor de “Plano de conciliação nacional”, apesar de ter recebido o apoio de 26 dos 27 governadores de Estado, inclusive Leonel Brizola, o PMDB, maior sigla no Congresso nega entrar no Governo. Diante disso, Collor costura uma aliança com o PFL, que, em troca de cargos, garante a sustentação parlamentar do Executivo. É neste cenário que finda o ano de 1991.

---

<sup>74</sup> Neste momento, no final de 1991, dos nove ministros civis que assumiram, apenas um, o Chanceler Francisco Rezek, mantém o cargo.

### **CAPÍTULO III – Das denúncias à renúncia: um sujeito perdido na transição entre emoção e racionalidade**

#### **5.1. As primeiras denúncias**

No dia 24 de maio de 1992 as denúncias atingiram diretamente o presidente da República. Numa entrevista à revista Veja, Pedro Collor acusou o irmão de manter uma sociedade com PC Farias, que seria seu testa-de-ferro nos negócios<sup>75</sup>.

As denúncias rapidamente tiveram repercussão no Congresso Nacional. No dia 25 de maio, o telejornal Jornal Nacional informou que a Polícia Federal instauraria inquérito para apurar as denúncias contra Collor. O presidente, por sua vez, pediu a abertura de uma ação penal com base na Lei de Imprensa, para responsabilizar o autor das denúncias por crime contra a honra.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pediu a abertura de inquérito para a apuração de crimes contra a administração pública federal, atribuídos ao presidente Fernando Collor, à ex-ministra Zélia Cardoso de Melo, a PC Farias e ao piloto de avião Jorge Bandeira de Melo, acusado de intermediar a liberação de verbas no Ministério da Ação Social. Naquele dia, o presidente divulgou uma carta à nação na qual se dizia profundamente chocado com as declarações “insensatas e falsas” do irmão Pedro Collor.

Dois dias mais tarde, Pedro Collor, em companhia da mulher, Tereza, do seu advogado e de uma equipe médica, disse em entrevista coletiva que não poderia provar todas as acusações que fizera à revista Veja contra Fernando Collor e PC Farias, mas, mesmo assim, estava com a consciência tranquila. Isso ocorreu tendo em vista que a mãe de Pedro e Fernando, Leda Collor, afastara o filho Pedro da gerência dos negócios da família. No dia 26 de Maio, Collor tenta mais uma vez rechaçar as denúncias do irmão, e utiliza a televisão e o rádio para comunicar à população: “Eu venho hoje pedir desculpas à nação pelo

---

<sup>75</sup> As Revistas VEJA e ISTOÉ foram fundamentais para a instauração do regime que definimos como “crise real” e que levaria à renúncia de Collor de Mello



desassossego causado desde o último fim de semana pelas declarações falsas e insensatas que meu irmão Pedro tem dado à imprensa (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993).

Pedro, tendo em vista o afastamento dos negócios por alegações da mãe de que não estava apto mentalmente para a gerência, realiza e torna público o resultado dos exames de sanidade mental a que tinha se submetido. Segundo o laudo ele estava apto a realizar todos os atos de responsabilidade civil e não apresentava nenhum diagnóstico psiquiátrico. Naquele mesmo dia, 27 de maio, por solicitação de parlamentares do Partido dos Trabalhadores<sup>76</sup> (PT), o Congresso instaurou uma CPI para apurar as denúncias contra PC Farias.

Durante a CPI, Paulo Cesar Farias depõe e nega envolvimento com o Presidente Collor, afirma que “depreende-se da história das Alagoas, que este cidadão meu detrator sempre manteve uma inveja<sup>77</sup> muito grande de seu irmão Presidente da República” (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993). Assim se seguiram os depoimentos de outras pessoas ligadas ao Presidente, inclusive o do ex-secretário Claudio Vieira, que administrava o dinheiro de Fernando Collor.

No final de junho, no entanto, a Revista IstoÉ publica reportagem em que apresenta afirmações de que as contas da Casa da Dinda eram pagas por PC Farias, utilizando para tal cheques e o testemunho de um dos motoristas de Collor. Este depoimento muda os rumos da CPI, que até então não tinha logrado êxito em conectar propriamente Collor a PC Farias. Com isso, tanto o PMDB, que estava neutro até então e o PFL, base do governo, começam a apoiar o avanço da CPI. Collor vai à televisão mais uma vez, agora, eivado de um discurso oficioso,

---

<sup>76</sup> O Partido dos Trabalhadores foi a principal engrenagem de organização do procedimento de impeachment dentro do legislativo, isso se infere da fala de Lula da Silva antes da reunião que sacramentaria o destino do governo: “Não, essa reunião definiu algo muito importante, essa reunião definiu que não vamos mais fazer reunião de oposição para o Impeachment, vamos fazer uma reunião de todos os partidos a favor do impeachment. Ou seja, essa reunião não tem pai, agrupará todos os parlamentares a favor do impeachment” (LULA DA SILVA 1992)

<sup>77</sup> Mais uma vez a presença do discurso sobre as emoções emaranhado no jogo político.

apresentar declarações de seu tesoureiro que comprovariam a não participação de Collor em negócios com PC Farias.

Três meses após iniciada a CPI, o relatório estava concluído<sup>78</sup>, direcionando pela responsabilidade do Presidente Collor por envolvimento no denominado “Esquema PC Farias<sup>79</sup>”, que se tratava de uma rede de corrupção em contratos públicos. Neste ambiente, com aprovação do parecer, a Ordem dos Advogados do Brasil ingressa com pedido de Impeachment do Presidente da República em agosto de 1992. É neste momento que se iniciam as mais fortes manifestações contra o governo, que pediam o impedimento do Presidente, era o denominado “movimento dos caras pintadas<sup>80</sup>”.

## **5.2.Discursos proferidos durante o ano de 1992**

Diante deste panorama, Collor começa, a partir de julho de 1992, a evitar pronunciamentos públicos. Neste período, entre julho e setembro, apenas três exceções.

A primeira é dada em reunião com empresários do Rio de Janeiro, neste momento, Collor divulga um bilhete e promove uma fala de denúncia ao que ele denomina “sindicato do golpe”, Collor, abatido, afirma: “Chegar ao poder no berro, não dá não, eles berram de lá e eu berro de cá, e aí?” (COLLOR DE

---

<sup>78</sup> O período é mais rico do que exposto, mas sem grande relevância ao presente trabalho.

<sup>79</sup> Tudo transmitido pela televisão, com votação nominal, 16 votos favoráveis e 05 contrários pelo parecer da CPI.

<sup>80</sup> Movimento composto de “(...) estudantes, particularmente secundaristas, pintaram o rosto de preto em sinal de protesto (ficando conhecidos por este gesto como “caras-pintadas”), ocupando ruas e praças em todo o país. Inicialmente parecia ressurgir o clima das “Diretas Já”, mas gradativamente via-se um novo fenômeno. Os jovens não aparentavam optar entre esquerda e direita, ou entre este ou aquele partido político. Parecia naquele instante existir um sentimento maior, abrangendo um movimento dito pela ética na política, mostrando uma população cansada pela sucessão de escândalos. Por outro lado, o papel dos partidos de oposição e dos sindicatos foi fundamental para o sucesso das manifestações, visto que boa parte dos estudantes só passou a engrossá-las na medida em que foram incentivados a fazê-lo, sobretudo através das articulações de alguns partidos políticos, que disponibilizaram inclusive caminhões de sons para os protestos. (DOS SANTOS 2009, 193)

MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993). Logo após, Collor vai em rede nacional e afirma que é impossível para qualquer brasileiro saber a origem de cheques, (principal prova contra ele) e se diz “vítima dos generosos depositantes” (COLLOR DE MELLO, História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto 1993).

O terceiro discurso do período, e talvez o mais emblemático, ocorre em 13 de agosto de 1992. Collor, em um lançamento de casas populares, até então, não havia falado sobre as denúncias, apenas cumpriu um discurso institucional. Então, após pedidos da plateia presente para uma manifestação mais “emocional”, Collor afirma:

Nós somos a maioria, nós aqui presentes, somos a maioria, a maioria silenciosa é verdade, mas uma maioria fiel e trabalhadora, a minoria atrapalha e a maioria trabalha. Nós temos, minha gente, nós temos que dar um sinal a este país, que nós somos a maioria, nós temos que dar um sinal ao país, que as nossas cores são as cores da nossa bandeira, verde, amarela, azul e branca. Essas são as nossas cores! Vamos mostrar a esta minoria que intranquiliza diariamente o país de que já é a hora de dar um basta a tudo isso, a sociedade brasileira quer tranquilidade para poder trabalhar pelo engrandecimento da nossa pátria querida, todos nós desejamos poder avançar com as reformas de modernização cujos recalques, cujos complexos, frustrações, ódio, inveja, tudo isso, articulado que chamei de sindicato do golpe, filiado à central única dos conspiradores<sup>81</sup>. Nós temos que mostrar a estes que nós desejamos trabalhar pelo país. Mostrar nossas verdadeiras cores, nosso verdadeiro credo, nossa verdadeira fé. Nossa fé é na ordem e no progresso, vamos inundar esse país de verde amarelo, vamos balançar nossas bandeiras, as cores que balançam a nação, que são o verde, amarelo, azul e branco. Por isso, quero pedir a todos vocês que voltando aos seus estados e suas comunidades, nos seus carros, que nos seus taxis, afixem nas suas antenas ou em qualquer outro lugar a fita verde amarela, peçam às suas famílias, que no próximo domingo, peçam as famílias, que no próximo domingo, e esta é uma mensagem que dirijo a todo o país, a todos que tem essa profissão de fé, que saiam no próximo domingo com alguma peça de roupa nas cores

---

<sup>81</sup> Em analogia irônica à Central Única dos Trabalhadores, entidade sindical de base do Partido dos Trabalhadores.

da nossa bandeira. Exponham nas janelas! Que exponham toalhas, o que tiverem nas cores da nossa bandeira, e quero pedir e vou cobrar esse pedido, é assim que no domingo vamos mostrar onde é que está a verdadeira maioria! Estaremos mostrando aonde está a maioria, na minha gente, no meu povo, nos pés descalços, nos descamisados, naqueles em que fui eleito e para quem estarei governando até o último dia do meu mandato. (COLLOR DE MELLO, Fernando Collor pede para o povo vestir verde e amarelo 1992)

Foi o discurso mais incendiário de Collor, antes ou depois, da posse como Presidente da República. Isso decorreu por alguns fatores, entre os quais, o imprevisto, tendo em vista que esta fala não estava prevista. Neste discurso, há o objetivo claro de realizar uma conexão direta com a população, conclamando para uma legitimidade direta com o povo que não é a marca príncipe da democracia representativa nos moldes em que ela se exhibe no Brasil: o presidencialismo de coalizão.

O desfecho deste discurso é conhecido, a população não ouviu o pedido de Collor e fez o contrário, se vestiu de preto no domingo pedindo o afastamento do Presidente. Fernando Collor desafiou, em expressão clara de desespero e medo, sua inserção social, que, como já trabalhamos, tem sempre menos poder do que a inserção da mídia, ou, a inserção social do presidente pela mídia se dá na justa medida que a mídia permite.

Neste momento, o caminho do impeachment já estava traçado, o parecer da CPI seria votado na Câmara dos Deputados e, diante da inafastável falta de lastro parlamentar, seria aprovado, o que culminaria com o afastamento, por 180 dias, de Collor da Presidência da República, período no qual seria realizado o julgamento pelo Senado.

A questão aqui é perceber o porquê do discurso de Collor ter falhado, porquê a co-identificação de Collor com a população não mais movia multidões,

como no período eleitoral? O primeiro fator é a contra-campanha da mídia<sup>82</sup>, mas isso por si só não explicaria, então, um segundo fator é necessário. Este segundo fator é o ocupar o cargo institucional e entendemos que isso merece um aprofundamento.

É com John Locke que os contornos da responsabilidade política assumem os contornos de vínculo de confiança no sistema representativo. Uma confiança compromissada e sujeita às sanções, envolvendo governantes e governados. O governante<sup>83</sup> responde “perante alguém”, o governado. Para que este feixe governante-governado assuma alguma feição ou contorno mínimo, é conformado pelo ordenamento constitucional do Estado. Assim, a responsabilidade ocorre no Estado constitucional e é forma de limite de poder (em contraposição ao absoluto de Hobbes e Schmitt, ou mesmo de um limite de moralidade finalística, como em Maquiavel)<sup>84</sup>.

Da forma como foram dispostas as ideias, há a associação entre o poder político e a responsabilidade política. Todavia, o espectro do poder político é maior do que o espectro da responsabilidade política. A responsabilidade política é uma decorrência da posse e ocupação do cargo ou do mister, no Estado, e, como visto, nos limites definidos pelo ordenamento jurídico. Em maiores detalhes,

---

<sup>82</sup> Neste sentido, importante ressaltar os trabalhos de (DOS SANTOS 2009) e (DOMINGOS DA CRUZ 2013)

<sup>83</sup> Tendo em vista que tal desenvolvimento acompanhou também a mudança institucional no sentido da “separação dos poderes” a figura do governante torna-se vária, passa de uma figura central para algumas figuras centrais. Para uma análise sobre um desses atores, o juiz, importante é a reflexão histórica de (LAURIS 2011, 235-238)

<sup>84</sup> Assim diz Locke: “[...] ninguém pode ser privado desta condição {a liberdade} nem colocado sob o poder político de outrem sem o seu consentimento [...]. [...] é necessário que esse corpo se mova na direção determinada pela força predominante, que é o consentimento da maioria. [...]. Por conseguinte, todo o homem, ao consentir com os outros em formar um único corpo político sob um governo único, assume a obrigação, perante todos os membros dessa sociedade, de submeter-se à determinação da maioria e acatar a decisão desta. Do contrário, esse pacto original [...]” (LOCKE 1998, 468-470). “[...] cabe ainda ao povo um poder supremo para remover ou alterar o legislativo quando julgar que este age contrariamente à confiança nele depositada” (LOCKE 1998, 518). “Em todos os casos, enquanto subsistir o governo, o legislativo é o poder supremo. [...] deve por força ser o poder supremo, e todos os demais poderes depositados em quaisquer membros ou partes da sociedade devem derivar dele ou ser-lhe subordinados” (LOCKE 1998, 519). “O poder executivo quando não estiver depositado numa pessoa que também participe do legislativo, estará visivelmente subordinado a este e a ele responde, podendo ser trocado e deslocado à vontade; [...]” (LOCKE 1998, 520).

responderá o agente que ocupa o cargo ou a função pública (embora também se possa imaginar que a função possa ser exercida sem cargo). E nem todo o poder político encontra-se naquele (ou naqueles) que ocupa(m) cargo(s). Por isso, nem toda a forma de poder político acarreta a responsabilização política (nos moldes de correspondência cargo/função-responsabilidade) (LOMBA 2008, 70-72).

Outro ponto de discussão que apresenta considerações críticas como essas da ideia de poder político  $\times$  ideia de responsabilidade política, é aquele da relação entre confiança e responsabilidade. Outra vez, a confiança ocupa espectro maior que o de responsabilidade política. Como analisa Pedro Lomba, a “confiança” é um dos pressupostos do pacto governativo de que fala Locke, mas não apresenta a densidade e a concretude da responsabilidade política. A responsabilidade envolve a processualização e a determinação de conteúdos (conteúdos e processo previstos em normas) ausentes na confiança, que é de materialidade difusa e imprecisa (e processualmente idealizada)<sup>85</sup>.

Outra interessante consideração sobre a responsabilidade política é entre esta e a representação política. Assim, os processos eleitorais são processos de responsabilização. A cada período de eleições regulares o governante é exposto à responsabilização por seus eleitores. Novamente, a responsabilidade política guarda sentido mais estreito e não se sujeita exclusivamente aos pleitos periódicos. Certo é que os eleitores elegem - premiam - governantes; eleitores

---

<sup>85</sup> É importante mencionar que as palavras “desconfiança” e “confiança” aparecem em normas constitucionais de governo de sistemas parlamentares. Por óbvio, estão distantes do sentido pactista de confiança de Locke e próximos ao sistema de responsabilidade política. Como exemplo, a Constituição brasileira de 1946 (Emenda Constitucional nº 04, de 1961): Art. 9º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo. Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa da confiança importará de novo Conselho de Ministros. Art. 10. Votada a moção de confiança, o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, dentro de quarenta e oito horas, opor-se à composição do Conselho de Ministros. Parágrafo único. O ato do Senado Federal poderá ser rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão. Art. 11. Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando êste lhe fôr negada. Art. 12. A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta Deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois de propostas, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados (BRASIL 1961).

sancionam governantes - não os reelegendo<sup>86</sup>. Isso gera alguma confusão entre o sentido de escolha e de responsabilização e não é apropriado à realidade da responsabilidade política<sup>87</sup>.

Apenas para a formalização explicativa, tem-se: a responsabilidade política  $\subset$  a confiança - a responsabilidade está contida na confiança; a responsabilidade política  $\subset$  a representação política - a responsabilidade está contida na representação política; a responsabilidade política  $\subset$  no poder política - a responsabilidade está contida no poder político.

Neste sentido, Cheibub e Przeworski assinalam:

Uma possível razão para esta instabilidade dos resultados pode se dever ao fato de que condições institucionais específicas devam estar presentes para que a responsabilidade política se manifeste. Com o fim de examinar esta possibilidade, procuramos reproduzir, pelo menos em espírito, a análise desenvolvida por Powell e Whitten (1993). Para eles existem fatores institucionais que afetam a habilidade dos eleitores em discernir e punir os governantes. Em consequência, uma vez que estes fatores sejam mantidos constantes, a relação entre desempenho econômico e sobrevivência de governantes deve-se tornar mais forte. Powell e Whitten estão particularmente preocupados com a "clareza de responsabilidades", isto é, se o quadro institucional permite que os eleitores sejam capazes de discernir a quem punir (1997, 72).

Dessa forma, porquanto a Responsabilidade Política necessita da relação entre governantes e governados, a representação política transcende esta

---

<sup>86</sup> Considerando um sistema clássico em que não existem mecanismos de responsabilidade política que "revogam" o mandato. Exemplos desses mecanismos são o *recall* político (em destaque no modelo Estadunidense) e o *abberufungsrecht* (em destaque no modelo de alguns Cantões Suíços), sendo que no primeiro há a revogação de um mandato individual (do executivo, do legislativo ou do judiciário) e no segundo há ainda a possibilidade de revogação de todo um órgão, ou seja, uma dimensão mais abrangente do *droit révocation*.

<sup>87</sup> "Governos são responsáveis na medida em que os cidadãos podem discernir se os governantes estão agindo de acordo com os seus interesses e sancioná-los apropriadamente, de forma que os governantes que satisfazem os cidadãos permanecem em seus postos e aqueles que não os satisfazem perdem suas posições. A responsabilidade política é um mecanismo retrospectivo, no sentido de que as ações dos governantes são julgadas *a posteriori*, em termos dos efeitos que causam" (CHEIBUBI e PRZEWORSKI 1997).

limitação, o que a permite alcançar os períodos eleitorais e não institucionais. Apesar de coexistirem, os dois conceitos apresentam maior ou menor intensidade (potência) a depender do cenário desenhado, no caso de Collor, depois de dois anos de governo, a intensidade da Responsabilidade Política era muito maior do que a intensidade da Representação Política

Dessa forma, temos o paralelo entre responsabilidade política a partir dos discursos e representatividade política nas pesquisas de opinião. Isso serve de explicação (ou consequência) do Presidencialismo de Coalizão, ou seja, a transmissão, após o pleito eleitoral, do discurso de legitimidade ao Congresso e não ao povo. Collor foi vítima deste jogo, mas não por falta de tato, mas por fatores psicossociais que explicam o porquê de sempre se buscar essa legitimidade no povo, este, é um sujeito político indeterminado e quase imaterial, aquele, um sujeito político determinado e bem materializado. Buscar um alicerce legitimante na população permitiu, pelo menos no início do governo, que Collor governasse de forma autocrata, com forte conteúdo egóico, o que não seria permitido em uma dinâmica de presidencialismo de coalizão.

### **5.3. Discurso em rede nacional antes da votação do Impeachment.**

Em 1992, Fernando Collor de Mello, se dirige à população em rede nacional de rádio e televisão, por 19 minutos, onde expõe os detalhes pessoais das acusações a ele imputadas, em um afã de evitar o processo de impedimento que se seguiria. Em vão, mas, a análise histórico-filosófica persiste, identificar essa figura retórica dentro do jogo político possibilita analisar a dimensão principal da pesquisa proposta, qual seja, a responsabilidade política<sup>88</sup> frente à teoria das emoções no governo de Collor de Mello. É claro que a retórica populista poderia ser identificada em inúmeros momentos da trajetória de Fernando Collor de Mello e de seu governo.

---

<sup>88</sup> Em especial o vínculo entre governantes (monarca, presidente) x governados (súditos, cidadãos).



Fernando Collor inicia o discurso expondo o porquê não se manifestará até então, utilizando uma linguagem totalmente emocional, apelando para aspectos religiosos e morais, fugindo, dessa forma, de qualquer nota de discurso institucional:

Minhas senhoras meus senhores, durante todo o período de trabalho da CPI, me impus um silêncio doloroso sobre as matérias ali analisadas, todos bem podem imaginar meu sofrimento durante esta fase, suportado graças à absoluta fé em Deus. Essa postura, é verdade, foi muitas vezes questionada por amigos, conselheiros e auxiliares que imaginavam ser mais adequado a minha resposta imediata a cada uma das acusações feitas; Permaneci inabalável na determinação de me manter sereno, apesar das calúnias, difamações e injustiças contra mim cometidas. Insisti neste propósito para que todos pudessem ter a certeza de que em nenhum momento por força de intervenção minha nas investigações em curso fossem criados embaraços ou constrangimentos ao trabalho que se realizava na comissão e fora dela. Como muito bem diz a bíblia, há tempo de calar e tempo de falar. (COLLOR DE MELLO, Pronunciamento de Collor na TV antes do impeachment 1992)

Com relação ao tema da linguagem, utilizaremos o conceito de *parrhesia*, como apresentado por Nussbaum e outros autores. Diante desta incumbência, opta-se por uma análise de cunho mais teórico, qual seja, como seria possível uma teoria das emoções no jogo político a partir de Nussbaum. Tendo em vista a dimensão exacerbada da proposta, promoverei um recorte específico, qual seja, observar a figura da *parrhesia*, como experiência do “dizer-verdadeiro<sup>89</sup>”, no último discurso de Collor antes do *Impeachment*.

Dessa forma, busca-se neste ensaio apresentar a delimitação da *parrhesia* dentro da lógica da teoria das emoções. Essa delimitação se estabelece em uma articulação entre formas de *parrhesia* sobre si mesmo e sobre os outros e as

---

<sup>89</sup> A expressão não guarda qualquer relação com “verdade”, mas sim como uma figura de linguagem, retórica. *Parrhesia* é comumente traduzido para o inglês como *free speech*, em francês por *franc-parler* e em alemão por *Freimüthigkeit*. No presente trabalho, utilizaremos a expressão *parrhesia* sob pena de confundir o texto e o leitor com a expressão de “dizer-verdadeiro”, “falar francamente” entre outras.

dimensões conceituais das paixões, da autotransformação, dos desejos, e, especialmente, o conceito de liberdade (uma expansão da liberdade de si para com a liberdade do próximo), direcionando como na filosofia greco-romana<sup>90</sup>, a práticas de vida para si próprio, ou, como expõe Martha Nussbaum, com maior precisão, *práticas especificamente argumentativas* (1994). Para a autora, a *parrhesia*, é constituída de ações e práticas por meio das quais os sujeitos são levados a se autorreferenciar, “prestar atenção em si mesmo”, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, paixões e emoções, cristalizando uma dinâmica de relação consigo mesmo que lhes permite descobrir, no desejo, emoções etc., a “verdade”<sup>91</sup> de si próprio. Ou seja, a *parrhesia*, quando analisada no jogo político, parte de uma noção intrínseca ao sujeito para ser instrumentalizada como linguagem por agentes políticos para buscar, em regra, como *ultima ratio*, algum apoio ou proteção frente ao suposto sujeito político principal dos sistemas ditos democrático-representativos do ocidente, o povo<sup>92</sup>.

Diante disso, temos que, para a autora, a *parrhesia* é fundamental para o desenvolvimento sobre o “político”, encrustado na problematização da democracia, estendendo-se à da ética pessoal e da constituição do sujeito moral. É um conceito que permite reforçar as relações entre poder, sujeito (vários) e verdade.

Diante disso, ao se debruçar sobre a relação do sujeito consigo mesmo, do sujeito com os outros, e a destes dois com a verdade, Nussbaum analisa modos de problematizar a autoformação do sujeito, referindo-se à questão do poder como

---

<sup>90</sup> De forma sistemática, a palavra *parrhesia* aparece pela primeira vez na literatura grega em Eurípedes (484-407 a.C.) e ocorre através do antigo mundo grego das letras desde o fim do século 5 a.C., mas pode ser encontrada ainda em textos patrísticos escritos no fim do quarto e durante o século 5 d.C.

<sup>91</sup> Reforçamos, com Nietzsche (2008) (que é, segundo entendimento, a matriz de pensamento de Foucault nesse assunto, vide (2002, 13-14)), a analisar o conceito de “verdade” como moral, ou seja, afirmar-se, dentro do discurso, dentro da dinâmica entre “verdadeiro” e “falso”, com a matriz do ocidente de rapidamente catalogar esses valores em “bem” ou “mal”, não se pretende, dessa forma, neste ensaio, afirmar que a *parrhesia* é uma dinâmica relacionada ao “Verdadeiro”, mas sim com o que é “verdade” para um ser para com ele mesmo.

<sup>92</sup> Nesse sentido, vide Ernesto Laclau (2005) e toda a crítica pós-marxista, a partir dos conceitos de heterogeneidade, do conceito de povo (MÜLLER 2009), classe (MARX) e, até, com mais ressalvas, multidão (NEGRI e HARDT 2005).

campo estratégico de relações móveis e transformáveis, domínio que analisa como o do governo de si e governo dos outros. Em síntese, para a autora, estamos diante de um conjunto de atividades da palavra que buscam ligar o sujeito sobre si próprio e, a partir disto, a comunicação com o próximo. Trata-se, portanto, de todo um conjunto de atividades da palavra e da escrita em que se ligam o trabalho de si sobre si e a comunicação com outro, que são práticas, ao mesmo tempo individuais e sociais, desenvolvidas nas grandes escolas filosóficas helenísticas<sup>93</sup>.

Diante do exposto, em apertada síntese, expomos que *parrhesia*, como ora trabalhado, é uma prática argumentativa que busca ligar o sujeito argumentante consigo mesmo e, após essa inraidentificação, moldar esse discurso para seu destinatário, no caso em tela, o sujeito político coletivo indeterminado, povo. A estratégia, comumente utilizada nos sistemas representativos atuais, têm se mostrado como um dos últimos mecanismos políticos possíveis nos momentos de fratura. Isso ocorre, pois, a regra nos sistemas democráticos, é o distanciamento do político-institucional (governante, majestade) com o político-social (governado, súdito).

Diante do exposto o conceito de *parrhesia* como sendo a relação do sujeito consigo próprio e, posteriormente, com seu interlocutor, demonstram que essa estratégia argumentativa é utilizada como último recurso pelo presidente Fernando Collor de Mello em seu pronunciamento à nação antes do processo de impeachment. Essa estratégia é utilizada tendo em vista que o presidente não contava mais com o apoio intrainstitucional, o mesmo apoio que é legitimador real dos sistemas democráticos-representativos ocidentais.

Analisa-se ainda que no caso do governante nos sistemas atuais, a relação consigo próprio está muito mais mirada em sua sacralidade institucional do que com sua personalidade como sujeito, sendo esta última apenas restrita ao âmbito da retórica. Com isso, consegue-se mais uma ferramenta para demonstrar que não

---

<sup>93</sup> Nussbaum, relendo Foucault, deixa claro que seu conceito de *parrhesia* é muito embasado nos textos helenísticos antigos, apesar de extremamente interessante, opta-se por não aprofundar muito no debate tendo em vista o papel instrumental dado ao conceito no presente trabalho.

existe verdadeiro vínculo preponderante entre governantes e governados e que, quando invocado este vínculo, diante de momentos de fraturas institucionais, este é feito afirmando em primeiro lugar a sacralidade do governante, uma sacralidade fundada em uma mundanidade.

Uma questão que permanece, ocorrida a renúncia de Collor, é: o porquê esse procedimento permeado de atritos e rupturas para a destituição do Presidente da República no regime brasileiro? Para responder a essa pergunta, percebemos que alguns outros sentidos paralelos, ou mais amplos, ou mais restritos, da realidade institucional estatal também podem ser encontrados à margem, englobando ou englobados pela ideia de responsabilidade política.

Numa dimensão de maior juridicidade, há de se diferenciar a responsabilidade política de outras responsabilidades. Assim, há responsabilização penal-criminal, que consiste na aplicação de sanções aos comitentes de ilícitos criminais. Embora o surgimento da responsabilidade política possa ser encontrada em formas de punição criminal de agentes do Estado, no sistema inglês (inclusive a origem da expressão próxima da responsabilidade política, mas que com essa não se confunde, o *impeachment*), o sistema de sanção política distancia-se do sistema penal-punitivo (BROSSARD 1992). Há responsabilização administrativa aos agentes do Estado que consiste em aplicações de sanções funcionais (relacionadas ao cargo/função) ou pecuniárias e reparativas. Com relação ao último, há também as reparações civis e patrimoniais, também uma forma de responsabilização possível dos agentes do Estado. Todas as formas distinguem-se da natureza própria e delineada da responsabilidade política. A responsabilidade política é: responsabilidade entre governantes e governados; do vínculo político entre esses atores; com repercussões no cargo ou função do agente; como forma de limite constitucional do exercício funcional do agente político; com processualística própria e normatizada; no ambiente próprio do Estado de Direito.

Dois modelos de responsabilidade política surgem a partir das revoluções liberais e do advento do constitucionalismo. Primeiro, o sistema inglês do governo

misto e do governo parlamentar (ou do Executivo bipartido) (VILLE 1998, McCLELLAN 2000)<sup>94</sup>. Segundo, o sistema unipessoal presidencial dos EUA (HAMILTON, MADISON e JAY 1952).

O sistema parlamentar britânico, como já dito, teve início com a indistinção da responsabilidade criminal da responsabilidade política. O agente público respondia criminalmente pelo exercício da função de governo. Com a afirmação parlamentar, o sistema foi abandonando a associação entre possíveis juízos criminais e políticos e fundamentando a prática na responsabilidade pelo cargo – ou mandato. Já o sistema dos EUA incorporou uma forma híbrida, a associação entre o juízo criminal e o juízo político (BROSSARD 1992, 23-27).

Tomando-se uma visão abrangente, mas caracterizadora do que seja o sistema penal, tem-se que o crime é figura típica descrita em norma legal. A tipicidade impõe a exigência de que a conduta abstrata que é o crime seja descrita em norma geral. As normas penais-criminais estampam condutas consideradas de alto valor social e, por isso, apresentam formas sancionatórias que privam a liberdade, ou mesmo com a condenação capital. Por isso, o direito penal apresenta natureza minimalista. Outros elementos caracterizadores do direito penal são, ao menos a partir da modernidade, a reserva do juízo criminal ao judiciário (vedando-se a concentração entre o agente que a produz a norma e aquele que aplica a sanção no caso concreto), e a absoluta pessoalidade para a imputação e responsabilização (fugindo de sistemas de responsabilização grupal, familiar). A

---

<sup>94</sup> O modelo britânico serviu de molde aos sistemas parlamentares posteriores. Em suma, a forma de responsabilização encontra-se no binômio gabinete de governo x parlamento. Benjamin Constant descreve o modelo britânico de democracia parlamentar e indica como a fórmula adequada aos sistemas políticos ocidentais. Inclusive, a sugestão do poder moderador surge por inspiração do modelo britânico e como contraponto ao sistema de fiscalização constante dos representantes sugerido por Rousseau. Para Constant, o moderador seria capaz de estabilizar o sistema político evitando os abusos produzidos pela representação da soberania popular. Curiosamente, para Constant os Ministros do governo responderiam politicamente mas não o chefe do Moderador (CONSTANT 1815, 33-58). O modelo foi adotado na Constituição brasileira de 1824 (BRASIL 1824). A Constituição da Pennsylvania, 1776, formulou modelo de responsabilização direta, com fiscalização dos eleitores ao parlamento, e também ao judiciário, aproximando-se da ideia de Rousseau. Nesta Constituição, os membros do judiciário tinham mandato e podiam ser afastados; a existência de prazo de apreciação popular de toda a lei produzida pelo legislativo; previa ainda um conselho capaz de censurar os atos reputados contrários à Constituição (YALE Law School. 1776).

fórmula dos EUA conjugou a responsabilidade política com instituições típicas do direito penal: como a necessidade de tipificação em conduta típica de norma incriminadora; ao mesmo tempo, o juízo não é judicial, e sim pelo parlamento, algo típico da responsabilidade política.

O sistema dos EUA adotou a fórmula híbrida porque o sistema de governo presidencial apresenta característica que o diferencia do sistema parlamentar: o presidente não responde ao parlamento. Este diferencial dos sistemas parlamentar e presidencial estabelece as duas estruturas institucionais e processuais da responsabilização. No sistema parlamentar, a responsabilidade do chefe de governo faz-se ante a maioria parlamentar que o apoia; no sistema presidencial, a responsabilidade do chefe de governo (que é simultaneamente chefe de Estado) faz-se perante o povo eleitor (GOULART 1993, HAMILTON, MADISON e JAY 1952).

O sistema presidencial dos EUA adotou a estrutura híbrida ou dual, na qual se exige que o presidente possa ser responsabilizado desde que cometa ou incida nas condutas típicas definidas em normas legais<sup>95</sup>. No sistema parlamentar, de maneira diversa, a censura política, ou a desconfiança política, virão de conveniências políticas, ou de apoio político, ao sabor de maiorias ou bases de apoio parlamentares. Não há no sistema parlamentar a necessidade de imputação de conduta típica ao chefe de governo para a sua responsabilização (admite-se uma tipificação aberta, com grande margem discricionária) (GOULART 1993)<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> No caso brasileiro, as Leis n° 27 e 30, de 1892, e a Lei n° 1079, de 1950, ainda vigente, são as leis reguladoras do processo por crime de responsabilidade.

<sup>96</sup> Exemplo é o art. 49 da Constituição francesa: “Le Premier ministre, après délibération du Conseil des ministres, engage devant l’Assemblée nationale la responsabilité du Gouvernement sur son programme ou éventuellement sur une déclaration de politique générale” (FRANÇA, Assembleia Nacional 1958). Por outro lado, no sistema parlamentar de governo subsiste a possibilidade de responsabilização do Presidente, nos sistemas parlamentares republicanos. Deve ser salientado que neste sistema este presidente é somente chefe de Estado e não chefe de governo. Por isso, está justificada a necessidade de responsabilização pelo sistema para-criminal já que as condutas praticadas pelo Presidente são condutas que ofendem a existência do Estado, e não somente o jogo político do governo. O exemplo no art. 63, item 1, da Lei Fundamental da Alemanha: “The Bundestag or the Bundesrat may impeach the Federal President before the Federal Constitutional Court for wilful violation of this Basic Law or of any other federal law. The motion of impeachment must be supported by at least one quarter of the Members of the

O sistema presidencial exige que alguém do povo eleitor faça a representação criminal contra o Presidente. Na petição este eleitor deverá indicar quais as condutas previstas em lei, e tratadas como crime, podem ser imputadas ao Presidente. O recebimento da denúncia, o processamento e o julgamento processam-se nos órgãos políticos do Legislativo (e não no Judiciário)<sup>97</sup>. No sistema parlamentar, a censura, a desconfiança ou a rejeição da proposta de governo são patrocinadas no Legislativo. É aos partidos e às bancadas partidárias que o chefe de governo responde<sup>98</sup>.

Tanto no sistema presidencial<sup>99</sup>, como no sistema parlamentar, a sanção resulta na perda do cargo. No sistema presidencial, em função da forma híbrida com os elementos ainda presentes do sistema criminal, há sanções acessórias como a suspensão de direitos políticos ao presidente “condenado”. Não há esta fórmula no sistema parlamentar, e o chefe de governo responde com o cargo - somente com a perda do cargo. O sistema parlamentar apresenta a forma de responsabilização com natureza impessoal e institucional (embora não deixe de ser responsabilidade subjetiva, já que é “um” chefe de governo que responde, com o seu governo) (MILL 2006). O sistema presidencial tem nuances acentuadamente

---

Bundestag or one quarter of the votes of the Bundesrat. The decision to impeach shall require a majority of two thirds of the Members of the Bundestag or of two thirds of the votes of the Bundesrat. The case for impeachment shall be presented before the Federal Constitutional Court by a person commissioned by the impeaching body” (REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, Parlamento Federal 1949).

<sup>97</sup> Embora, como no sistema brasileiro, previsto na Lei nº 1.079, de 1950, a presidência da sessão de julgamento fique ao cargo do Presidente do STF, órgão judicial, e não ao Presidente do Senado (BRASIL 1950).

<sup>98</sup> O projeto que antecedeu o texto constitucional de 1988 apresentava a seguinte redação no art. 105, tratando do Gabinete e da responsabilidade do 1º Ministro: “Art. 105. Ocorre a demissão do Governo, em caso de: I - início de legislatura; Ir - rejeição do programa de governo; IrI - aprovação de moção de censura; IV - não aprovação do voto de confiança; V - morte ou renúncia do Primeiro-Ministro” (BRASIL, ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE 1988). O projeto ficou pronto em fevereiro de 1988. Na sequência da tramitação o projeto foi alterado e abandonado o sistema parlamentar de governo.

<sup>99</sup> Nos sistemas semipresidencialistas conforme delimitado por Duverger em “*Échec au Roi*” como “*président élu au suffrage universel disposant des prérogatives propres et coexistant avec un gouvernement responsable devant le Parlement*” (M. DUVERGER 1985, 551) busca-se uma responsabilidade dupla, tanto frente aos eleitores quanto ao Parlamento e ao Presidente, com mecanismos próprios. No entanto, conforme já adiantado por Duverger, essa dupla responsabilidade não expande de maneira inovadora os mecanismos já utilizados nas repúblicas parlamentares e presidencialistas. Há uma ampliação, mas não uma inovação no que tange a responsabilidade.

pessoais já que deve ocorrer a imputação de uma conduta típica, abstratamente definida numa lei específica, ao presidente, para que este responda.

Os dois casos ou modelos, do sistema presidencial, e do sistema parlamentar, são disciplinados em normas jurídicas: no sistema presidencial de responsabilidade, com normas de legalidade estrita, com a figura dos “crimes de responsabilidade política” (que são crimes de julgamento político); no sistema parlamentar, com normas mais abertas e com maior margem discricionária, de aprovação de plano de governo, de votação de confiança e de desconfiança. Nos dois casos o juízo se faz nas casas legislativas ou parlamentares, por manifestação de maiorias parlamentares (de condenação, ou de aprovação, confiança e desconfiança).

A afirmativa de que são normatizados os processos de responsabilidade política, tanto no parlamentarismo como no presidencialismo, indica que são processos institucionalizados e com previsões materiais e formais jurídicas (SINÉ 2001). A responsabilização política deita-se no arrimo da *rule of law* ou Estado de Direito, de juridicização da política. É uma das formalizações institucionais fortes das democracias pluralistas. É uma das formas clássicas do projeto da modernidade.

Diante disso, em seu discurso final, consciente ou não desta forma adotada pelos sistemas democráticos no que tange o processo de impedimento, Collor tenta retornar ao período eleitoral (maior conexão entre povo e governante) para não ter de realizar uma argumentação institucional com o legislativo. Além disso, discurso por discurso, a via emocional foi a que propiciara a presidência a Collor, conforme demonstrado. Autoconsiderado um outsider da política tradicional, não havia outro caminho possível.

A responsabilidade política nas sociedades das democracias tem como pressuposto o vínculo entre governantes e governados, mas o vínculo encapsulado na esfera do público, à margem de emoções e sentimentos (estes, na dicotomia público e privado das democracias ocidentais, encerrados na esfera do privado, as



emoções no campo do privado)<sup>100</sup>. O que ocorre nas democracias contemporâneas é a vulgarização da responsabilidade política e o distanciamento das formas normatizadas e de legalidade. As transformações da responsabilidade política podem ser a consequência dos próprios elementos caracterizadores da democracia representativa, e do distanciamento acomodatório que as formas atuais se encontram, em contraste com o projeto da política da democracia liberal e representativa. Em suma, a responsabilização também sai da pretensão do verismo da forma institucional e normativa (do projeto da modernidade desencantada) para formas estranhas da incredulidade e do distanciamento da política. As formas estranhas de incredulidade e do distanciamento da política, significam também que as formas da responsabilidade política tendem a suprimir as formas emocionais e “quentes” da política<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Carl Schmitt critica como as formas sacralizadas do político foram racionalizadas pelo pensamento racionalista a partir do século XVIII. Sustenta Schmitt que a soberania é decorrência da sacralidade do poder e do ato majestático de ascensão do soberano. Assim, as sociedades plurais são sociedades que dessacralizam o poder. Por consequência, a sacralidade do poder está associada ao regime unitário, à verticalização e à capacidade do soberano tomar a decisão política: *“The idea of the modern constitutional state triumphed together with deism, a theology and metaphysics that banished the miracle from the world. This theology and metaphysics rejected not only the transgression of the laws of nature through an exception brought about by direct intervention in a valid legal order. The rationalism of the Enlightenment rejected the exception in every form.”* (SCHMITT, Political theology. Four chapters of the concept of sovereignty 1985, 36-37). P. Ansart mostra como há 2 estereótipos entre as sociedades ditas “plurais” e as sociedades “unitárias”. O unitário vê as pessoas das sociedades plurais como superficiais e irresponsáveis, por adesão e legitimação perfunctória do poder e do soberano. O plural vê as pessoas das sociedades unitárias como dóceis e ingênuas, crédulas de algo sagrado e imanente do poder e do soberano (ANSART, Mal-estar ou fim dos amores políticos 2002, 63). A descrição sobre a decisão do soberano, a possibilidade de invocar a sacralidade para a decisão soberana encontra-se em Giorgio Agambem, na obra “Estado de Exceção” (2004).

<sup>101</sup> Daí a necessidade de construção de uma racionalidade “quente”, que não só desvele o véu do racionalismo liberal (frio) mas também surja com viés propositivo. A esse propósito Boaventura de Sousa Santos, aponta um caminho para uma nova perspectiva de razão, apontando uma estrutura social que deve, como transição e continuamente, passar por um processo de emancipação social. Para o autor as emoções devem assumir seu lugar, passando não pela negação da razão estruturante (razão fria), mas a complementando: *“Hay una dimensión emocional en el conocimiento que nosotros manejamos muy mal, y entonces debemos ver lo que distingue las dos corrientes de nuestra vida, tanto en las sociedades como en los individuos: la corriente fría y la corriente caliente. Todos tenemos las dos: la corriente fría es la conciencia de los obstáculos, la corriente caliente es la voluntad de sobrepasarlos. Las culturas se distinguen por la primacía que dan a la corriente fría o a la corriente caliente. Pienso que la corriente fría es absolutamente necesaria para que uno no se engañe, y también la corriente caliente es muy importante para no desistir fácilmente”* (SANTOS, Una nueva cultura política emancipatoria 2006)

## CONCLUSÃO

A título de conclusão, esta dissertação buscou demonstrar ou discorrer que é possível realizar uma análise histórico-sociológica a partir da volatilidade do discurso de indivíduos e, a partir desta análise, entender por outro olhar o funcionamento da estrutura estatal. Esta estrutura, constituída em última perspectiva de sujeitos, poucos, que com seus anseios e vontades moldam o Estado em períodos determinados, mais ou menos previsíveis.

O governo de Fernando Collor foi um período em que as forças institucionais entraram em colisão, Executivo e Parlamento, como ocorreria em praticamente todos os governos subsequentes. Desde então, a possibilidade da interrupção antecipada de mandatos executivos sempre esteve presente.

Collor buscou na volatilidade de discursos, adaptando-os a momentos de maior ou menor crise, a governabilidade necessária para implementar seu programa de governo. No entanto, com falta de apoio orgânico no Congresso, a tendência é o acirramento das disputas e a interrupção de agendas eleitas de uma forma não natural ao sistema presidencialista. Esta volatilidade, presente em sistemas parlamentaristas, conforme exposto, se aplicada ao sistema presidencialista, sem os devidos procedimentos caracterizados gera rupturas que prejudicam a estabilidade institucional.

O dualismo imposto entre emoções/populismo e racionalismo/institucionalidade serve para aprofundar esse grau de incerteza da governabilidade. Se for possível trabalhar com o conceito de um sujeito político homogêneo como “povo”, tenderíamos a dizer que na práxis institucional brasileira, este está relegado ao papel de telespectador, volátil a partir de discursos para si direcionados por agentes externos à institucionalidade, mas que nela influenciam. Com isso, se gera a sensação de ingovernabilidade do país que não se confunde com o exercício pleno do debate democrático, suas possibilidades e

seus limites, mas sim ao discurso de que tudo é possível a depender do arranjo das forças.

Com isso, o que se buscou demonstrar neste trabalho é que, em primeiro lugar, a vontade de um só indivíduo, com uma estratégia mutante de discursos não representa uma possibilidade para a governabilidade, tampouco para a democracia. No entanto, em segundo lugar, a potência total dos discursos também não contribui para a constituição democrática de uma sociedade, pois minimizam o debate a esferas facilmente manipuláveis e distantes da participação majoritária da população.

Olhando para a história política não como a ciência do passado, mas sim como a possibilidade de construir um sistema que abarque os conceitos de democracia e estabilidade, nos parece ser o grande desafio que se impõe à República brasileira. Sem esse avanço, a percepção construtiva da formação da sociedade humana, das relação entre governantes e governados estarão à deriva em ventos argumentativos que não necessariamente conceituam, tampouco compreendem a democracia, em que a participação popular, as emoções e os discursos, estão de tal forma concatenados que ocupam os espaços de força motriz dentro da institucionalidade, a ela legitimam com a contrapartida de se garantir a democracia cada vez mais ampla e plural.

Neste cenário, como pensamos, a sociedade deve ser estudada a partir de dinâmicas sistêmicas entre paixões políticas e racionalidade. Muito além do aspecto do discurso, os ventos da institucionalidade – que é o aspecto formal do Estado – e do populismo – que é o aspecto material – se encontram em um conflito não resolvido. Este debate não pode ser encapsulado, como é hoje, nas formas da lei, mas atentar para as *práticas* institucionais. Este aspecto só poderá ser alterado com o avanço cultural da vivência política, dentro de um arcabouço necessariamente democrático. Ao contrário, na atualidade, a imaginação que se constrói para a estruturação de uma sociedade nestes moldes está mais ligada à figura de um sujeito do que na coletividade – era assim com Collor e não deixou

de ser com sua destituição. Fernando Collor de Mello incorporou, como demonstramos neste trabalho, a partir de seus discursos, as concepções pessoais que acreditava serem as melhores para o avanço do país. Diante da dissintonia destas com o restante da classe política e a crença, não infundada, de que a sociedade até então se constrói com “homens chave”, caiu. A queda *per se* não representa que o sistema atual não funciona nestes moldes, ele funcionaria se houvesse base política e midiática maior. No entanto, precisamos, ao meu ver, transcender esta perspectiva, construir com base na participação os moldes de uma sociedade que dependa menos do predestinado e mais da coletividade.

Por isso, permito-me terminar este trabalho evocando “La Libertà”, canção de Giorgio Gaber, que afirma:

Come un uomo che ha bisogno  
di spaziare con la propria fantasia  
e che trova questo spazio  
solamente nella sua democrazia.  
Che ha il diritto di votare  
e che passa la sua vita a delegare  
e nel farsi comandare  
ha trovato la sua nuova libertà.

La libertà non è star sopra un albero  
non è neanche avere un'opinione  
la libertà non è uno spazio libero  
libertà è partecipazione.

Como um homem que precisa  
pairar com a própria fantasia,  
e que encontra este espaço  
somente na sua democracia.  
Que tem direito de votar  
e que passa a sua vida a delegar,  
e fazendo-se comandar  
encontrou a sua nova liberdade.

A liberdade não é estar sobre uma  
árvore, não é nem ter uma opinião,  
a liberdade não é um espaço livre,  
liberdade é participação.

**Fontes:**

- COLLOR DE MELLO, Fernando. “Campanha de Fernando Collor para presidente.” *Campanha de Fernando Collor para presidente*. Ago de 1989.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Compromisso com a Democracia*. Brasília, DF, 15 de Março de 1990.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991*. Rio de Janeiro, RJ, 03 de Março de 1991.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Entrevista ao Jornalista Etevaldo Dias, do Jornal do Brasil, no dia 14 de Setembro de 1990*. Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1990.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Entrevista Coletiva à Imprensa em 23 de Maio de 1990*. Brasília, DF, 23 de Maio de 1990.
- COLLOR DE MELLO, Fernando, entrevista feita por Programa Roda Viva. *Entrevista Roda Viva 1989* TV Cultura. São Paulo. 08 de Agosto de 1989.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Fernando Collor pede para o povo vestir verde e amarelo*. Brasília, DF, 13 de Agosto de 1992.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *História visual do Brasil - Collor, do voto ao veto*. TV CULTURA. São Paulo, 1993.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Mensagem Presidencial Enviada ao Congresso Nacional, em 15 de Fevereiro de 1991*. Brasília, DF, 15 de Fevereiro de 1991.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *O 1º dos dois debates Collor x Lula*. São Paulo, São Paulo, 03 de Dezembro de 1989.
- COLLOR DE MELLO, Fernando, entrevista feita por Revista ISTOÉ. *O azarão diz a que veio* Revista ISTOÉ. São Paulo. Abril de 1989.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *O Projeto de Reconstrução Nacional*. Brasília/DF: Biblioteca da Presidência da República, 15 de março de 1990.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Primeira Reunião Ministerial: Plano Econômico*. Edição: Biblioteca da Presidência da República. Brasília, DF, 16 de Março de 1990.
- COLLOR DE MELLO, Fernando. *Pronunciamento à Nação em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão*. Brasília, DF, 21 de Novembro de 1990.

COLLOR DE MELLO, Fernando. *Pronunciamento de Collor na TV antes do impeachment*. Edição: José Wille. Brasília, DF, 20 de Setembro de 1992.

COLLOR DE MELLO, Fernando. *Reunião Ministerial: um balanço dos 60 dias de governo*. Brasília, DF, 06 de Maio de 1990.

COLLOR DE MELLO, Fernando. *X Reunião Ministerial*. Brasília, DF, 18 de Fevereiro de 1991.

## Bibliografia

- ABERASTURY, A. "A paternidade." Em *A paternidade: Um enfoque psicanalítico*, por A. Aberastury & E. J. Salas, 41-87. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- ABRANCHES, Sérgio. *A era do imprevisto: A grande transição do século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ABRANCHES, Sérgio. "Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro." *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 1988.
- AGAMBEM, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- . *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. New York: Routledge, 2004.
- ALDÉ, A. *A construção da política : cidadão comum, mídia e atitude política*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.
- ALVES, Fabiana Aline, e Paulo Cesar BONI. "Os "caras-pintadas": o fotojornalismo como elemento construtor da memória." *Conexão – Comunicação e Cultura* (UCS) 10, nº 19 (jan/jun 2011): 161-178.
- ANSART, Pierre. "Mal-estar ou fim dos amores políticos." *História e perspectiva*, jul.-dez.; jan.-jul. de 2002: 55-80.
- . *La Gestion des Passions Politiques*. Vol. XXIX. Paris: L'Age du Homme, 1983.
- ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. "O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de 199 Fernando Collor de Mello." Em *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*, por K. S. ROSENN e R. DOWNES. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BAKUNIN, Mikhail. *Da Liberdade*. Porto: RÉ limitada, 1975.
- BARROS, Ricardo Paes de, Ricardo HENRIQUES, e Rosane. MENDONÇA. "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* XV, nº 42 (feb 2000): 123-142.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>.

- BEUNZA, José María Imízcoz, e Lara Arroyo RUIZ. "Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas." REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales, 2011: 74-98.  
<https://doi.org/10.5565/rev/redes.419>
- BOLONHA, Carlos, Henrique RANGEL, e Flávio CORRÊA. "HIPERPRESIDENCIALISMO NA AMÉRICA LATINA." Revista da Faculdade de Direito da UFPR, 2015: 115-140.  
<https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v60i2.39132>
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10. São Paulo: Editora Malheiros, 2002.
- BORBA, M. C., e O. SKOVSMOSE. "The ideology of certainty." *For the learning of Mathematics*, 1997: 17-23.
- BOURDIEU, Pierre, e Denice CATANI. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL. "Constituição do Império do Brasil." Presidência da República, Brasília, 1824.
- . "Diário da Câmara dos Deputados." Brasília, 1992. 20.963-21.765.
- . *Emenda Constitucional nº 4 de 2 de setembro de 1961*. 1961.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc04-61impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc04-61impressao.htm) (acesso em 15 de jan. de 2016).
- . *Lei nº 1079 de 10 de abril de 1950*. 1950.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L1079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1079.htm) (acesso em 13 de jan. de 2016).
- BRASIL, ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. "Assembléia Nacional Constituinte - Projeto de Constituição." ANC, Brasília, 1988.
- BROSSARD, Paulo. *O Impeachment*. São Paulo: Saraiva, 1992.
- CALHUON, Craig. "Putting emotions in their place." Em *Passionate politics: emotions and social movements*, por Goodwin, 45-57. Chicago: Chicago University Press, 2001.  
<https://doi.org/10.7208/chicago/9780226304007.003.0003>.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas de Luís Vaz de Camões*. 2008.  
<http://oslusiadas.org/x/146.html> (acesso em 20 de dez. de 2015).
- CANEDO, Leticia Bicalho. "As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método." CEDES XVIII, nº 42 (Agosto 1997): 29/52.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>.



- CANOVAN, Margaret. "People, Politicians and Populism." *Government and Opposition* (Cambridge University Press) 19 (1984): 312-327.  
<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1984.tb01048.x>.
- CANOVAN, Margaret. "Trust the people! Populism and the Two Faces of Democracy." *Political Studies* 47 (1999): 2-16.  
<https://doi.org/10.1111/1467-9248.00184>
- CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. *A fabricação do presidente: estratégias para a construção da imagem de Fernando Collor de Mello na eleição presidencial de 1989, na televisão*. Campo Grande: UFMT, 2005.
- CERUTI, Simona. "Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII." Em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, por Jacques. REVEL. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CHEIBUBI, José Antonio, e Adam PRZEWORSKI. "Democracia, eleições e responsabilidade política." *Revista brasileira de ciências sociais*, fev. de 1997.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300004>
- CHEVALIER, Jean, e Alain GHEERBRANT. *Dictionnaire des symboles*. Paris: Robert Laffont, 1990.
- CONGRESO NACIONAL DE ECUADOR. *Libro autentico de legislacion ecuatoriana*. 1997.  
[http://apps.asambleanacional.gob.ec/proleg/publico/navegar/navegar\\_documento.asp?codigo=I-97-065-R&path=/autenticos/1996-1997&numero=1&hojas=3&tipo=AUT&defWidth=992&serial=2396](http://apps.asambleanacional.gob.ec/proleg/publico/navegar/navegar_documento.asp?codigo=I-97-065-R&path=/autenticos/1996-1997&numero=1&hojas=3&tipo=AUT&defWidth=992&serial=2396)  
(acesso em 08 de jan. de 2016).
- CONSTANT, Benjamin. *Principes de politique - applicable a tous les gouvernements representatifs*. Paris: Chez Alexy Eymery, 1815.
- CONTI, Mário Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- CORNEAU, G. *Pai ausente filho carente*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CORRÊA, Andrey, Alexandre WALMOTT, e Karina PINHÃO. "Análise do Populismo na Democracia: entre as emoções e o racionalismo." *Videre IX*, nº 17 (2017): 188/208.  
<https://doi.org/10.30612/videre.v9i17.4917>
- CORRÊA, Andrey, e Alexandre WALMOTT BORGES. "A RESPONSABILIDADE POLÍTICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO CRÍTICA A PARTIR DE PIERRE ANSART." *Journal of Institutional*

- Studies II, nº 1 (2016).  
<https://doi.org/10.21783/rei.v2i1.29>
- COSSARINI, Paolo, e Roberto García ALONSO. "El papel de las emociones en la teoría democrática. Desafíos para un uso público de la razón en tiempos de populismo." *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* 168 (abril/junho 2015): 291-315.  
<https://doi.org/10.18042/cepc/rep.168.10>
- DA CRUZ, Dilson Ferreira. "Subsídios para a caracterização de um discurso institucional." *ORGANICON*, 2008: 131-141.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2008.138989>
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo : EDUSP, 2012.
- DE SOUSA, Ronald. *The Rationality of Emotion*. Cambridge: MIT Press, 1987.  
<https://doi.org/10.7551/mitpress/5760.001.0001>
- DOMINGOS DA CRUZ, Luciano. *MEMÓRIAS DE JORNALISTAS Narrativas de profissionais da grande imprensa sobre a eleição, o governo e o impeachment de Fernando Collor*. Caetano do Sul: Universidade Municipal de Caetano do Sul, 2013.
- DOS SANTOS, Anderson. *O ESPETÁCULO NA POLÍTICA BRASILEIRA: a despolitização do político através das imagens de Fernando Collor nas capas da revista VEJA*. Curitiba: UFPR, 2009.
- DRAGO, Rolando. "La notion d'obligation: droit public et droit privé." *Archives de philosophie du droit*, 2000: 43-49.
- DUVERGER, Maurice. *Le système politique français: Droit constitutionnel et systèmes politiques*. 18ª. Paris: Presses universitaires de France, 1985.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- EAGLETON. *The Impeachment of President Clinton*. 1995-2016.  
[http://www.eagleton.rutgers.edu/research/americanhistory/ap\\_clintonimpeach.php](http://www.eagleton.rutgers.edu/research/americanhistory/ap_clintonimpeach.php) (acesso em 11 de jan. de 2016).
- EAGLETON, Terry. *A Ideologia da Estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FOUCAULT, M. *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France*. Paris: Seuil, 2009.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- . *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 3ª. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2002.

- FOUCAULT, Michel. *o Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FRANÇA, Assembleia Nacional. *Constitution de la République française*. 1958. [http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp#titre\\_5](http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp#titre_5) (acesso em 13 de jan. de 2016).
- FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infanti*. Rio de Janeiro: Standard, 1996.
- . *O Eu e o Isso*. Rio de Janeiro: Imago, 1990(1923).
- GARCIA DOS SANTOS, Laymert. “Brasil contemporâneo: estado de exceção?” Em *A era da indeterminação*, por Francisco de OLIVEIRA e Cibele Saliba RIZEK. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Aguinaldo José da Silva, e Vera da Rocha RESENDE. "O Pai Presente: O Desvelar da Paternidade em Uma Família Contemporânea." *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 20, nº 2 (2004): 119-125. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004>
- GORGONI, Guido. “La responsabilité comme projet. Réflexions sur une responsabilité juridique « prospective ».” Em *Traduire nos responsabilités planétaires. Recomposer nos paysages juridiques*, por Chrstoph EBERHARD. Bruxelas: Bruylant, 2008.
- GOULART, Clovis Souto. *Formas e sistemas de governo - uma alternativa à democracia brasileira*. Porto Alegre: Safe, 1993.
- GRANOVETTER, Mark. "The strenght of weak ties: a network theory revisited." Em *Sociological theory*, por R.W., 201-233. San Francisco, 1983. <https://doi.org/10.2307/202051>.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jüger. *The theory of communicative action*. Vol. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HAMILTON, Alexander, James MADISON, e John JAY. *The Federalist*. Chicago; Londres; Toronto: Encyclopaedia Britannica, 1952.

- HERNÁNDEZ, Antonio. "A Tres Lustros de la Reforma Constitucional de 1994." *Revista de la Facultad de Derecho de México* 60, nº 254 (2010).  
<https://doi.org/10.22201/fder.24488933e.2010.254.30208>
- HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- HOBBS, Thomas. *Hobbes's Leviathan reprinted from the edition of 1651 with an Essay by the Late W.G. Pogson Smith*. Oxford;Indianapolis: Clarendon Press; Liberty fund, 1909; 2016.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- IRWIN, Alan. "The Politics of Talk: Coming to Terms with the 'New' Scientific." *Social Studies of Science*, 2006.  
<https://doi.org/10.1177/0306312706053350>
- KATZ, Jack. *How Emotions Work*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- Kierkegaard, S. A. *O lo uno o lo outro*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.
- LACAN, Jacques. "A Identificação." Em *O Seminário, Livro 9*, por Jacques Lacan. Rio de Janeiro: inédito, 1961.
- . *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- . *O Seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- . *O Seminário: Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. "THE FUNCTION AND FIELD OF SPEECH AND LANGUAGE IN PSYCHOANALYSIS." Em *Écrits*, por Jacques Lacan, 151-195. Paris: Éditions du Seuil, 1966.
- LACLAU, Ernesto. *La Razon Populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2005.
- LAMOUNIER, B. "Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor." Em *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, por B. LAMOUNIER. São Paulo : EDUSP, 1990.
- LAURIS, Élide. "Entre a neutralidade política e a responsabilidade social: os dilemas de afirmação da independência judicial no Estado Moderno." *Meritum* 6, nº 2 (jun/dez 2011): 233-276.

- LAVAL, Christian, e Pierre DARDOT. *La nueva razón del mundo*. Barcelona: Gedisa, 2013.
- LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Denisa Maria de Oliveira. *Diálogo entre a sociologia e a psicanálise: o indivíduo e o sujeito*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.  
<https://doi.org/10.7476/9788523211806>
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOMBA, Pedro. *Teoria da responsabilidade política*. Coimbra: Coimbra, 2008.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Lula articula o impeachment de Fernando Collor*. Edição: Ricardo Noblat. Brasília, DF, 1992.
- MACHADO, Maria Berenice da Costa. “Debates nas campanhas presidenciais: Brasil 1989-2010.” *VIII Encontro Nacional de História da Mídia*, 2011.
- Machiavelli, Niccolò. *Il Principe*. Edição: Luigi Firpo. Torino: Einaudi, 1961.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 1999.
- MARROU, Henri-Irenée. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARTUSCELLI, Danilo. *A crise do Governo Collor e a tática do PT*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- McCLELLAN, James. *Liberty, Order, and Justice: An Introduction to the Constitutional Principles of American Government*. Indianapolis: Liberty Fund, 2000.
- MELLO CARDOSO, Zélia. *Ministra Zélia Cardoso apresenta o Plano Collor*. Brasília/DF: TV Manchete, 1990.
- MENDONÇA, Ricardo. *Maioria apoia abertura de processo de impeachment, mostra Datafolha*. 2015.  
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615424-maioria-quer-impeachment-de-dilma-e-nao-conhece-vice.shtml> (acesso em 30 de dez. de 2015).
- MENGARDA, Aloísio, e BRANDÃO. “FERNANDO COLLOR: O CANDIDATO ESPORTISTA E AS ELEIÇÕES DE 1989.” *Recorde*, 2015: 1-16.
- MILL, John Stuart. *O governo representativo*. São Paulo: Escala, 2006.
- MOUFFE, Chantal. *Le politique et ses enjeux*. Paris: La découverte/MAUSS, 1994.

- . *Práticas artísticas y democracia agonística*. Barcelona: MACBA/UAB, 2007.
- MOUFFE, Chantal. "Radical Democracy or Liberal Democracy." Em *Radical Democracy: Identity, Citizenship, and the State*, por D. TREND, 19-26. New York: Routledge, 1996.
- . *The Democracy Paradox*. London : Verso, 2000.
- . *The return of the political*. Londres: Verso, 1993.
- MULDOON, Paul. "The moral legitimacy of anger." *European Journal of Social Theory*, 2008: 299-314.  
<https://doi.org/10.1177/1368431008092564>
- MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo?: a questão fundamental da democracia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- NEGRI, Antonio, e Michal HARDT. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NEUMANN, E. *A criança: Estrutura e dinâmica da personalidade em desenvolvimento desde o início de sua formação*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce homo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- . *Para além do bem e do mal*. Lisboa: Guimarães, 2008.
- NUSSBAUM, Martha. *The therapy of desire: theory and practice in hellenistic ethics*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- . *Upheavals of Thought: The intelligence of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- PAYE, Jean-Claude. *La fin de l'État de droit: la lutte antiterroriste, de l'état d'exception à la dictature*. Paris: La Dispute, 2004.
- PERES, Paulo Sergio. "Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral." *Opinião pública*, 2013.  
<https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100002>
- PIVA, Otávio. *Presidencialismo sem coalizão: a ruptura do modelo de relacionamento entre poderes no governo Collor*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.
- RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- . *Political liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993.
- RDA, República Democrática da Alemanha. *Democracia Socialista: Participação nas decisões, Responsabilidade, Direitos, Liberdades*. Edição: Julian-

- Grimau-Allee. Dresden: PANORAMA RDA - Agência de Imprensa para o estrangeiro, 1981.
- REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, Parlamento Federal. *Basic Law for the Federal Republic of Germany*. 1949.  
[https://www.bundestag.de/blob/284870/ce0d03414872b427e57fccb703634dcd/basic\\_law-data.pdf](https://www.bundestag.de/blob/284870/ce0d03414872b427e57fccb703634dcd/basic_law-data.pdf) (acesso em 13 de jan. de 2016).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Campinas: Hemus, 1981.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Introducción: las epistemologías del sur." Em *Una epistemología del Sur*, por Boaventura de Sousa SANTOS, 11-22. Ciudad de México: Siglo XXI, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de sabere." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 78 (2007): 3-46.  
<https://doi.org/10.4000/rccs.753>
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para uma sociologia das ausências e das emergências." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 63 (2002): 237-280.  
<https://doi.org/10.4000/rccs.1285>.
- . *Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade*. São Paulo : Cortez, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Una nueva cultura política emancipatoria." Cáp. 2 em *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (encuentros en Buenos Aires)*. Buenos Aires, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, e Leonardo AVRITZER. "Introdução: para ampliar o cânone democrático." Em *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, por Boaventura de Sousa SANTOS. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, e Leonardo AVRITZER. "Introdução: para ampliar o cânone democrático." Em *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, por Boaventura de Sousa SANTOS. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, Maria Manuel Leitão MARQUES, e João PEDROSO. *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso Português*. Porto: Afrontamentos, 1996.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Lisboa: Edições 70, 2015.



- . *Political theology. Four chapters of the concept of sovereignty*. Cambridge: MIT, 1985.
- . *Teoría de la constitución*. Madri: Alianza Editorial, 1996.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. New York and London: Harper & Brothers Publishers, 1947.
- SIKLOS, Pierre. *Money, Banking, and Financial Institutions: Canada in the Global Environment*. Toronto: McGraw-Hill Ryerson, 2001.
- SIMMEL, Georg. *Conflict And The Web Of Group Affiliations*. London: Free Press, 1964.
- . *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SINÉ, Alexandre. Responsabilité politique : de la fin du modèle weberien aux nouvelles figures de légitimation de l'action publique. 2001.  
[http://www.persee.fr/doc/pomap\\_0758-1726\\_2001\\_num\\_19\\_2\\_2666](http://www.persee.fr/doc/pomap_0758-1726_2001_num_19_2_2666)  
 (acesso em 29 de dez. de 2015).  
<https://doi.org/10.3406/pomap.2001.2666>
- SIRIO, Artur de Oliveira. *O Impeachment de Lugo: Uma mistura de interesses, oportunismo e valores discutíveis*. 2012.  
<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2012/09/28/o-impeachment-de-lugo-uma-mistura-de-interesses-oportunismo-e-valores-discutíveis/>  
 (acesso em 29 de dez. de 2015).
- TABORDA, Maren Guimarães. *Estudo sobre o procedimento civil e as obrigações no direito romano clássico*. s.d.  
<http://www.ufrgs.br/ppgd/index.htm> (acesso em 21 de dez. de 2015).
- TAGGART, Paul. *Populism*. Vol. III. Buckingham: Open University Press, 2000.
- TOMBOLO, Guilherme, e Arnaldo VAZ SAMPAIO. "O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas." *Revista de Economia da UFPR*, 2013: 181-216.  
<https://doi.org/10.5380/re.v39i3.31283>
- TOREZAN, Zeila C. Facci, e Fernando. AGUIAR. "O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade." *Revista Mal-Estar subjetivo* 11, nº 2 (2011): 525-554.
- VENDRAME, Máira Ines. *O poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- VIEIRA, Monica Brito. The Elements of Representation in Hobbes: Aesthetics, Theatre, Law, and Theology in the Construction of Hobbes's Theory of



State. Boston: Brill, 2009.

<https://doi.org/10.1163/ej.9789004181748.i-286>

- VILLA, Marco Antônio. *Collor Presidente: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- VILLE, M. C. J. *Constitutionalism and separation of powers*. Indianapolis: Liberty fund, 1998.
- VISCARDI, Janaisa Martins. “Prosódia e significação: considerações a partir da fala de um sujeito afásico.” *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL* 4, nº 7 (Agosto 2006).
- VOVELLE, M. “História e Longa Duração.” Em *Nova História em perspectiva.*, por NOVAIS e SILVA, 341-417. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.
- WEBER, Maria Helena, e Carmen R. ABREU. “Debate político-eleitoral na televisão: jogo de cena e dispositivo estratégico.” Em *Mídia, representação e democracia no Brasil- estudos sobre comunicação política*, por Luis Felipe MIGUEL e Flávia. BIROLI. São Paulo: Hucitec, 2010.
- YALE Law School. “Constitution of Pennsylvania - September 28, 1776.” State of Pennsylvania, Filadelfia, 1776.